

MESTRADO
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

A Educação nos Tempos da Peste: uma análise sobre a representação da educação nos média na primeira vaga da pandemia

Pedro Vitor Lima de Menezes Junior

M

2020



A Educação em Tempos de Peste: Uma análise sobre a representação da educação nos média na primeira vaga da pandemia

Pedro Vitor Lima de Menezes Junior

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto pelo licenciado Pedro Vitor Lima de Menezes Junior para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Norberto Ribeiro e coorientação científica da Professora Doutora Isabel Menezes.

novembro, 2020

RESUMO

O presente estudo analisa notícias sobre educação publicadas num jornal diário de referência em Portugal durante o encerramento das escolas como forma de conter a primeira vaga da epidemia da Covid-19. Nesse período de três meses, foram coletadas 105 notícias envolvendo diversos atores educacionais e políticos, i.e.: representantes de governo das áreas de educação, saúde, trabalho; pais, professores/as, direções de escolas, representantes sindicais e, em raros momentos, estudantes. Uma análise qualitativa dessas notícias com base no método da análise temática (Braun & Clarke, 2006) identificou quatro temas centrais nas representações sobre a educação nesse período: i) Escola Neurótica, ii) Educação a Distância, iii) Centralidade na Avaliação, iv) Papel Instrumental das Escolas. A análise desses temas revelou para além da suspensão de direitos, o fortalecimento e a ampliação de estruturas de exclusão previamente existentes, assim como o “governo pela neurose” (Isin, 2004), marca do projeto político neoliberal atual.

Esse contexto confirma um “estado de exceção permanente” (Agamben, 2015), em que a cidadania, a participação e a inclusão passam a figurar como atividades secundárias ou ausentes.

Assim, a rutura e o restabelecimento da educação em tempos de pandemia, permitem evidenciar que parte das medidas definidas como necessárias para o funcionamento do sistema educativo assentam em fatores de exclusão, ampliando as desigualdades e assimetrias existentes e constituindo-se como o “novo normal”.

ABSTRACT

The present study analyses news about education published in a leading daily newspaper in Portugal during the closure of schools as a way to contain the first wave of the Covid-19 epidemic. In this three-month period, 105 news were collected involving various educational and political actors, i.e.: government representatives from the areas of education, health, work; parents, teachers, school principals, union representatives and, in rare instances, students. A qualitative analysis of these news based on the thematic analysis method (Braun & Clarke, 2006) identified four central themes in the representations about education in this period: i) Neurotic School, ii) Distance Learning, iii) Centrality of Assessment, iv) Instrumental Role of Schools. The analysis of these themes revealed, in addition to the suspension of rights, the strengthening and expansion of previously existing structures of exclusion, as well as the “government through neurosis” (Isin, 2004), a hallmark of the current neoliberal political project.

This context confirms a “state of permanent exception” (Agamben, 2015), in which citizenship, participation and inclusion start to appear as secondary or absent activities.

Thus, the rupture and reestablishment of education in times of pandemic, makes it possible to show that part of the measures defined as necessary for the functioning of the education system are based on exclusion factors, expanding pre-existing inequalities and asymmetries and constituting themselves as the “new normal”.

RÉSUMÉ

La présente étude analyse les nouvelles sur l'éducation publiées dans un grand quotidien du Portugal lors de la fermeture d'écoles afin de contenir la première vague de l'épidémie de Covid-19. Au cours de cette période de trois mois, 105 nouvelles ont été recueillies impliquant divers acteurs éducatifs et politiques, à savoir: des représentants gouvernementaux des domaines de l'éducation, de la santé, du travail; parents, enseignants, directeurs d'école, représentants syndicaux et, dans de rares cas, élèves. Une analyse qualitative de ces nouvelles basées sur la méthode d'analyse thématique (Braun & Clarke, 2006) a identifié quatre thèmes centraux dans les représentations de l'éducation à cette période: i) L'école névrotique, ii) Enseignement à distance, iii) Centralité dans l'évaluation, iv) Rôle instrumental des écoles. L'analyse de ces thèmes a révélé, outre la suspension des droits, le renforcement et l'expansion des structures d'exclusion précédemment existantes, ainsi que le "gouvernement par la névrose" (Isin, 2004), marque du projet politique néolibéral actuel. Ce contexte confirme un "état d'exception permanente" (Agamben, 2015), dans lequel la citoyenneté, la participation et l'inclusion commencent à apparaître comme des activités secondaires ou absentes.

Ainsi, la rupture et le rétablissement de l'éducation en période de pandémie, permet de montrer qu'une partie des mesures définies comme nécessaires au fonctionnement du système éducatif reposent sur des facteurs d'exclusion, élargissant les inégalités et asymétries préexistantes et se constituant comme la "nouveau normalité".

AGRADECIMENTOS

Ao longo do caminho até a presente dissertação, muitas foram as pessoas que tornaram possível esse caminhar. A todas e todos, meu profundo agradecimento, em especial:

Aos colegas e aos professores e professoras do Mestrado em Ciências da Educação da FPCEUP pelo que aprendi e pelas trocas que dão suporte a essa dissertação.

Aos professores, professoras, trabalhadoras e trabalhadores da educação pública do Rio de Janeiro, parte importantíssima desse projeto. Dentre tantos, um agradecimento especial à Diretora Patrícia Aparecida pelo apoio e ao Professor Claudio Franco (*in memoriam*) por me ensinar a ser e estar professor.

Ao Professor Doutor Norberto Ribeiro pela incrível ajuda, por todas as conversas “tranquilizadoras”, por ser, segundo minha companheira, “a pessoa que eu mais elogiei na vida” e por me fazer sorrir e acreditar a cada término de reunião. Que sorte terão seus futuros orientandos!

À Professora Doutora Isabel Menezes, “horizonte do *quefazer*”, por apoiar incondicionalmente o projeto (fosse qual fosse), pelas aulas, pelo humor singular, por ser uma nova adepta do Flamengo e confiar no alinhamento dos astros.

Aos amigos que deixei no Brasil e que sempre apoiaram esse projeto. Em especial aos grandes amigos Allan (“*It has to start somewhere, it has to start sometime*”), Will, Mel, Tim e BBB; Guilherme e Carol (des)construindo-nos permanentemente; Raoni, truta em tretas e em ser *gauche* na vida; Rafael “Orkut” Thomé, por acreditar mais que eu (*who dey*)! À Marie e à Nuta (que abriu mão de certas convicções pela amizade), parceiras “intuitivas” nos *realities* e no mundo online. Aos amigos Felipe e Hugo, pelo alívio da distância em vermelho e preto. Barba, Barbará, Chico, João, Nem, Pedraca e Vargas pelos debates político-carnavalescos. À Lívia e suas mensagens infalíveis nos dias dos professores; Yuri Cooke, eterno *roomate* e à Helena “Lê” por sempre sair de São

Paulo para as melhores visitas, no Rio ou no Porto. À Carol e André por saber que podemos contar.

À minha família. À minha mãe, Mazé, responsável por isso tudo (não foi fácil), mãe e trabalhadora em toda a extensão dos termos. Ao meu pai, Pedro Vitor, por todo o apoio, desde sempre, por me mostrar a importância dos estudos, mesmo na época das provas de matemática. Aos meus irmãos, Charles e Richard, não há palavras que cheguem, eu sou vocês (mesmo o que caminha do lado errado da História).

À família que o amor me deu. Aos meus cunhados, Pedro e Mariano (melhor churrasco, melhor *negrone*), Verônica (cunha!), à Helena, minha sogra, e um agradecimento muito especial ao meu sogro, Marcio, o maior dos entusiastas, obrigado por todo amor, pelos livros, por todas as conversas e suporte em todos os momentos.

Agradeço também à grande amiga, Patrícia Lima, e Ana Elisabeth, mãe de minha companheira, que viram entusiasmadas o início dessa caminhada, mas que, infelizmente, não estão mais aqui para ver o resultado.

Ao Zeca, meu filho, fiel companheiro, parceiro de investigação, que sempre soube a hora certa de acordar, das pausas, dos carinhos e de comer meias.

À minha companheira da vida, Maria Candida, o porquê disso tudo, “sol no quintal”, “simples e suave coisa...”, passamos por tanto, né? Obrigado por me mostrar com suas cores que o lar será sempre onde estivermos juntos. “Se você quiser e vier pro que der e vier comigo”. Por fim, ao nosso amor, que se fez mais presente naquela que vai chegar...

DECLARAÇÃO DE HONRA ÉTICA

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição.

As referências a outros/as autores/as (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Saliento, ademais, que as citações originais de língua estrangeira foram alvo de uma tradução, realizada por mim, para português de Portugal.

Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

O autor da dissertação,



ABREVIATURAS E SIGLAS

AvC – Centralidade na Avaliação

DGE – Direção-Geral da Educação

DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

DGS – Direção-Geral da Saúde

EaD – Educação a Distância

EN – Escola Neurótica

FNE – Federação Nacional da Escola

ME – Ministério da Educação

PIE – Papel Instrumental da Escola

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

ÍNDICE DE FIGURAS E IMAGENS

Figura 1. Percurso de eliminação e definição do corpus | 47

Figura 2. Mapa temático da análise | 50

Figura 3. Mapa das escolas de referência que prestaram serviços excepcionais de alimentação | 72

Figura 4. A relação instrumental entre Educação e Trabalho | 89

Imagem 1. Descontaminação da escola (P98) | 54

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1. Temas e subtemas emergidos da análise | 77

Tabela 2. Subtemas e exemplos | 78

Gráfico 1. Frequência dos temas no período em análise | 80

Gráfico 2. Frequência das notícias sobre educação por tempo (quinzena/mês) |
80

Gráfico 3. Evolução dos temas ao longo do tempo (quinzena/mês) | 82

ÍNDICE DE APÊNDICES

APÊNDICE 1. Quadro de *Análise Temática* por tema e subtema | 104

ÍNDICE GERAL

RESUMO	5
ABSTRACT	6
RÉSUMÉ	7
AGRADECIMENTOS.....	8
DECLARAÇÃO DE HONRA ÉTICA.....	10
ABREVIATURAS E SIGLAS	11
ÍNDICE DE FIGURAS E IMAGENS.....	12
ÍNDICE DE GRÁFICOS	13
ÍNDICE DE APÊNDICES	14
ÍNDICE GERAL.....	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I. EQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....	21
1.1 EDUCAÇÃO, EXCEÇÃO E NEUROSE.....	25
1.2 PANDEMIA E EDUCAÇÃO: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA	32
CAPÍTULO II. METODOLOGIA	38
2.1 PERCURSO METODOLÓGICO E DEFINIÇÃO DO CORPUS	45
2.1.1 FAMILIARIZAÇÃO COM OS DADOS E ELIMINAÇÕES	46
2.1.2 CODIFICAÇÃO DOS DADOS.....	47
2.1.3 PROCURA DE TEMAS	48
2.1.4 ORGANIZAÇÃO E NOMEAÇÃO DOS TEMAS.....	48
2.1.5 NOMEAÇÃO DOS TEMAS.....	49
CAPÍTULO III. RESULTADOS E DISCUSSÃO	52
3.1 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS TEMAS	53
3.1.1 A ESCOLA NEURÓTICA (EN)	53
3.1.2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD)	57
3.1.3 CENTRALIDADE NA AVALIAÇÃO (AvC)	63
<i>O estatuto (biopolítico) especial do 11º e 12º anos.....</i>	<i>67</i>
<i>Ausência e silenciamento dos/das estudantes, autoritarismo e susto.....</i>	<i>68</i>
3.1.4 PAPEL INSTRUMENTAL DA ESCOLA (PIE).....	70
<i>O estatuto (biopolítico) especial das creches.....</i>	<i>75</i>
3.2 EVOLUÇÃO DOS TEMAS AO LONGO DO PERÍODO EM ANÁLISE.....	77
CAPÍTULO IV. REFLEXÃO FINAL	85
4.1. O (DE) NOVO NORMAL EDUCATIVO E O DISTANCIAMENTO (DO) SOCIAL	86
<i>A exclusão das TIC.....</i>	<i>90</i>
<i>A exclusão pelo fechamento das escolas.....</i>	<i>90</i>
4.2 O RISCO DE CONTÁGIO, A PESTE E O NOVO NORMAL.....	92
BIBLIOGRAFIA.....	94
LEGISLAÇÃO CONSULTADA.....	102
APÊNDICES.....	103

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a investigação realizada no quadro da dissertação do curso de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Sendo assim, buscarei ao longo do texto delimitar minha área de atuação, bem como definir o meu próprio papel enquanto investigador e os possíveis caminhos que percorrerei dentro do projeto.

Ao longo do trabalho, pude notar que as ciências da educação se dedicam muitas vezes a conceitos e temas que possuem uma ampla extensão, podendo assumir um caráter polissêmico ou sem sentido definido (significante vazio (Laclau, 2007)). Dentro desta perspectiva, não é incomum que um dos significados possíveis sublime, substitua ou se imponha sobre outro em uma luta discursiva que, segundo Laclau e Mouffe (1989), busca a fixação de sentidos que compõem o discurso hegemónico.

Destarte, minha investigação veio a eleger como objeto o que acontece(u) durante o tempo da sua realização – a pandemia e os seus impactos na vida das escolas – como ilustração dos processos e sentidos da educação contemporânea. Em concreto, interessava explorar os discursos sobre a educação reproduzidos nos média, como forma de aceder a problematizações mais vastas sobre o sentido da educação.

Por exemplo, é, de certa forma, evidente que dentre os discursos educativos exista uma homogeneidade na ideia de que a educação pode e deve ser cada vez mais inclusiva. Com o objetivo de proteger jovens e adultos com diferentes graus de vulnerabilidade, nota-se que os processos educativos tendem a alargar suas áreas de atuação e abrangência para que se possa minimizar os riscos de exclusão. Parece ser ponto pacífico entre políticos e especialistas que a exclusão social é um problema que deve ser combatido. Sendo assim, a Educação é entendida como uma ferramenta para minimizar a exclusão e caminhar dentro de processos de justiça social (e.g. Dubet, 2004; Freire, 2005; Stoer, 2006).

Ainda assim, diversos grupos disputam a agenda política em sua relação com a educação e buscam atuar no que se percebe por inclusão. Sabendo-se que a educação caminha sob a responsabilidade e o aparelhamento do Estado, em momentos de maior ou menor continuidade, de maior ou menor estabilidade

dos processos. O Estado busca desenvolver seus interesses, em parte, através da governação da educação. E, por outro lado, a educação mostra-se como um reflexo da figura desse Estado, seu valor é alterado de tempos em tempos, bem como são alterados os seus próprios objetivos. Em outras palavras, a Educação não é uma instituição independente, insular e estável, apresenta-se como receptora e promotora das políticas de inclusão e para o desenvolvimento da cidadania. É a educação que, na maioria das vezes, dá forma ou explicita o que o Estado espera de seus cidadãos. É necessário perceber que a escola não é um empreendimento neutro (Apple, 2004), isento de qualquer tipo de posição ideológica.

Sendo assim, a educação despida de seu manto de neutralidade, está inscrita em um discurso que objetiva sua própria legitimação: o cerne da questão é que a ideia de educação tradicionalmente aceita e reproduzida pelo senso comum compreende a educação como possuidora de uma aura consensual em que agentes antagônicos pousam de lado suas diferenças e compreendem a educação para além dos discursos com vista a um interesse comum. Ora, se esta aparente consensualidade foi reforçada pela pandemia, a pandemia também proporcionou uma revelação dessas lutas pelo sentido da educação em que as questões da inclusão, da exclusão, da cidadania e da justiça social se confrontam. Esse embate político e a forma como é enquadrado é o objeto deste trabalho.

A presente dissertação estrutura-se em quatro capítulos principais. A primeira parte do Capítulo I refere-se aos fundamentos teóricos que permitem a articulação das ideias aqui apresentadas, bem como um breve panorama sobre autores e autoras que dão suporte a uma investigação sócio-crítica. Já a segunda parte consiste em uma breve revisão da literatura acerca do impacto da pandemia na educação.

O Capítulo II discorre sobre a opção e o percurso metodológico desenvolvido que consistiu numa análise temática (Braun & Clarke, 2006, 2012, 2013a, 2013b) de notícias sobre educação publicadas ao longo do período de suspensão das atividades letivas presenciais em decorrência da primeira vaga da epidemia da Covid-19.

No Capítulo III, encontram-se os resultados da análise e a discussão acerca das questões emergidas dos dados, como forma de explorar as perspectivas apresentadas e as tensões existentes no período. Para isso, são apresentados quatro temas decorrentes da análise: (i) Escola Neurótica (EN), (ii) Educação a Distância (EaD), (iii) Centralidade na Avaliação (AvC) e (iv) Papel Instrumental da Escola (PIE). Adicionalmente, também se apresenta a frequência e a evolução desses temas ao longo do período.

Por fim, no Capítulo IV, são desenvolvidas as reflexões finais acerca dos resultados, das tensões existentes e dos riscos de exclusão das medidas endereçadas à educação. O capítulo se encerra com o pensamento sobre questões relativas ao papel de uma investigação socialmente implicada.

CAPÍTULO I. EQUADRAMENTO TEÓRICO- CONCEPTUAL

C'est pourquoi encore cette épidémie ne m'apprend rien, sinon qu'il faut la combattre à vos côtés. Je sais de science certaine (oui, Rieux, je sais tout de la vie, vous le voyez bien) que chacun la porte en soi, la peste, parce que personne, non, personne au monde n'en est indemne. Et qu'il faut se surveiller sans arrêt pour ne pas être amené, dans une minute de distraction, à respirer dans la figure d'un autre et à lui coller l'infection. Ce qui est naturel, c'est le microbe. Le reste, la santé, l'intégrité, la pureté, si vous voulez, c'est un effet de la volonté et d'une volonté qui ne doit jamais s'arrêter. L'honnête homme, celui qui n'infecte presque personne, c'est celui qui a le moins de distraction possible. (Albert Camus, La Peste, 1972: 228)

nossa memória escolhe sucessivamente diversas imagens análogas que lança na direção da percepção nova. Mas essa escolha não se opera ao acaso. O que sugere as hipóteses, o que preside de longe à seleção, são os movimentos de imitação pelos quais a percepção prolonga-se, e que servirão de quadro comum à percepção e às imagens rememoradas (...). (Bergson, 1999: 117)

No contexto em que se desenvolve o que é vulgarmente chamado de contemporaneidade, assumem-se uma série de características tratadas e desenvolvidas através da perspectiva de serem o curso da história. Essa compreensão da história assume um estado anímico e natural no qual tudo o que se inscreve em si faz parte de um modelo necessário no qual os indivíduos estão determinados a cumprir suas determinações. Essa concepção disfarça o caráter bélico das relações de poder que assumem sua materialidade no discurso:

suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 2014a: 8-9)

Por sua vez, a fixação do pensamento neoliberal elege como prioridade a sua maior invenção e seu bem mais valioso: a liberdade, uma espécie de livre-arbítrio, modelo no qual o indivíduo é elevado à sua máxima potência, apartado do todo, e recebe como prêmio o direito a agir livremente desde que seja de modo competente e eficiente, com medo do 'inferno' da debilidade econômica, socialmente solitário e único responsável por si e por sua condição deficitária.

Assim, retomando o pensamento bergsoniano, a construção das novas percepções torna-se dependente da “memória-hábito” (*memoire habitude*) (Bergson, 1999) e essa da imitação das imagens previamente existentes, para criar um sentido comum àquilo que pode ser percebido e comunicado.

No entanto, a percepção não pode dar conta de todas as possibilidades de organização das imagens, operando a partir da seleção de algumas delas que serão recortadas e enquadradas, tomadas como suficientes para o desenvolvimento das ações e das respostas dadas ao meio.

A partir daí, pode-se pensar que antes de agir vem o imitar, tornando o hábito anterior uma obrigação, pois define antes das leis os limites da liberdade e a maneira pela qual os indivíduos atuarão em seu contexto.

Analogamente, pode-se deduzir que tudo aquilo que esperançosamente é compreendido como novo não passa de *mimesis*, na acepção platônica (ver Platão, 2000, *A República*, Livro III), como imitação (imperfeita) de seu anterior, tendendo a perpetuar perspectivas como num jogo de espelhos.

Assim, o que chamamos de real é a menor parte dentro de um possível, mas que funciona para dar fluidez às ações e interações dentro de um espectro de vida que tem na imitação e no hábito o seu grande aparelho disciplinador.

Do mesmo modo, a construção de um discurso que fixa sentidos às imagens opera no sentido de constranger a memória à reprodução de si mesmo, permitindo apenas novas percepções a partir de outra imediatamente anterior. Todo o desenvolvimento de conhecimento, saberes, políticas e agência tendem a utilizar-se desses sentidos fixados e se não forem forçosamente reconfigurados estarão ao serviço da imitação e reprodução de um mesmo modelo e reforçarão seu caráter hegemônico.

Nesse contexto, a hegemonia é um campo de constante tensão e disputa, e as ruturas nesse bloco histórico aparentemente coeso permitem a atuação de novas forças que podem se contrapor ao modelo vigente e suscitar novas imagens e memórias em direção à construção de uma nova base social e um novo terreno ideológico (Gramsci, 1987).

É nesse escopo que a escola surge como um importante aparelho ideológico do Estado (Althusser, 1985), criado na transição do modelo feudal para o modelo capitalista e definido pela sua noção de utilidade em dar suporte às novas relações de trabalho. A escola, desde então, torna-se uma ferramenta para a manutenção do sistema vigente, encenando, de tempos em tempos, algumas poucas reconfigurações de superfície que remetem a uma mudança, mas que, em última análise, tendem a tornar-se também imitações e atualizações da estrutura dominante.

1.1 EDUCAÇÃO, EXCEÇÃO E NEUROSE

A escola, então, cumpre a função como formadora de “força útil” (Foucault, 2014b: 28), definida a partir do seu potencial produtivo, pela formação de trabalhadores em potência que irão sustentar o modo de produção vigente (Nussbaum, 2009), e por seu potencial reprodutivo, através da disciplina, da docilização dos indivíduos e adequação aos modelos culturais e à transmissão do *habitus* (Bourdieu, 1982).

Entretanto, a escola é também um lugar de tensões e sobre essas tensões que se depositam os esforços de uma ciência da educação comprometida com a práxis. Pode-se assumir a necessidade da descodificação das forças que atuam sobre a educação como forma de criar ferramentas para a ressignificação da escola como um campo para a emancipação dos sujeitos, ainda que inscrito em estruturas estruturantes, tendo como horizonte a sua transformação (Freire, 2005; Martín-Baró, 1996).

É nesse contexto de crise e tensões atuantes no campo escolar que se verificará o desvelamento de algumas dessas forças previamente existentes, que puderam ser evidenciadas por uma nova força externa que impõe uma rápida rutura com o cotidiano e com o habitual, deflagrada pelo vírus SARS-CoV2 (o novo coronavírus) e a doença respiratória associada, designada de Covid-19.

A rápida propagação do vírus em pouco tempo fez assumir o estágio de pandemia que levou o governo português a decretar “medidas excepcionais e temporárias de resposta à epidemia”, a partir de 16 de março de 2020 (Decreto-Lei nº 10-A/2020 de 13 de março). Dentre as medidas excepcionais tomadas estava o encerramento das atividades letivas presenciais nas escolas de todo o país.

A suspensão das aulas gerou um ambiente de rutura com o que seria mais um ano “normal” do ensino português. Esse estado de exceção permitiu uma análise sobre as diversas forças que atuaram no campo educacional ao longo do período.

Entretanto, as estruturas vigentes na normalidade, como era de se esperar, não desapareceram com o encerramento das escolas. Pelo contrário, a

súbita rutura e os esforços dirigidos para a estabilização do cenário tornou mais evidente o que o filósofo Giorgio Agamben (Agamben, 2015a, 2015b, 2020) chama de “estado de exceção permanente”, uma “zona incerta”, “terra de ninguém, entre o direito público e o facto político e entre a ordem jurídica e a vida” (Agamben, 2015a: 12), caracterizado pela cisão e reconstrução do estado jurídico por força de um poder soberano, o Estado, que se encontra para além desse ordenamento podendo decidir e atuar sobre os momentos de exceção.

Assim, o estado moderno assume a necessidade constante de intervenção supra-democrática para a manutenção da ordem e garantir a regulação dos cidadãos aos limites do poder instituído. Por sua vez, o medo e o risco de infecção colocam os/as cidadãos/ãs em uma posição de passividade perante a retirada de direitos e o cerceamento das liberdades, liberdade, essa, utilizada largamente como significante para legitimação do próprio discurso neoliberal.

Essa ideia relaciona-se com dois conceitos desenvolvidos por Engin Isin (2004): “cidadão neurótico” e o “*governing through neurosis*”.

Isin (2004) mostra que o cidadão neoliberal, “cidadão biônico” – racional, calculista, autossuficiente, autoconsciente e capaz de autogovernar-se baseado em sua liberdade – não passa de uma fantasia, inverossímil, construída e fixada como um elemento cotidiano.

Nessa definição, o autor considera que a racionalidade exigida para o cidadão biônico entra em conflito com a sua pouca capacidade de dar conta de questões cada vez mais complexas que compõem a sociedade. Assim, a ansiedade e a incerteza passam a coabitar com a figura do cidadão biônico e assumem o lugar de sua racionalidade na determinação de sua forma de ser e agir na sociedade, assumindo a figura do cidadão neurótico.

O cidadão neurótico possui sobre si uma dupla pressão que reforça seu caráter neurótico e vai ser a forma de legitimação dos governos. Por um lado, é levado a calcular e afastar os riscos (muitos) que estão contidos na sociedade: a guerra, a violência, o terrorismo, o aquecimento global, o vírus etc.; por outro lado, é conduzido a realizar cada vez mais investimentos sociais e culturais para se atualizar, mudar seu *mindset* e adquirir novas *skills*. Isso reforça a perspectiva

ilusória e inacessível que fundamenta a cisão interna que marca a neurose e a vida em sociedade, reforçada nos tempos atuais.

Isin (2004) ainda afirma que o cidadão neurótico passa a ser visto como tal pelo Estado. Assim, o risco e o medo utilizados como forma de controle e disciplina dão lugar ao “governo pela neurose”, baseada nas incertezas e ansiedades. Enquanto o medo e o risco assumem uma necessidade de cálculo e racionalização para sua superação, a incerteza e as ansiedades fazem parte do próprio ser, não podem ser superados ou curados, devendo ser geridos.

Na análise realizada no período pandêmico, que constitui o presente estudo, pôde-se investigar sobre as medidas tomadas na sua relação com pontos de vista pré-fixados e aceitos em maior e menor escala, assim como com a aceitação de diversas outras restrições e suspensões de direitos, valores democráticos e da própria liberdade, tão cara ao sistema. A entrega voluntária dos direitos à tutela do Estado se deu por força das ansiedades e incertezas, muito mais do que pela racionalidade.

A suspensão das liberdades só foi possível porque estava em causa não a sobrevivência, mas a ansiedade causada por um fator externo que pode (ou não) pôr em causa a sobrevivência. Esteve em causa assinar o contrato sobre a suspensão das liberdades ou estar-se livre e morrer (ou não), contaminar ou ser contaminado pelo outro, ou mesmo “desgarrar-se do bando”, colocando os sujeitos defronte à necessidade (incerta) de reconfigurar o contrato social, depositar nas mãos do Estado os seus direitos e legitimar o estado de exceção.

Segundo Paulino e colegas (2020), houve um impacto imediato sobre o sentimento de ansiedade em Portugal, medido logo nas três primeiras semanas após a confirmação do primeiro caso no país.

O controle biopolítico reforça-se enquanto a eclosão de termos técnicos e o apelo à autoridade de atores específicos fragiliza e vulnerabiliza a agência dos cidadãos sobre si mesmos. Quarentena, medidas de distanciamento social, profilático, suspensão de atividades, assepsia, higienização das mãos, dos alimentos e dos ambientes enredam os indivíduos na aceitação de um novo mundo, referenciado muitas vezes como o “novo normal”, ao qual não pertencem, já que, em geral, possuem informações precárias sobre saúde e

nenhuma autoridade médica. Sob o pretexto desse “novo normal”, tomam-se uma série de medidas que o indivíduo comum é incapaz de questionar, se opor ou mesmo concordar. Por sua vez, a emergência médica traz consigo uma série de disposições morais e políticas em um emaranhado de difícil delimitação.

É importante referir que este é um estudo em ciências da educação e que não pretendo aqui questionar a validade ou efetividade de medidas sanitárias para a contenção da pandemia. O que está em causa é a centralidade de alguns temas em detrimento de outros, construindo um sentido de educação durante esse período de rutura. Entretanto, o sentido fixado à educação em vista ao momento excepcional esvai qualquer forma de excepcionalidade e se mostra como a habitual manutenção e reforço das estruturas pré-existentes, pré-pandémicas, e que buscam se perpetuar mesmo tendo evidenciadas as suas contradições, seus limites e seu viés excludente.

É relevante para este estudo perceber como essa rutura traumática com o cotidiano permite também a reconfiguração de práticas sociais. Momento em que a alteridade é impactada pelas mudanças e o si e o outro tornam-se um risco de parte a parte, o próximo é visto como uma ameaça à integridade do sujeito, e o distanciamento social exigido pelas autoridades pode transformar-se também em um distanciamento cívico.

O modo pelo qual se dão as tomadas de decisão rompem com o cotidiano das frágeis ou fictícias democracias em todo o mundo. E, em certa medida, continuam sendo imitações e reproduções de estágios prévios ao estado pandémico, inscrevendo o “novo” ao “velho normal”.

Desse modo, no chamado “novo normal”, de natural e de novidade só há, realmente, o vírus. Todo o resto, como no trecho de Camus (1972) que dá início a este capítulo, é efeito da vontade, e a vontade neoliberal centrada na preocupação com a saúde da entidade anímica que é o mercado e a economia, assim como a peste de Camus, é propagada facilmente pela vontade do indivíduo que se distrai.

Assim, é sobre a ausência de novidade que esta investigação se debruça, na tentativa de evidenciar o habitual, o comum e tudo aquilo que esteve e

continua no mesmo lugar, ou muito pouco deslocado, na sociedade. Sobretudo, as questões que cruzam a educação.

Alguns estudos realizados sobre o período da pandemia apontam para o aumento das desigualdades. Reforço aqui a ideia de aumento e não de surgimento de desigualdades por conta da pandemia: as mesmas desigualdades que sempre estiveram presentes no cotidiano saudável, são alargadas, mas não criadas, no cotidiano infectado pelo coronavírus. Os impactos da pandemia tendem a ser maiores em indivíduos e comunidades previamente vulneráveis e em áreas “deixadas para trás” no período pré-pandémico (Tubadji, Webber, & Boy, 2020).

Na educação não seria diferente. As estruturas presentes no cotidiano escolar foram hiperbolizadas durante a pandemia, tornando mais evidentes uma série de desigualdades que convivem regularmente no cotidiano escolar (e.g., Jæger & Blaabæk, 2020; Hill et al., 2020; Haeck & Lefebvre, 2020; Ferguson, 2020). As diferenças entre o capital cultural se esgarçam e tornam-se um fardo mais pesado quando não se assumem como um impedimento para a continuidade do processo educativo reconfigurado.

Imediatamente após o encerramento das escolas, o governo português a exemplo de outros governos, propôs o ensino a distância (EaD) como uma ferramenta já utilizada e a forma de diminuir os impactos da interrupção das aulas. Foram lançados documentos orientadores para estudantes e professores/as com o intuito de viabilizar a utilização das TIC (tecnologias de informação e comunicação) (e.g., DGE, 2020a, 2020b; OECD, 2020) e o período foi compreendido como uma oportunidade de acelerar a transformação digital do cotidiano da educação, mas esbarrou nos obstáculos das desigualdades (Iivari, Sharma, & Ventä-Olkkonen, 2020).

Assim como as desigualdades foram ampliadas no período de pandemia, o mesmo ocorreu com o caráter conteudista da formação educacional. Isso fez com que se estabelecesse o discurso de que poderia ser possível uma educação (formal) sem o uso da escola. Estudar em casa online tornou-se um análogo ao *home office* desenvolvido pelas empresas como forma de minimizar seus prejuízos.

Entretanto, as desigualdades pré-pandêmicas tornaram a educação a distância emergencial um problema difícil de ser gerido, demandando atenção e estratégias por parte do governo.

Novamente, as diferenças de capital cultural possuído pelos indivíduos, assim como visto em Bourdieu (1982), tornam-se um agente de seleção entre os/as herdeiros/as, aqueles que possuem as condições de se adequar às exigências do modelo educativo, e os/as órfãos/ãs, aqueles/aquelas deixados/as para trás. A perspectiva de uma educação fundamentada em instâncias que favorecem um grupo específico e toma por base as condições materiais e imateriais que só a esse grupo é ofertada é, por sua vez, favorecida pela “era da avaliação” educacional, destinada à ordem e disciplina (Sousa Brandão, 2017) dos/das estudantes a um modelo predefinido, referenciado por estruturas de desigualdades. Esse espectro tende a ser reforçado pela rutura com o cotidiano escolar, no qual há uma série de tensões advindas de todo um processo de construção de saberes acerca da escola e da intencionalidade de seus atores dentro desse contexto, para sua (re)configuração em um ambiente online, distanciado e com muito menos estudos sobre seus modos e que, de partida, exige ainda mais as condições materiais para seu mínimo funcionamento.

Proponho aqui uma releitura do pensamento de Bourdieu (2004) tendo como escopo esse momento excepcional das funções escolares e da manutenção daquilo que é exigido:

Ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar estritamente dimensionadas pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que – sob as aparências da equidade formal – sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima. Conferindo uma sanção que se pretende neutra, e que é altamente reconhecida como tal, as aptidões socialmente condicionadas que trata como desigualdades de ‘dons’ ou de mérito, ela transforma as desigualdades de facto em desigualdades de direito, as diferenças econômicas e sociais em ‘distinção de qualidade’, e legitima a transmissão da herança cultural. (Bourdieu, 2004: 58)

Desse modo, a definição pela manutenção de algumas estruturas, por exemplo, a avaliação, em detrimento de outras, como a participação e a interação entre os sujeitos, amplia e legitima ainda mais a conservação social exposta por Bourdieu (2004).

Assim, mais que a incidência do vírus, que pode estar sujeito a uma vacina em um curto espaço de tempo, é a vontade (neoliberal) que propõe sua prevalência, desenvolvendo e criando estruturas em si e para si.

1.2 PANDEMIA E EDUCAÇÃO: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA

Procurarei agora mobilizar alguns estudos centrados na questão da educação, os impactos causados a partir de seu processo de rutura iniciada pela pandemia, suas perspectivas e possibilidades.

Com o surto da Covid-19, uma série de medidas foram tomadas com o objetivo de diminuir o seu contágio. Em todo o mundo, houve restrições às atividades, determinações acerca do teletrabalho e a definição de serviços essenciais, que deveriam permanecer para a manutenção mínima da estrutura.

Nesse contexto, as atividades letivas presenciais não foram consideradas como um serviço essencial e, por toda a parte, as escolas foram encerradas exigindo-se uma reorganização de seu sistema para se adequar à nova realidade.

Essas transformações suscitaram mudanças e ganharam uma grande atenção por parte de pesquisadores em todo o mundo. A breve revisão da literatura que aqui se apresenta visou selecionar uma parte da produção científica relativa às questões presentes neste estudo, bem como desenvolver a tarefa de criar um escopo para confirmar a relevância e validar a investigação acerca deste momento de excepcionalidade.

Os estudos aqui presentes foram selecionados dentre outros tantos, formando uma base científica para a interpretação do contexto, partindo da vasta produção que circunda o tema da presente investigação. Para isso, foram incluídas nesta revisão publicações internacionais em revistas científicas com revisão por pares. A pesquisa que conduziu a escolha desses estudos se baseou em sua relação com o tema da Covid-19 e os impactos sentidos devido à rutura com o modelo educativo tradicional.

Destarte, essa rutura pôde ser compreendida através da necessidade de adaptação da educação ao novo cenário e a perspectiva de que os efeitos gerados por essa mudança no presente fornecerão bases para o futuro próximo da educação. “A mudança vai acontecer. Simplesmente não sabemos como será. Temos em mãos “a batalha da década” no que diz respeito aos sistemas

públicos de ensino” (Fullan, 2020: 1)¹, essa mudança incerta, mas inevitável, pôde ser percebida através de diferentes perspectivas.

A mudança como necessidade é vista algumas vezes como uma oportunidade para a ressignificação da escola. Nóvoa e Alvim (2020) afirmam que a necessidade de repensar a educação e todo o modelo escolar é um fenômeno anterior à pandemia. A crise causada pelo novo coronavírus só antecipou a necessidade da escola de se metamorfosear em detrimento do risco de se desintegrar em meio à perspectiva da educação como consumo. O autor e a autora também apontam para os três passos necessários para a metamorfose da escola:

- i) O reconhecimento da necessidade da educação se capilarizar para que o processo educativo assuma espaços dentro e fora da escola em meios formais e informais. Para isso, deve-se fortalecer a conexão da educação com a sociedade e o entendimento de que ela deve estar para além da realidade escolar;
- ii) A transformação da estrutura organizacional da escola. É preciso abandonar o projeto de normalização das escolas criado no século XIX e realizar o seu oposto: permitir a criação de ambientes singulares, compostos por suas próprias configurações de currículo, tempo, espaços..., permitindo toda uma série de reconfigurações autônomas do processo educativo;
- iii) Valorizar a diversificação de métodos pedagógicos, destituir os/as estudantes de uma posição passiva para se tornarem pesquisadores ativos, bem como reconstruir a responsabilidade dos/as professores/as acerca da complexidade do todo educativo. (Nóvoa & Alvim, 2020: 39)

Ao encontro dessa ideia está o pensamento de Fischer e colegas (2020) que afirmam que as tecnologias são necessárias, mas não suficientes, que é preciso criar novas propostas de ensino e aprendizagem e que as respostas baseadas nos modelos pré-existentes não conseguirão dar conta dos desafios: “o futuro de como vivemos, pensamos, criamos, trabalhamos, aprendemos e

¹ Todas as traduções apresentadas neste trabalho são da responsabilidade do autor.

colaboramos não está lá para ser “descoberto” – tem de ser inventado e projetado” (Fischer et al., 2020: 10)

Estudos, como o realizado por Iivari, Sharma e Ventä-Olkkonen (2020), apontam para a crise como uma oportunidade para o desenvolvimento de uma transformação digital do processo educativo: “Devemos também ser mais ativos na preparação da sociedade para a transformação digital” (Iivari et al., 2020: 1). Pensamento semelhante é encontrado em Sá e Serpa (2020) que afirmam que a crise é um momento-chave para a reformulação do ensino:

essas circunstâncias imprevistas podem ser um momento-chave de oportunidade para a reformulação do ensino, com a implantação, desenvolvimento e disseminação entre professores e alunos das tecnologias digitais na formação de uma sociedade que é, ela própria, cada vez mais digital, nomeadamente a Sociedade 5.0. (Sá & Serpa, 2020: 4520)

Na mesma linha de pensamento, Persky et. al (2020: 701) apontam a crise como uma oportunidade de aprendizado que “só acontece uma vez na vida”, enquanto Poletti (2020: 2) afirma ser uma “ocasião fantástica” para se imaginar estratégias mais efetivas para serem aliadas ao modelo tradicional de educação. Trombly (2020: 7) também acredita que, apesar de inegavelmente trágica, a pandemia de Covid-19 oferece aos educadores a oportunidade de fortalecerem as relações com as famílias dos/das estudantes, para aumentar seu conhecimento sobre a possibilidade de abordagens educativas e para se reconectar com colegas de trabalho, tarefa comprometida pelo cotidiano burocrático das escolas, podendo registrar suas experiências e seus resultados, refletir sobre os aspectos que os levaram a ingressar na “nobre profissão” e assim aproveitar para “renovar as energias” e caminhar com os/as jovens para o futuro.

É importante perceber que a perspectiva da “crise como oportunidade”, já é um pensamento comum no discurso do empreendedorismo e que vem ganhando espaço também no discurso da educação. A ideia de adaptabilidade torna-se uma necessidade para estudantes, educadores/as e para o sistema educativo (e.g., Anderson & Hira, 2020; Cleland et al., 2020; Iivari, Sharma, & Ventä-Olkkonen, 2020; Kalloo, Mitchell, & Kamalodeen, 2020; König, Jager-

Biela, & Glutsch, 2020; Poletti, 2020; Sá & Serpa, 2020; Singhal, 2020), sintetizada pelo ponto de vista de d'Orville (2020: 1) como possibilidade de se estar preparado/a para eventuais crises: “Resiliência e adaptabilidade serão cruciais para as próximas gerações navegarem através da presente – e de qualquer futura – pandemia”.

Em contraste ao *mindset* otimista de alguns estudos, Kaden (2020) propõe uma visão mais cautelosa e afirma que o estudo realizado sobre o novo modelo de educação aponta para o aumento da carga horária dos professores/as e deve ser “cuidadosamente projetado e individualizado para não aprofundar a desigualdade e as divisões sociais” (Kaden, 2020: 1). A rutura com o cotidiano escolar pode ser também um dispositivo de ampliação das desigualdades pré-existentes, alerta Fergusson (2020), fazendo uma referência à restrição de liberdade que recai sobre famílias pobres, vítimas de desemprego, às quais a adaptação aos novos modelos de aprendizagem não é uma opção.

No estudo realizado por Haeck e Lefebvre (2020), “Usando estimativas da literatura sobre o impacto do fechamento de escolas, descobrimos que a lacuna em termos de competências socioeconômicas, medida através dos dados do PISA, pode aumentar em mais de 30 por cento” (Haeck & Lefebvre, 2020: 1). Outros fatores relativos ao aumento das questões raciais existentes no sistema educativo puderam também ser observados por Hill, Rosehart, Helene e Sadhra (2020).

Na mesma linha, os resultados conferidos por Jæger e Blaabæk (2020) demonstram uma ampliação das diferenças de capital cultural entre famílias que possuem um maior acesso a bibliotecas e outros dispositivos educativos, favorecendo os/as estudantes provenientes dessas famílias em comparação com os/as estudantes de famílias mais pobres.

O pensamento sobre a interrupção das atividades letivas que aponta para os impactos sobre a ampliação das desigualdades existentes antes da pandemia pode ainda ser observado em outros estudos, como o de Prata-Linhares, Cardoso, Lopes e Zukowsky-Tavares (2020):

Até agora, percebemos uma reprodução ampliada das assimetrias educacionais pré-existentes. Pessoas que vivem em situação de

vulnerabilidade social e exclusão digital enfrentam muito mais dificuldades no período de isolamento, bem como em conseguir manter a aprendizagem, do que aquelas em melhores condições financeiras e com acesso à Internet de banda larga. É um momento que exige reinvenção coletiva, aproximando políticas e práticas de forma resolutiva e equitativa. (Prata-Linhares et al., 2020: 1)

Assim, é primordial que, no período de exceção, os grupos mais vulneráveis sejam o foco dos esforços das políticas e das medidas educativas sob a pena de ampliar as desigualdades sociais, tomando como universal o modo de vida de grupos já privilegiados, que possuem garantidos o acesso a uma série de serviços e direitos que para outra parcela da população são negados. Para Sahlberg (2020), o confronto dessas desigualdades exige mudanças ousadas e corajosas para que possa haver alguma transformação verdadeira e não a manutenção de um sistema excludente.

É nessa lógica que o modelo mais evocado para mitigar os efeitos da interrupção das atividades presenciais, a educação a distância, é posto em causa por diversos fatores, por ser, de partida, uma ferramenta fundamentada em desigualdades. A exigência das TIC realizam um recorte entre as classes sociais de possuidores e despossuídos, mas ainda pode ser percebido em outra dimensão que é a distinção de recursos entre a população dos centros urbanos e a população rural (ver Soares et al., 2020). Para Lee (2020), o fechamento das escolas é associado à recusa do acesso a recursos antes existentes, restrições, essas que recaem com maior força sobre jovens que possuem necessidades educativas especiais relacionadas com a saúde mental. A suspensão das atividades e o estabelecimento de práticas a distância correm o risco de se tornarem inefetivas nesses casos.

Adicionalmente, a suspensão das atividades letivas, bem como o seu retorno, ainda que condicionado, colocam em tensão alguns direitos que tornam-se conflitantes, por exemplo, o direito à saúde, o direito ao trabalho e o direito à educação, como salientam Maguire e Maquinamara (2020): “Os decisores políticos e a comunidade em geral são desafiados a fazer escolhas neste

momento que pode ter impactos reais sobre os direitos humanos fundamentais” (Maguire & Maquinamara, 2020: 207).

Por sua vez, Assante (2020) traz à luz as desvantagens do ensino a distância para as concepções socioconstrutivistas, que enfatizam as dimensões sócio-culturais da aprendizagem e das relações interpessoais para a construção de conhecimento. O mesmo pensamento ocorre no estudo de Rebukha e Polishchuk (2020), que afirmam que “um ambiente educacional virtual nunca pode substituir o contato educacional direto entre um professor e alunos no contexto de ensino” (Rebukha & Polishchuk, 2020: 120).

Um desafio também encontrado para o estabelecimento da educação a distância é a falta de formação específica para professores/as e agentes educativos. A ausência das competências necessárias para o desenvolvimento desse tipo de abordagem passa pela literacia mediática e pela ausência de estratégias pedagógicas que fujam do lugar comum de mera transmissão de conhecimentos (e.g., Bergdahl & Nouri, 2020; Brandon, 2020).

Aliado a todas essas questões, observa-se uma atividade implicada que privilegia essa modalidade de ensino e que fixa a necessidade de informatização do ensino como parte de uma estratégia de adequação ao modelo neoliberal, promovendo a standardização dos conteúdos e avaliações capazes de tornar o ensino mais eficiente e lucrativo (Jones, 2020). A este respeito, Donaire (2020: 156) levanta a questão sobre quão bem sucedida pode ser essa estratégia do capital de reformulação da educação, de automação do trabalho dos professores/as e dos padrões de ensino desenvolvidos e se haverá um salto qualitativo na subordinação do trabalho no ensino.

O presente capítulo procurou enquadrar este estudo no que se refere aos contributos teórico-conceptuais que irão suportar a análise realizada e respetiva discussão dos seus resultados. Complementando esse propósito, realizou-se ainda uma breve análise da literatura sobre o impacto da pandemia na educação. O capítulo que se segue será dedicado à apresentação da metodologia adotada neste trabalho.

CAPÍTULO II. METODOLOGIA

Neste capítulo, procuro desenvolver as bases metodológicas que sustentam a investigação, bem como o processo efetuado como forma de abordar e evidenciar o problema estudado. Começarei por sustentar o ponto de vista metodológico que vou assumir, passando então a explicitar os métodos de recolha e de análise de dados e os procedimentos implementados.

A minha investigação em educação não está apartada de sua construção existencial, procurando conectar-se socialmente e apontando para a relação sujeito-objeto presente no pensamento de Bourdieu (1997) no que diz respeito a uma contraposição à violência simbólica vigente, aos saberes relacionados a uma classe dominante e à naturalização de conceitos que servem de fundamentos a saberes que reforçam as estruturas de poder:

Desta maneira, a episteme moderna define-se, pois, através da dinâmica específica a uma *volonté de vérité* pela qual toda frustração não é senão uma incitação a uma renovação da produção do saber. É pois esta vontade de verdade que é a chave da relação interna que há, para Foucault, entre Saber e Poder. (Habermas, 1986: 88-89 cit. in Gallo, 2004: 82)

Ao afirmar uma estreita relação entre o conhecimento e o poder, fica demarcada a minha assunção de uma perspectiva que tende a se aproximar à concepção foucaultiana de que o poder produz conhecimento, havendo uma constante luta discursiva pela fixação de significados que serão constitutivos de novos conhecimentos como uma espécie de auto-referenciação implícita, própria do discurso hegemónico. Ou seja, o discurso hegemónico busca sua manutenção a partir de ferramentas de controle. “É no discurso que poder e conhecimento são unidos” (Foucault, 1998: 100) e:

suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 2014a: 8-9)

Nesse sentido, assumo o posicionamento num paradigma de investigação sócio-crítico como descrito por João Amado (2014), na medida em que se espera que o trabalho desenvolvido neste estudo possa servir para

“desmascarar as ideologias e a situação de opressão e dominação que se vive no tempo presente e numa sociedade assente em conflitos de interesses e de poder” (Amado, 2014: 52) – uma produção científica que possui como horizonte a conscientização para a mudança social.

No que diz respeito à educação, é necessário criar pontes para uma conexão entre os saberes, é necessário perceber a complexidade dos fatores constitutivos da educação, sem mistificá-los, em sua relação com a tríade práxis-conhecimento-política (ver Berger & Luckmann, 2004). Estas instâncias se relacionam e podem influenciar-se, mas existe a possibilidade de tornarem-se ilhas incomunicáveis possuidoras de três realidades distintas inscritas em um discurso. Entendo que a produção de conhecimento em educação possui um comprometimento com esta comunicação, de contrário torna-se um campo estéril.

Ora, a pandemia e o conseqüente encerramento das escolas vieram trazer para o espaço público, através dos média, um conjunto de discursos estruturantes determinando boa parte das ações no campo escolar. Todo o processo desocultou várias tensões sobre a educação que não são, em boa verdade, necessariamente “novas”, mas que aparecem agora mais evidentes, dado um certo sentido de urgência estimulado pela crise. A necessidade de compreender o campo em que se situa uma disputa sobre aquilo o que é dito em educação, torna-se condição para a produção de qualquer tipo de conhecimento que se tenha como objetivo a não reprodução de modelos predeterminados e de posicionamentos que reforcem o discurso hegemónico e o *status quo*.

Desse modo, a presente investigação tem a intenção de configurar-se como uma análise crítica sobre aspectos relacionados ao processo educativo que se mostram como reprodução de um modelo precário e provisório, visto que é o resultado de tensões, determinados a partir do interesse das classes dominantes, mas que expõem suas fissuras, a partir de suas próprias contradições evidenciadas pela perturbação causada pela pandemia. O estudo aqui desenvolvido assume como objetivo geral tomar-se como um dispositivo crítico, capaz de oportunizar o dissenso e evidenciar posicionamentos compreendidos como atos de vontade, mesmo que submersos ou invisibilizados pelas práticas cotidianas.

O estudo centra-se, assim, no cenário imposto à educação em Portugal, e seus desdobramentos, durante o período de suspensão das atividades letivas em função da pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e a doença respiratória associada, designada de Covid-19. Estes acontecimentos agem como um momento de rápida rutura e reconstrução do modelo educacional vigente, tornando possível analisar e evidenciar como, “na crise”, alguns elementos que constroem o todo do processo educativo são favorecidos em detrimento de outros, tomados como secundários. As escolhas feitas sob o pretexto de manter a educação funcionado, tornam evidente uma relação hierárquica entre diferentes aspectos da educação. O nosso pressuposto é que a definição daquilo que se pode deixar em suspenso e o que, de facto, é imprescindível para a educação em um período de exceção não será nada além do que o é em tempos normais. É essa a discussão que quero iluminar aqui.

O presente trabalho estima seu próprio valor não pela novidade daquilo que é proposto, mas pela familiaridade com diversas investigações em ciências da educação que apontam para a construção de discursos que submetem e condicionam a educação ao reforço de estruturas de poder e reprodução social (e.g., Bernstein, 1996; Bourdieu, 1973; Bourdieu & Passeron, 1978; Freire, 1987; Van Dijk, 2008). Cabe aos investigadores e analistas, (cons)cientes da impossibilidade de produção de uma ciência neutra e engajados na mudança social, criarem dispositivos anti-hegemónicos, que possibilitem o fortalecimento do dissenso acerca do modo de construção social para que a democracia, ou alguma forma de democracia, possa existir a partir de seu aspecto fundamental: o conflito (e.g., Laclau & Mouffe, 2001; Mouffe, 2003). Nesse espectro, desenvolve-se a presente investigação, reforçando humildemente o que já foi dito por diversos pesquisadores que me precederam.

Desse modo, a investigação tem como ponto de partida a percepção das múltiplas formas de exploração e dominação executadas pela estrutura hegemónica neoliberal. A naturalização do discurso neoliberal é acompanhada fundamentalmente pela necessidade de diminuição e retirada do Estado sobre questões económicas, políticas e sociais. Entretanto, essa diminuição do Estado não se dá de forma imediata e diferentes contextos possuem diferentes níveis

de adesão ao modelo (e.g., Agamben, 2015a; Fraser & Gordon, 2005; Innerarity, 2006).

Uma forma de cooperar para a diminuição da velocidade desse regime é a decodificação de suas estruturas e da realidade construída através de seu discurso. O discurso neoliberal assume-se como o único desenrolar histórico possível assente na noção ideológica do '*there is no alternative*' (TINA), um “novo significante” (ver Amorim, Manarte, Coimbra & Menezes, 2020), que coopta o conceito de liberdade e o adequa às suas próprias estruturas de desenvolvimento, fortalecimento e reprodução.

Para isso, utilizo um momento excepcional para evidenciar que as “exceções” já ocorriam anteriormente, ainda que de forma menos evidente, tendo como foco a educação, entendida aqui como uma ferramenta que (ainda) contém em si a ideia de uma sociedade que se busca alcançar, estando suscetível a mudanças de acordo com o que se entende como o ideal de sociedade e que no atual momento pode estar caminhando para o desenvolvimento de si como instrumento de produção de gerações de “máquinas lucrativas” no lugar de cidadãos íntegros capazes de pensarem por si próprios (Nussbaum, 2015).

A partir dessa perspectiva, a investigação buscou responder a algumas questões, nomeadamente:

- i) De que maneira a educação foi afetada pela pandemia?
- ii) O que pode acontecer com a educação em um período de exceção?
- iii) O que é compreendido como essencial ou primordial para o desenvolvimento da educação?
- iv) Quais os atores mobilizados e em que sentido se concentram seus esforços?
- v) Como pode ser percebida a participação do Estado (português) durante esse período?

Para tal, assumiu-se que as informações e determinações sobre a educação estariam, à imagem do que se sucedeu no processo de divulgação e informação do contágio desde a sua origem pré-pandémica em Wuhan (China), situadas no terreno dos média.

Por conseguinte, as notícias veiculadas pelos média constituíram-se como a principal fonte de informação para analisar a problemática do presente estudo. De acordo com Trueman (2015), a análise de conteúdo dos média pode ser usada para analisar as ideologias daqueles que as produzem e o modo como procuram espalhar essa ideologia, constituindo um método de pesquisa não intrusivo das interações sociais, capaz de examinar uma ampla gama de dados ao longo de um período extenso, de forma continuada, para identificar discursos públicos e seus prováveis significados (Macnamara, 2005).

Assim, dentro de um rol de estratégias metodológicas que poderiam ser adotadas para responder às questões elencadas pelo presente estudo, recorreu-se à análise temática proposta por Braun e Clarke (2006, 2012, 2013a, 2013b), reforçada e desenvolvida por Liliana Rodrigues (2016). Braun e Clarke (2006) definem a análise temática como sendo um método útil e flexível para a pesquisa qualitativa, através do qual se pode “identificar, analisar e reportar padrões (temas) existentes nos dados” (Braun & Clarke, 2006: 79). A análise temática, acrescentam as mesmas autoras (Braun & Clarke, 2013b), adequa-se uma ampla gama de interesses de pesquisa e perspectivas teóricas e é fundamental como método porque:

a) trabalha com uma ampla gama de questões de pesquisa, desde aquelas sobre as experiências ou entendimentos mais pessoais até aquelas sobre a representação e construção de fenômenos particulares em contextos particulares; b) pode ser usado para analisar diferentes tipos de dados, desde fontes secundárias, como *media*, até transcrições de grupos focais ou entrevistas; c) funciona com grandes ou pequenos conjuntos de dados; e d) pode ser aplicado para produzir análises baseadas em dados [data-driven] ou em teoria [theory-driven] (Braun & Clarke, 2013b: 121).

Por conseguinte, considerando as características metodológicas evidenciadas, a escolha pela análise temática se deu por compreender que a partir dela as notícias presentes nos média poderiam evidenciar alguns padrões que nos permitissem responder às questões de investigação. Não obstante, importa mencionar, o método possui também como fundamento a perspectiva do analista como estando implicado em todo processo, sendo o resultado do trabalho de análise é uma interpretação dentre outras possíveis que emergem

dos dados coletados. Como adverte Trueman (2015) a este respeito, a análise do conteúdo dos *media* depende muito da interpretação dos pesquisadores e do modo como estes/estas operacionalizam as informações adquiridas, havendo, conseqüentemente, algum risco de estas poderem produzir imagens distorcidas da realidade – pese embora os procedimentos metodológicos adoptados para contrariar estes riscos e potenciar a validade da análise.

2.1 PERCURSO METODOLÓGICO E DEFINIÇÃO DO CORPUS

Segundo Braun e Clarke (2006, 2012, 2013a, 2013b), o método analítico qualitativo a da análise temática do conteúdo se dá em seis fases: “i) familiarização com os dados; ii) início da codificação; iii) procura de temas; iv) revisão dos temas; v) definição e nomeação dos temas; vi) produção do relatório” (ver Rodrigues, 2016: 125).

Na primeira fase, a análise consistiu na construção do corpus e na definição dos dispositivos que poderiam ou não fazer parte da pesquisa com base em critérios que serão demonstrados adiante no presente subcapítulo.

Em uma análise inicial, foram tomados como fontes de informação dois sites de notícias de grande circulação nacional, a saber: o Público e Expresso.

Ao desenvolver uma primeira leitura geral, foi percebido que as notícias possuíam muitas vezes um conteúdo comum, com variáveis de estilo próprio de cada um dos canais, mas que não acrescentavam dados diferenciadores significativos à investigação, já que não existia a intenção metodológica de se fazer uma análise comparativa entre os diferentes canais de notícias. Em termos analíticos, o objetivo central do presente estudo seria analisar a forma de atuação dos diferentes atores políticos e educativos que emergiram durante o período compreendido entre os dias 13 de março (dia em que se promulgou o Decreto-Lei nº 10-A/2020 que estabeleceu “medidas excepcionais e temporárias de resposta à epidemia SARS-CoV-2”, dentro das quais a suspensão de atividades letivas e não letivas e formativas) e 18 de maio de 2020 (dia definido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-C/2020, promulgado pelo Decreto-Lei nº 20-H/2020 de 14 de maio, para a retoma das atividades letivas presenciais, nos 11.º e 12.º anos de escolaridade e nos 2.º e 3.º anos dos cursos de dupla certificação do ensino secundário).

Assim, considerando o objetivo central do presente estudo, tomou-se a opção de analisar somente as notícias veiculadas pelo *site* do Público por ser um jornal generalista, diário e de grande aceitação por parte da sociedade, dando-se início à formação do corpus deste estudo.

2.1.1 FAMILIARIZAÇÃO COM OS DADOS E ELIMINAÇÕES

Inicialmente, foram coletadas 192 notícias publicadas, entre os dias 13 de março e 18 de maio, no *site* do jornal Público.

Posteriormente, foi realizada uma leitura transversal de todo o material para se proceder à fase da familiarização com os dados, tendo como objetivo estabelecer alguns padrões para se definir o que, de facto, poderia contribuir para a proposta de identificar elementos presentes nos discursos sobre educação no período excepcional que nos pudessem ajudar a responder às questões de investigação que motivaram o presente estudo.

Dessas 192 notícias, foram excluídas 30 por se tratarem de conteúdo fechado, exclusivo para assinantes do jornal Público – adotou-se o critério da acessibilidade, por um lado, por se considerar que o foco deste trabalho seria a análise de notícias que tivessem um carácter público, não-privado, e que, como consequência dessa particularidade, teriam assim maior alcance de divulgação; por outro, para se definir um corpus de textos que fosse razoavelmente gerível para se proceder à análise temática do seu conteúdo..

Das 162 notícias, 36 eram artigos de opinião e 2 editoriais. Apesar de abordarem os eventos relacionados à suspensão das atividades e seus desdobramentos, esses textos assumiam um gênero opinativo que nos levou à decisão de não os incluir no corpus de análise.

Das 124, 7 eram notícias generalistas que citavam a educação de forma superficial, verificando-se na maioria das vezes uma mera utilização do termo educação, sem qualquer tipo de intencionalidade subjacente para tratar o tema aqui em análise. Ainda assim, algumas dessas notícias receberam a *tag* “educação” por parte de seus editores, mas foram excluídas por não conferirem acréscimos à compreensão do tema. A classificação adotada pelo veículo de comunicação foi utilizada na investigação por se tratar de um possível ponto de partida para o acesso do público ao conteúdo, mas não pôde se sobrepor aos objetivos dessa investigação e nem substituir à tarefa de análise.

Das 117, 10 eram textos sobre dados fora do contexto da pandemia ou sobre questões alheias à investigação. Nesse momento da definição do corpus, foram excluídas as notícias que não pertenciam ao escopo da investigação,

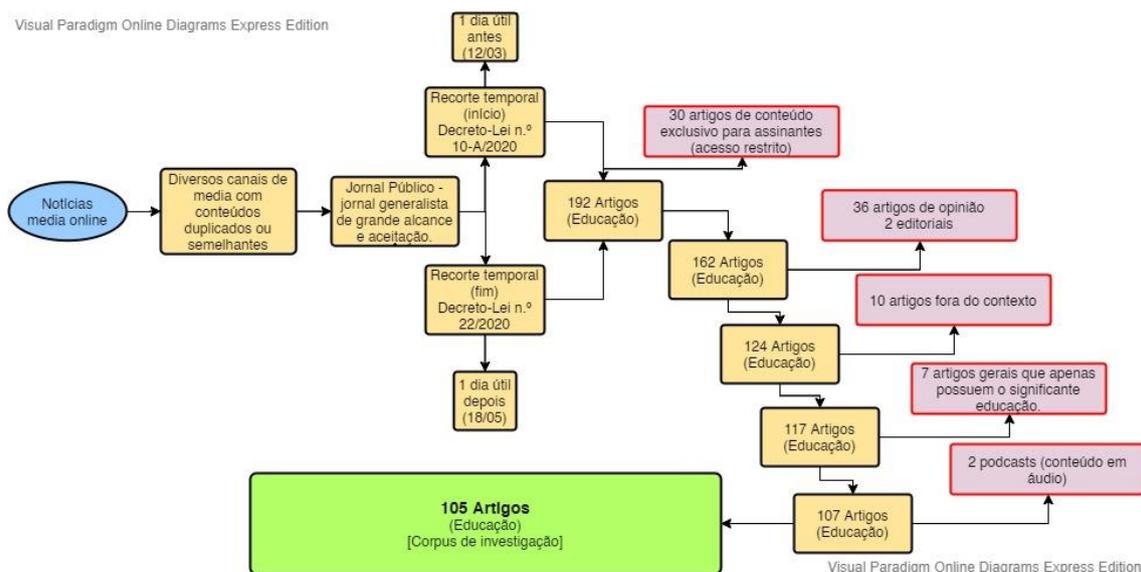
nelas eram abordados os desdobramentos de algumas questões anteriores ao evento-base da investigação, produções fora do contexto da análise em que o presente trabalho se pretendia situar.

Por sua vez, das 107, 2 eram podcasts. Durante o processo de seleção, foi definido também que a análise se centraria exclusivamente no discurso escrito, modo mais comum e tradicional presente nas notícias.

Assim, chegou-se a um corpus final de 105 textos do gênero notícia sobre a educação em tempos de pandemia (ver Figura 1. Percurso de eliminação e definição do corpus), sobre o qual foi realizada a análise temática de conteúdo (Braun & Clarke, 2006, 2012, 2013a, 2013b; Rodrigues, 2016).

Ao fim dessa primeira fase, foi gerada uma familiaridade com os dados que permitiu perceber os primeiros padrões a partir de uma base teórica prévia.

Figura 1. Percurso de eliminação e definição do corpus



2.1.2 CODIFICAÇÃO DOS DADOS

A segunda fase da análise teve como objetivo principal a procura de padrões que pudessem emergir dos textos selecionados.

No decorrer dessa perscrutação, percebeu-se que o assunto da suspensão das aulas se assumia como um dos padrões mais relevantes presentes nas notícias, e que este possuía um enredo próprio que se construía ao longo do período em análise. Dessa “história” contada através das notícias

emergem os primeiros códigos que deram origem aos temas identificados na investigação e que adiante iremos nomear.

É importante referir que, para a análise temática levada a cabo, a codificação se dá através da relevância dos padrões emergidos dos dados em relação às questões que orientaram a investigação, e não sobre a quantidade ou frequência de termos ou padrões textuais. Cientes das implicações inerentes ao um estudo de cariz qualitativo-interpretativo, tivemos sempre presente a ideia de que diferentes investigadores ou distintas questões de investigação produzem diferentes análises e, por conseguinte, diferentes códigos.

2.1.3 PROCURA DE TEMAS

A partir das questões de investigação, alguns padrões presentes nas notícias assumem relevância e passam a se configurar como possíveis temas.

As notícias, ao longo do período em análise, contam uma história iniciada pela suspensão das atividades letivas presenciais e adesão por parte da comunidade a essa medida, mas, em sua continuidade, surgem alguns atores que assumem protagonismo no debate político-educativo no qual são evidenciadas algumas tensões que constroem esse percurso e que fazem emergir algumas regularidades que se relacionavam com as questões de investigação.

2.1.4 ORGANIZAÇÃO E NOMEAÇÃO DOS TEMAS

Nesta fase, os temas foram sujeitos a avaliações independentes por parte da equipa de orientação, num processo análogo a uma validação cruzada, no sentido de se reduzir a aleatoriedade/subjetividade do processo interpretativo e de, assim, se garantir maior consistência na nomeação dos temas.

O processo de discussão subjacente a esta fase foi desenvolvido ao longo de várias reuniões até se chegar a um consenso relativamente aos temas que deveriam ser, por fim, nomeados.

É importante frisar, contudo, que a subjetividade estará sempre presente em qualquer recolha e análise de dados e que os dados aqui representados não

escapam a essa condição, tendo sido também eles atravessados por diferentes subjetividades, sendo o reflexo da produção de trabalhadoras/es de um veículo de média sobre a atuação de sujeitos ao longo do processo e interpretados e analisados por sujeitos, trabalhadoras/es, investigadoras/es.

Essa assunção cumpre um propósito pedagógico de reforçar a ideia de que os dados são sempre um recorte, jamais assumindo-se como uma representação completa da realidade, caso convencionássemos a existência de tal realidade concreta e cognoscível.

2.1.5 NOMEAÇÃO DOS TEMAS

Como resultado do processo de avaliação e discussão dos padrões que emergiram dos dados, constituíram-se os seguintes temas:

- i. Escola Neurótica
- ii. Educação a Distância
- iii. Centralidade na Avaliação
- iv. Papel Instrumental das Escolas

Nesta fase, percebeu-se que alguns padrões centrais que emergiram da análise tinham uma ligação entre si e que poderiam ser agrupados num só tópico. Esses padrões centrais identificados seriam, conseqüentemente, tratados como subtemas – para ver com mais detalhe a organização das notícias por temas e subtemas que se levou a cabo, consultar Apêndice 1. Quadro de *Análise Temática* por tema e subtema.

Assim, o processo de nomeação dos temas teve em consideração a possibilidade de fundir alguns padrões de modo a definir-se os temas mais relevantes da análise. Seria a partir dessa reorganização que elaboraríamos, em definitivo, um mapa temático de análise (ver Figura 2. Mapa temático da análise).

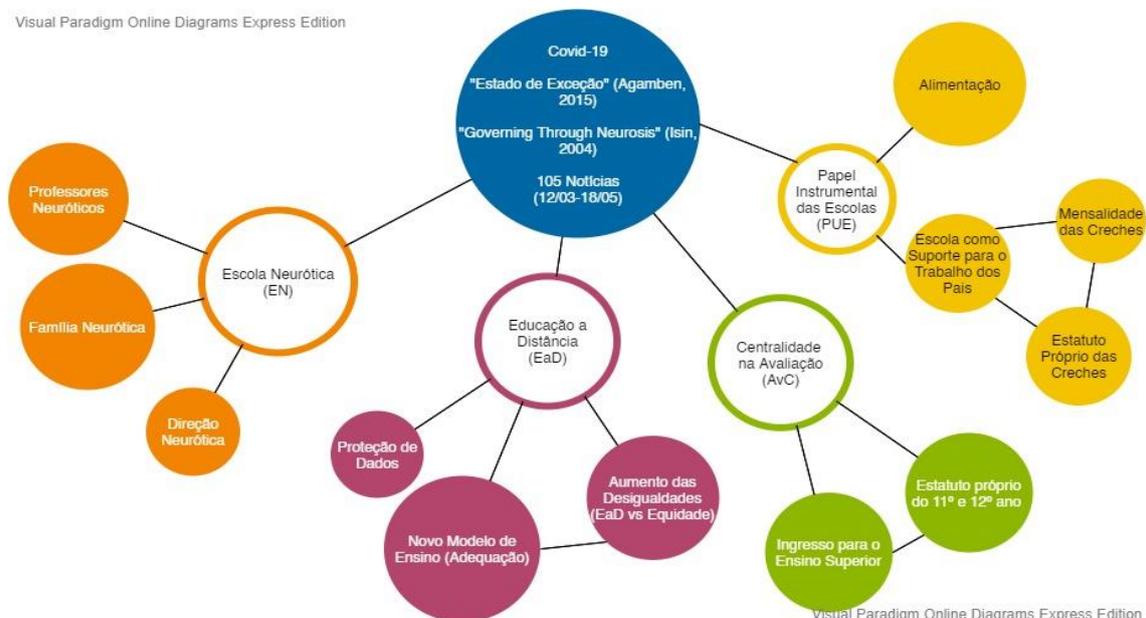
Adicionalmente, identifica-se também nesta fase, nas palavras de Rodrigues (2016), “a história que cada tema conta, e como se relaciona com a história mais ampla que os dados mostram através do organizador central a história que cada tema conta” (Rodrigues, 2016: 126).

No caso da presente investigação, o organizador central da análise é composto pela relação entre dois conceitos fundamentais:

1. O “estado de exceção” (Agamben, 2015a), que questiona o modo como as políticas presentes no neoliberalismo constroem um estado de exceção, não como um dispositivo temporário para a resolução de um problema específico, mas um estado permanente justificado por uma série de riscos que ameaçam a todo momento a integridade dos/das cidadãos/ãs e os/as coloca em uma posição de fragilidade e subalternidade diante dos desígnios do Estado.
2. O “*governing through neurosis*” (Isin, 2004), onde o cidadão é compreendido como um “cidadão neurótico”, levado a ser governado por seus medos e inseguranças; essa neurose torna-se ainda mais evidente sob o risco de contaminação, o medo do contágio é associado ao medo do fracasso econômico a curto e médio prazo.

Assim, os temas (e respetivos subtemas) que emergiram da análise entrelaçaram-se nesse espectro organizador como mostra o seguinte mapa temático:

Figura 2. Mapa temático da análise



Neste capítulo, apresentamos os fundamentos epistemológicos e metodológicos do estudo, explicitando as questões de investigação, a constituição do corpus de análise e os procedimentos de concretização da

análise temática. Finalmente, apresentamos o mapa temático construído e que será o organizador da apresentação dos resultados do estudo, no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS TEMAS

3.1.1 A ESCOLA NEURÓTICA (EN)

Governar por meio da neurose significa que o sujeito neurótico é incitado a fazer dois ajustes na sua conduta para se tornar um cidadão. Se por um lado o cidadão neurótico é incitado a fazer investimentos sociais e culturais para eliminar vários perigos, calibrando sua conduta com base nas suas ansiedades e inseguranças e não em racionalidades, ele também é convidado a considerar-se parte de uma espécie neurológica e a entender-se a si mesmo como uma estrutura de afeto. (Isin, 2004: 223)

Para o desenvolvimento dessa categoria é necessário explicitar parte do pensamento desenvolvido pelo autor. O conceito de neurose é uma calibração do conceito de risco e sociedade de risco desenvolvido por Beck (2000). Nessa proposta, é levada em consideração a ativação do nível subjetivo do tecido social.

Assim, o cidadão no contexto neoliberal é levado a compreender-se enquanto sujeito plenamente responsável por seu desenvolvimento, sua saúde, sua prosperidade e sua felicidade, controlando e calculando os riscos por mérito próprio, independentemente das “caridades do Estado” (Fraser & Gordon, 1995), que são tomadas como um recurso dispensável ao bom cidadão, o cidadão economicamente estável e produtivo.

A fantasia do “cidadão biônico” (Isin, 2004) gerada pelo discurso neoliberal assume sua materialidade no cidadão neurótico, caracterizado pelo medo, insegurança, ansiedade e hostilidade causada por sua condição de solidão e angústia.

Por sua vez, o estado de exceção (permanente) (Agamben, 2015a) vê na neurose um dispositivo aglutinador capaz de produzir ferramentas para o controle neuropolítico ou “governing through neurosis”, como Isin (2004) prefere mencionar.

Com base no pensamento de Engin Isin (2004), proponho a leitura da escola e seus atores como um corpo neurótico, que demanda atenção às suas ansiedades impulsionadas pelo medo e a hostilidade, evidenciadas, mas não criadas, em tempos de pandemia.

Assim, é possível pensar em uma outra forma de enfrentamento da anomia referida em Durkheim (1999), a solidariedade neurótica. Essa traição subjetiva ao pensamento durkheimiano se dá pelo novo contexto de individualização inerente ao contexto neoliberal e sua (in)esperada resposta a partir da sobreposição de solidões (Ferrari, 2008).

Desse modo, a escola neurótica se mostra como parte da estrutura conflituosa sobre a qual as decisões do governo se desenvolvem, como forma de resposta às suas neuroses de uma forma paradoxalmente fácil e tranquila de gerir, onde a sedimentação do estado de exceção e a suspensão da democracia tendem a ser consentidas desde que assumam a forma de fator conciliatório ou única medida possível para o enfrentamento da questão, seja ela qual for.

Os símbolos e signos evocados trazem consigo as características de seu tempo, a biopolítica (ou neuropolítica) suporta as mudanças exigidas para essa viragem sutil do controle pelo risco, para o controle pela neurose – retirada de uma das notícias do Público que integraram este estudo, a Imagem 1 é, no meu entender, bem ilustrativa do tema da escola neurótica:

Imagem 1. Descontaminação da escola (P98)



Ao longo do período, mais do que o medo do contágio e a necessidade de resolução dos problemas, o que se demandou foram as “condições” (de segurança) para justificar a suspensão das atividades letivas e para o seu retorno.

A comunidade escolar, durante o período se uniu em torno do inimigo comum e se fraturou a partir dos diferentes desejos e ansiedades. A medida de interrupção das atividades escolares e o fechamento das escolas foram compreendidas através de um consenso entre seus atores. Nos últimos dias de aulas, antes da promulgação do Decreto-lei nº 10-A/2020 que estabeleceu a suspensão das atividades letivas, já havia se percebido a ausência de uma parcela considerável dos/das estudantes. Um estudo realizado por Ana Benavente, Paulo Peixoto e Rui Machado Gomes publicado pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação (Benavente, Peixoto, & Gomes, 2020) indica que 92,5% das pessoas que responderam a um questionário aberto na internet apoiaram o fechamento das escolas. Por outro lado, as medidas tomadas após a suspensão criaram ansiedades diversas entre os componentes da comunidade escolar (e.g., diretores/as, professores/as, famílias e estudantes) que buscaram ser respondidas pelo Estado.

É uma das razões para que a Federação Nacional da Educação (FNE) tenha colocado a seguinte condição como essencial na reunião realizada nesta segunda-feira com o ME: para que as pessoas “possam ter confiança na palavra das autoridades é necessário que da próxima reunião com os especialistas de saúde pública, marcada para esta quinta-feira, saia de forma clara e transparente que estão reunidas todas as condições para esta nova etapa do desconfinamento.” (P100)

Os conflitos evidenciaram uma mudança ao longo do período. Aos poucos as ansiedades acerca das incertezas causadas pela rutura com a normalidade emergiram e deram início à gestão da crise e tentativa de pacificação por parte do governo.

Em conferência à imprensa publicada no dia 13 de Março de 2020, o ministro da educação, Tiago Brandão Rodrigues, anunciou que “ninguém está de férias”. Já o ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira, dizia que “Vamos ter todos de trabalhar. O país vai ter todo de

trabalhar. Mas podemos trabalhar de uma maneira diferente, reduzindo a interação. Há boas práticas para que as pessoas possam continuar nos seus postos de trabalho”.

As falas dos ministros mostram um pensamento relativo à divisão de responsabilidades com os/as cidadãos/ãs para atravessar o período excepcional. O discurso sobre a união de subjetividades para a superação da crise tornou-se um ponto comum nas falas dos atores envolvidos, que buscavam unir esforços para o enfrentamento da crise.

Esse discurso traz consigo um reforço à condição neurótica dos indivíduos. A constante vigilância de si e dos outros tornou-se tarefa cotidiana. O “inimigo invisível” causador de “uma crise sem precedentes” é também o fator de união capaz de pôr em suspensão não só as aulas, mas também as liberdades e a democracia.

O impacto sobre a alteridade também se dá de maneira neurótica. A visão do outro como agente contaminador em potencial e a abolição do próximo, aquele que não deve ser tocado (Agamben, 2020), faz com que o medo e a insegurança realizem a ponte entre o público e o privado, reforçando o caráter (neoliberal) de individualização.

Por sua vez, a alienação voluntária de direitos, constituída pelo medo das consequências impostas pelo vírus, leva os indivíduos a um estado de atenção sobre temas antes ignorados. Assume-se uma visão parcializada, mediada ou filtrada pelos meios de comunicação e um grupo de especialistas eleitos para decidir e disseminar termos científicos, ou pseudo-científicos (Agamben, 2015b) que cumprem a função de sustentar as formas de ser e estar dos cidadãos durante a pandemia.

A abolição do outro é um terreno fértil para o reforço da individualização do cidadão neurótico e para desenvolvimento e testagem de (novas) técnicas de controle por parte do Estado.

O tema escola neurótica surge a partir da definição de como a comunidade escolar torna-se um lugar do depósito de anseios e medos referentes ao ambiente inseguro que foi instituído.

Nele, atuam organizações de pais, professores e diretores de escola, às vezes em consonância e por vezes representando questões, ou “neuroses”, distintas, como ilustram os seguintes excertos de notícias:

A coberto de um argumento válido, pensamos que se procura um grupo-alvo de estudo em meio semi-controlado para que se teste a imunidade colectiva. Não se pode permitir isto, pois os nossos filhos e educandos não são cobaias (P92)

Nenhum director se responsabilizará por abrir uma escola se não estiverem reunidas as condições para garantir a segurança de alunos e professores. (P86)

3.1.2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD)

A forma como o tema da educação a distância (EaD) emergiu dos dados pode ser percebida em três aspectos centrais i) a concepção da educação a distância como novo modelo de educação; ii) a educação a distância como reforço de desigualdades sociais; e iii) a questão da proteção de dados e outros riscos.

Em todo o mundo, houve interrupção das aulas presenciais, criando obstáculos para a reorganização da oferta formativa, tendo sido a educação a distância favorecida pelo uso da internet como ferramenta, uma das saídas mais viáveis para o desenvolvimento de um modelo de educação emergencial.

Entretanto, alguns estudos apontam para os desafios enfrentados por professores/as para adaptação a esse modelo de educação (e.g., Assunção Flores & Gago, 2020; Iivari, Sharma, & Ventä-Olkkonen, 2020; Judd, Rember, Pellegrini, Ludlow, & Meisner, 2020).

Em Portugal, a partir do momento em que se decidiu pela suspensão das atividades letivas presenciais, a educação a distância surge como forma de suprir as necessidades imediatas para o enfrentamento e manutenção relativa do funcionamento da escola em meio à pandemia.

Em suas casas, os professores procuravam aprender online a melhor forma de conseguirem manter o ensino, mesmo que os seus alunos estejam agora longe. (P09)

Inicialmente, a rutura com o modelo tradicional foi encarada com relativo otimismo, a partir da ideia de oportunidade para a realização de uma reforma do modelo educativo e superação dos obstáculos para o desenvolvimento do ensino a distância.

Imediatamente, a mobilização do setor privado reforça a ideia de que a educação a distância possui um apoio de empresas que vêm nesse modelo, uma possibilidade de desenvolver suas atividades, como deixa sugerir o seguinte excerto:

Brandão Rodrigues também agradeceu a disponibilidade de “um conjunto de instituições públicas e privadas [como as editoras Leya e Porto Editora] que já disponibilizaram as suas plataformas” de e-learning gratuitamente, que poderão ser usadas pelas escolas durante as suas semanas de suspensão lectiva até às férias da Páscoa. (P04)

Setores do governo se articularam para dar suporte a essa transição.

Num momento em que as escolas portuguesas se encontram com as atividades presenciais suspensas, a Direção-Geral da Educação (DGE), em colaboração com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), construiu este sítio, com um conjunto de recursos para apoiar as escolas na utilização de metodologias de ensino a distância que lhes permitam dar continuidade aos processos de ensino e aprendizagem.

Este apoio deverá permitir a todas as crianças e jovens:

- Manter contacto regular com os seus professores e colegas;
- Consolidar as aprendizagens já adquiridas;
- Desenvolver novas aprendizagens.

(Nota inicial do site apoiescolas.dge.mec.pt, 2020)

Surge também uma estreita relação entre o setor público e o setor privado, que rapidamente disponibilizou ferramentas para possibilitar o novo modelo de educação:

A multinacional norte-americana [Microsoft] ofereceu 5000 licenças Office 365 a cada estabelecimento de ensino. O número de novas inscrições ao longo do dia de ontem fez com que o acesso tivesse estado mais lento do que o habitual. (P09)

Assim, o governo tornou-se um articulador da sedimentação do ensino a distância, visando garantir o seu sucesso:

Além das respostas cooperativas ou do sector privado, há também uma resposta pública ao desafio que os professores têm pela frente nas próximas duas semanas. Durante o fim-de-semana, a Direcção-Geral da Educação criou o portal Apoios às Escolas, em colaboração com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, que esta segunda-feira foi para o ar. (P09)

A dificuldade de conseguir uma adesão maior por parte dos/das estudantes levou o governo a lançar uma *hashtag* (#estudoemcasa) para buscar um engajamento entre os jovens. Dentre as medidas, o governo pedia aos jovens que se fotografassem estudando e subissem as fotos usando a *tag*:

Dia Nacional do Estudante assinalado com #EstudoEmCasa

#EstudoEmCasa é o repto lançado pelo Ministério da Educação aos alunos para assinalar o Dia Nacional do Estudante.

Por força das medidas de contingência provocadas pelo surto epidemiológico causado pelo novo coronavírus, a comunidade em geral, e as escolas em particular, atravessam um momento ímpar na organização dos seus processos de ensino-aprendizagem.

De facto, a escola mudou-se para casa por uns tempos. Mas a vontade de aprender e de estudar deve ser estimulada por todos.

Uma foto. Uma rede social. Uma hashtag

A 24 de março celebra-se o Dia Nacional do Estudante e o Ministério da Educação vem desafiar os mais novos a partilharem imagens a estudar na sua sala de aula provisória.

A ideia é que, esta terça-feira, os alunos ou encarregados de educação partilhem nas suas redes sociais uma foto em casa, em ambiente de estudo, e coloquem a hashtag #EstudoEmCasa, criando um movimento nacional de motivação para que alunos, famílias,

docentes, não docentes e escolas prossigam esta caminhada, num ano letivo que, inesperadamente, já tem contornos diferentes do habitual. Esta é também uma forma de os alunos reconhecerem o trabalho dos seus professores. As fotografias espalhadas pelas redes sociais serão compiladas na página de instagram: <https://www.instagram.com/estudoemcasa2020/> (sublinha-se que apenas serão partilhadas as que não identifiquem o aluno e/ou a sua localização). (ME, 2020)²

Entretanto, aliado ao estabelecimento do novo modelo de ensino, surgem algumas questões relativas à intensificação das desigualdades evidenciada com a educação a distância, o que deu origem ao subtema “EaD vs. Equidade”:

No presente cenário em que um enorme esforço é colocado na exequibilidade das aulas a distância, é, pois, necessário ter em atenção que existem alunos sem acesso à Internet e que precisam de soluções alternativas para o seu estudo. (P20)

Assim, como forma de mitigar as desigualdades sociais deflagradas pela necessidade de utilização dos recursos tecnológicos, em 20 de abril, o governo lançou uma programação televisiva no canal estatal (RTP Memória) em que disponibilizava o conteúdo através de videoaulas. No entanto, essa medida não obteve grande adesão por parte de estudantes e professores (Flores & Gago, 2020).

Deste modo, a questão do acesso às TIC (Tecnologias de informação e comunicação) permaneceu no centro das discussões, onde, raramente, foi posta em causa o sentido da EaD, que, por sua vez, passou a exigir grandes investimentos para a sua execução:

As câmaras estão a gastar milhões de euros na aquisição de computadores e tablets e na contratação de serviços de Internet para entregar aos alunos que não têm acesso aos conteúdos das aulas à distância. Em apenas 18 autarquias, o investimento em material novo

² Nota à comunicação social, 23 de março de 2020, disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=dia-nacional-do-estudante-assinalado-com-estudoemcasa> [acessado em 31/10/2020].

ascende a 2,3 milhões de euros, mas há quem opte por ceder equipamento que já possuía. (P76)

É importante se perceber que para o Ministério da Educação (ME) não havia discussão sobre a efetividade do modelo à distância e se esses investimentos poderiam ser redistribuídos de outra forma. Foram poucas as autarquias que optaram por sistemas distintos:

Apenas 15% das autarquias contactadas pelo PÚBLICO não têm um programa de cedência de equipamento informático aos alunos. Uma opção que a Câmara de Silves justifica pelo facto de identificar uma “pressão” que “soluções de negócio que o mercado imediatamente produziu”. “Cabe ao Ministério da Educação e não às autarquias garantir as soluções e os meios tecnológicos adequados que garantam o direito universal à Educação”, justifica fonte da autarquia. (P76)

Em contrapartida, outras autarquias não só aderiram ao novo modelo como se propuseram à resolução de uma espécie de dilema ‘neo’ “neo-malthusiano” (ver Lerner, 2018; Malthus, 1798), em que no lugar do problema relativo à produção de alimentos torna-se central o problema gerado pela proporção filhos-TIC:

Havia famílias não vulneráveis que tinham problemas logísticos complicados. [...] **Se uma família tem três filhos e apenas um computador precisa, pelo menos, de mais um**”. A câmara não garante um computador por aluno, mas garante “dois computadores numa família com três filhos. (P76, grifo nosso)

Assim, o discurso emergido dos dados demonstrou que a educação a distância, assim como as avaliações, são os grandes pontos nodais da ‘nova educação’, necessitando de alguns ajustes, sim, mas incontornável para os novos tempos.

É importante perceber que, de facto, um modelo educacional centrado na avaliação e sustentado pelo consumo de *gadgets* tecnológicos é um setor muito atrativo para o mercado. Ou melhor, uma educação definida pela ausência de relações interpessoais, exigência de adaptabilidade, autonomia e certa medida

de autodidatismo do estudante aliada às possibilidades de eficácia na otimização e mensuração do aproveitamento escolar são um terreno fértil para o mercado.

O que fez emergir uma nova preocupação em relação à proteção de dados, além do ataque de *hackers* que podiam perturbar a realização das atividades (e.g. P74), que levou a Comissão Nacional de Proteção de dados a alertar para o seguinte:

Nesses perfis é feita também a “análise e previsão de aspectos relacionados, nomeadamente, com aptidões intelectuais, aptidões profissionais, traços de personalidade, desempenho profissional e mesmo com a saúde dos utilizadores”. Ora, frisa a CNPD, isto é “especialmente evidente nas plataformas que disponibilizam conteúdos pedagógicos especificamente adequados para cada utilizador, que se traduzem na tomada de decisões automatizadas assentes em sistemas de inteligência artificial que analisam o comportamento e desempenho dos alunos (*learning analytics*)”. (P50)

Deste modo, o ensino a distância, tal como se apresenta, é um dispositivo de reforço do controle e da manutenção e do reforço das desigualdades em quatro aspectos fundamentais:

- i) **Educação fundamentada no consumo.** O acesso ao sistema educativo é mediado pela aquisição de produtos tecnológicos (tablets, celulares/telemóveis, computadores...) que serão comprados e distribuídos pelo Estado, em regimes comparticipados, ou sob responsabilidade do jovem e seus encarregados de educação. Por sua vez, esses aparelhos além de possuírem uma forte relação com o fetichismo da mercadoria (Debord, 1997) e sua utilização como diferenciador social, necessitam de alto investimento além de possuírem uma vida útil limitada e suscetível a uma série de obsolescências.
- ii) **Reforço das diferenças entre capital cultural.** O ensino exige que os/as jovens possuam uma série de competências que atuam como uma forma de reforço e reprodução social. O hábito da utilização desses dispositivos, bem como a qualidade de conexão e dos apetrechos tecnológicos atuam como mais um obstáculo

para estudantes mais vulneráveis. Por outro lado, a suspensão das relações interpessoais que ocorrem no ambiente escolar cria um modelo de não interação entre indivíduos, impedindo a experiência com a diversidade (e.g., Kim & Padilla, 2020; Prata-Linhares et al., 2020; Rebukha & Polishchuk, 2020; Schwartzman, 2020).

- iii) **Reforço das desigualdades entre distintas configurações familiares.** Famílias das classes dominantes, em geral, possuem um contato maior com dispositivos tecnológicos e podem auxiliar de forma mais efetiva os/as jovens em casa. Por sua vez, distintas configurações familiares, sobretudo, famílias monoparentais ou com muitos filhos sofrem uma desvantagem nesse sistema. Essas condições que já podem atuar normalmente como uma dificuldade aos/às estudantes e suas famílias passa a ser reforçada pelas exigências do modelo (e.g., Ferguson, 2020; Jæger & Blaabæk, 2020).
- iv) **Quantificação, valorização e perpetuação das estruturas de desigualdade.** Outra questão é que aliado aos três pontos anteriores, através de ferramentas de definição de padrões e comportamentos, esse modelo pode facilmente propor seleções otimizadas ao mercado, definindo quem está apto ou inapto para o desempenho das funções.

3.1.3 CENTRALIDADE NA AVALIAÇÃO (AvC)

A avaliação comunica mensagens subtis e poderosas que podem moldar e definir não só o sistema educativo, como também os valores e expectativas que nele circulam. (Sousa Brandão, 2017)

O Ministério da Educação (ME) esclareceu nesta quinta-feira que só existirão aulas presenciais “para as disciplinas do ensino secundário do ano em que se façam os exames nacionais. (P95)

Ao longo do período analisado, a avaliação e, principalmente, os exames nacionais assumiram-se como o centro das atenções (e tensões) por parte de

professores/as, de diretores/as, de estudantes (as poucas vezes em que foram chamados a falar) e, sobretudo, do governo. A necessidade de salvaguardar as avaliações mobilizou uma série de esforços e esteve presente nas notícias desde os primeiros momentos da suspensão das atividades letivas. Viabilizar as avaliações foi tomada como uma condição para suportar o sucesso das medidas como um todo e conferiram ao 11^o e 12^o anos um estatuto próprio, distinto dos demais anos da educação.

A “centralidade na avaliação” (AvC) teve uma considerável regularidade que a configurou como um dos temas que emergiram da análise dos dados. O tema foi a principal preocupação em vinte e seis das cento e seis notícias coletadas ao longo do período.

Algo espectável já que o discurso sobre a avaliação a configura como sendo um dos grandes pontos nodais da educação, razão pela qual Sousa Brandão (2017) considera estarmos a viver na “era da avaliação”:

A avaliação educacional pode ser vista como a representação arquetípica do desejo/necessidade de disciplinar, trazendo ordem a um mundo aparentemente confuso e heterogêneo, onde a racionalidade e eficiência substituem a confusão e a heterogeneidade. Não é uma parte destacável de processos sociais que atravessam diferentes domínios, mas, antes, os processos de avaliação contribuem para a construção social da realidade. (Sousa Brandão, 2017: 3)

As avaliações constroem um complexo sistema que fundamenta a produção de classificações e *rankings* que são imprescindíveis para o que Biesta (2012) chama de “era da mensuração” e que vem a organizar e determinar a prática educativa:

O aumento da cultura da mensuração na educação tem exercido um impacto profundo sobre a prática educacional, desde os mais altos escalões das políticas educacionais em nível nacional e supranacional até as práticas locais de escolas e professores (Biesta, 2012: 812).

De certo, pode-se perceber que a avaliação não pode ser compreendida como contingente ou apenas parte do processo educativo. No momento de

exceção explícita, de acordo com Giorgio Agamben (2015a), o estado de exceção é um estado permanente para que os governos possam desenvolver suas medidas a partir da cisão entre o jurídico e o cível, o que era para ser exceção é tomado como norma e se desenvolve a partir de sua forma estrutural e estruturante, permitindo a suspensão democrática em prol do direito do Estado de governar.

Como forma de criar um dispositivo imagético através de uma metáfora, “instruir por aproximação repentina entre coisas que parecem distantes” (Ricoeur, 2000: 60), remeto aqui às questões relativas ao modelo excepcional desenvolvido como o instante em que uma piscina é esvaziada e expõe suas estruturas antes submersas. Assim, os condicionantes à educação, ocultados pelas práticas cotidianas, são estruturas evidenciadas pelo esvaziamento dessa piscina causada pela rutura com o cotidiano, pelo estado de urgência, pela mobilização para o enfrentamento da pandemia e a definição daquilo que deve ser privilegiado dentre todos os elementos constituintes da educação. A rapidez com que ocorre esse esvaziamento e (re)preenchimento não põe em causa suas estruturas, pelo contrário, são elas que irão determinar as formas e continuarão a condicionar o conteúdo daquilo que poderá ser mobilizado, o que deverá ser deixado de lado e aqueles/aquelas que mais comumente podem e serão deixados/as para trás.

Fica evidente que mesmo em um modelo excepcional, as avaliações não estão em causa, muito pelo contrário, tornam-se estratégias de biopolítica (ver Foucault, 2008 [1978-1979]), já que é a própria vida que está em causa em sua relação e vão além, assumidas como o fiel da balança, método quantificável para o veredito sobre o sucesso no enfrentamento da pandemia. Para isso, o governo mobilizou diversos esforços para garantir a continuidade das avaliações com o argumento de que, no caso da impossibilidade de realização de exames escolares, o ano letivo ficaria numa situação difícil ou fracassaria. Em outras palavras, pode-se deduzir desse argumento a assunção de que um ano sem avaliações seria um ano perdido.

Enquanto pode ser observado evidentemente que para as políticas endereçadas à educação outros aspectos relativos ao cotidiano escolar tornam-se contingentes: “Concentrar, sempre que possível, as aulas das diferentes

disciplinas de cada turma de modo a **evitar períodos livres entre aulas.**” (P91, grifo do texto original)

Assim, fica evidente que o tema da avaliação é hoje fundamental para se discutir o papel/função da escola nas sociedades atuais. Nesse sentido, cabe aqui o questionamento sobre se os quatro pilares da educação definidos por Jaques Delors e colegas (1996): “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser” e representados no documento do Ministério da Educação e da Direção-Geral da Educação (ME/DGE, 2017) não são meros acessórios para o grande porquê da educação: aprender a avaliar/ser avaliado.

Sobre esse tema retoma-se a questão levantada por Biesta (2012), isto é: se valorizamos o que medimos ou se, de fato, medimos o que valorizamos. De qualquer forma, ainda que não se tenha uma resposta definitiva para dar a Biesta (2012), medir e valorizar, mais do que indissociáveis no discurso educacional, são o próprio *leitmotiv* do processo educacional. Mais, o uso do sistema de avaliação parece responder a diferentes anseios que extrapolam mesmo a avaliação em si.

Isso dito, questiona-se se fatores externos, pontuais ou não, pandêmicos ou não, podem pôr em causa, inviabilizar ou desqualificar todo o processo educativo caso esses agentes influenciem diretamente nos índices previamente determinados de (in)sucesso das avaliações. Ou melhor, parece ser evidente que o ano esteja em causa, já que “o ano”, ou todos os anos de educação não passam de práticas que se realizam através dos exames.

Caso as avaliações sejam compreendidas como o fiel da balança para a prestação de contas de todo processo educacional, esse tenderá a mostrar sua fragilidade em consequência de quaisquer excepcionalidades que ocorram durante um momento pontual. Em conformidade a essa ideia, os agentes presentes nas notícias mostraram-se “neuróticos” sobre a possibilidade de não haver avaliações por conta do fator (externo) Covid-19, como são apresentados nos seguintes excertos:

os alunos do 12.º ano, que estão muito nervosos e angustiados com a questão dos exames de acesso à universidade. (P34)

Mas levanta-lhe dúvidas a questão de vir a “haver exames independentemente do estado em que o país se encontrar”. (P43)

Não faz sentido realizarem-se exames este ano e muito menos voltarmos às escolas” quando estamos a viver uma “situação pandémica assustadora”. (P43)

A pandemia colocava em risco a saúde dos envolvidos no processo, lançando, por conseguinte, uma sombra sobre os onze ou doze anos de investimentos nestes estudantes finalistas. A incerteza sobre a capacidade de realizarem os exames poderia desestabilizar toda uma estrutura que, ao longo dos anos, se fundamenta nessas avaliações. A manutenção das estruturas das avaliações mesmo com a rutura ocorrida nos processos, (re)coloca a avaliação no que Guba e Lincoln (1989) definem como sendo a “1ª geração da avaliação”, destinada a mensurar, sem levar em consideração o caminho de construção dos saberes.

A avaliação é tomada por um análogo ao controle de qualidade. O aproveitamento dos jovens garante a validação do próprio estado de exceção, ainda que sob a pena de se situar em um momento de alargamento das desigualdades, em que o governo se viu obrigado a optar por quem arca com as consequências da rutura: os/as jovens em suas vulnerabilidades ou as instituições do ensino superior e o mercado de trabalho que aguarda os/as finalistas do ensino secundário.

O estatuto (biopolítico) especial do 11º e 12º anos

Como consequência da pandemia e da posterior declaração de ‘estado de emergência’, as escolas encerraram suas atividades por receio da contaminação pela doença. Todas as medidas sanitárias tomadas tiveram como objetivo explícito proteger os indivíduos do contágio, evitando o colapso do sistema de saúde e garantindo o tratamento das pessoas possivelmente afetadas.

Inicialmente, percebeu-se uma oposição que assumiu a forma saúde *versus* exames: “A Federação Nacional da Educação (FNE) alertou, nesta terça-feira, para os perigos de retomar “precipitadamente” as aulas presenciais em

maio por causa da covid-19, defendendo que os exames nacionais não se podem sobrepor à saúde das pessoas” (P37).

Com o passar do tempo, o discurso sobre a necessidade da realização dos exames foi favorecido e tomado como uma certeza. Assim, o regresso às atividades letivas foi fundamentado na ideia de mitigar os “imprevisíveis” impactos da suspensão definitiva das atividades sobre os anos finais e todo o comprometimento do ensino superior. Para isso, o 11º e o 12º anos de escolaridade assumiram um estatuto especial, que permitiu pôr em suspensão os riscos associados à saúde dessa faixa etária, já que os relatórios da Direção-Geral da Saúde (DGS) apontavam para um maior contágio dos jovens em relação às crianças mais novas (DGS, 2020).

O critério para o retorno às atividades deixa, assim, de ser relacionado aos riscos de contágio e outros fatores passam a ser determinantes para o regresso:

Apenas os estudantes do 11.º e do 12.º ano realizarão exames – o Governo cancelou as provas nacionais do 9.º ano, bem como as provas de aferição do 2.º e 5.º ano. E, mesmo entre estes, nem todos têm que ir a exame. (P49)

Ausência e silenciamento dos/das estudantes, autoritarismo e susto

As medidas tomadas pelo governo contaram com a resistência de alguns grupos estudantis, como, por exemplo, o conselho pedagógico da Escola Secundária de Camões:

Num documento aprovado no passado dia 23, e que está agora publicado no Facebook desta escola, o Conselho Pedagógico lembra que “o recomeço das aulas presenciais tem apenas como objectivo a preparação dos exames nacionais” e que este regresso, que segundo o Governo poderá acontecer a partir de 18 de Maio, se dará numa altura em que “a evolução da pandemia é incerta. (P21)

Nesse período, em uma mobilização iniciada por associações de estudantes, foram coletadas cerca de dez mil assinaturas num documento

intitulado “Sobre a realização de exames nacionais no ano letivo 2019/2020”³ que pedia o cancelamento dos exames nacionais. Entretanto, a reivindicação dos/das estudantes recebeu como resposta medidas excepcionais que visaram garantir a realização dos exames.

As mudanças em relação aos “tempos normais” giraram em torno da reorganização das datas de realização desses exames. Depreende-se desta estratégia política que a participação cívica e a democracia são limitadas por assunções de necessidades e estruturas que são postas para fora do campo de discussão.

A produção desse documento marca também um dos poucos momentos em que os/as jovens foram tomados como atores pelos média. É importante referir que a participação dos/das estudantes foi tomada como uma força atuante no processo em apenas duas das cento e seis notícias analisadas. A ausência dos/das estudantes nos debates sobre as ações contrasta com a ideia de que são sobre os mesmos que recaem os principais impactos das medidas.

A rutura apresentada no processo tendeu para um reforço das desigualdades entre os/as estudantes e suas famílias (Assunção Flores, & Gago, 2020) e a presença mais frequente dos/das professores/as e demais profissionais da educação e das famílias nas notícias remete a à ideia de que os/as estudantes são compreendidos/as, em geral, como cidadãos de segunda classe, incapazes ou limitados em sua agência. Por outras palavras, como cidadãos-em-construção – ver a este respeito a crítica que Biesta e Lawy (2006) fazem ao conceito funcionalista ‘*citizen in the making*’ proposto por T. H. Marshal (1950).

Nessa medida, percebe-se que além das escolas encerradas, ao que parece, o direito à participação cívica e à cidadania dos/das estudantes também esteve suspenso durante o período. Uma fissura importante na concepção de que a escola é, e deve ser, um espaço para o desenvolvimento dos valores democráticos, um ambiente para o pleno desenvolvimento da cidadania e para a responsabilização e tomada de consciência dos jovens como atores sociais,

³ Disponível no seguinte endereço: <https://www.comregras.com/wp-content/uploads/2020/04/SOBRE-A-REALIZA%C3%87%C3%83O-DE-EXAMES-NACIONAIS-NO-ANO-LETIVO-2019.pdf>

de modo a promover uma cidadania mais inclusiva e democrática (e.g., Biesta, 2008, 2011; Biesta & Lawy, 2006; Biesta, Lawy, & Kelly, 2009).

Ainda que tomemos a cidadania como um conceito polissêmico ou um significante flutuante, assumindo uma ambivalência em seus usos (e.g., Fraser & Gordon, 1995; Macedo, 2008; Menezes, 2007; Ribeiro et al., 2014), é possível perceber que a sutileza dessa fluabilidade, ou melhor, sua ausência, foi percebida como um “susto” por parte dos setores estudantis, reforçando a ideia do estado de exceção e a suspensão da ordem democrática, evidenciada, mas não criada, na pandemia.

É possível que o susto dos/das estudantes se dê muito mais pela ausência de dispositivos dissimuladores do autoritarismo, comumente desenvolvidos através de consultas e outras chamadas à participação, do que, propriamente, a não participação nas tomadas de decisão em educação, algo previsível e incapaz de causar qualquer tipo de surpresa (ou susto).

3.1.4 PAPEL INSTRUMENTAL DA ESCOLA (PIE)

Os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede pública de ensino e os estabelecimentos particulares, cooperativos e do setor social e solidário com financiamento público adotam as medidas necessárias para a prestação de apoios alimentares a alunos beneficiários do escalão A da ação social escolar e, sempre que necessário, as medidas de apoio aos alunos das unidades especializadas que foram integradas nos centros de apoio à aprendizagem e cuja permanência na escola seja considerada indispensável. (Decreto-Lei n.º 10-A/2020, Capítulo IV, artigo 9º)

Inicialmente, esse tema emergiu na análise temática com a designação “papel assistencialista das escolas”, referindo-se à grande relevância dada à função de alimentar os/as estudantes mesmo com a suspensão das atividades letivas. Ao longo do processo, percebeu-se que a escola cumpre também outras funções para além da educação formal, dentre elas, o local ou ‘depósito’ de crianças para permitir que seus pais trabalhem.

Assim, optou-se por englobar essas perspectivas sob o signo da utilidade, não como uma perspectiva ampla de utilidade social a longo prazo, mas utilidade imediata: alimentar e cuidar:

As refeições escolares foram um dos serviços excepcionais que o Governo determinou que as escolas deveriam continuar a prestar depois da suspensão das aulas presenciais, no âmbito das medidas de contenção da covid-19 (...). (P56)

Neste tema, desenvolve-se a ideia de que a escola cumpre outras funções sociais que estão para além de seu papel educativo *stricto sensu*. Pode-se mesmo salientar o pensamento de que algumas atividades como a alimentação são também um dispositivo educativo, atentando para o fato de refeitórios e cantinas serem um espaço social, mas também um espaço crucial para a promoção de uma alimentação saudável, base para o desenvolvimento humano das funções do ser e do aprender.

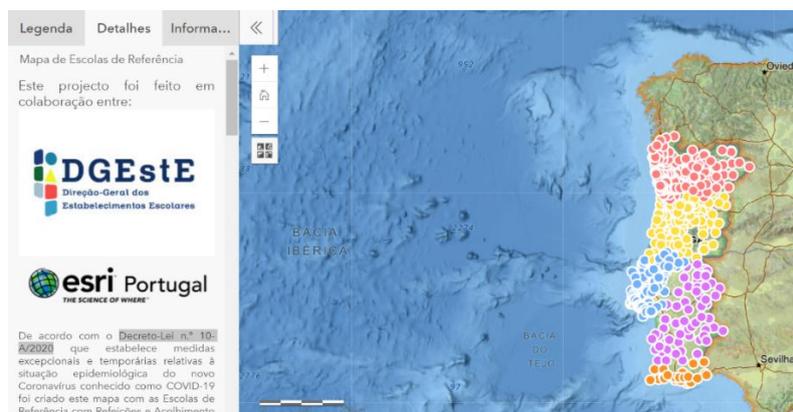
É importante salientar que a oferta de alimentação escolar cumpre a função de garantir, ao menos, uma refeição, aspecto importante para a mitigação de desigualdades, bem como aliviar o orçamento das famílias que têm nessas refeições a possibilidade da responsabilidade sobre a oferta de alimentos dividida com o Estado (Truninger & Ramos, 2019).

Destarte, a manutenção da oferta de refeições foi considerada por parte do governo (DGEstE) como um dos serviços excepcionais que as escolas continuaram a dar suporte à população:

As refeições escolares foram um dos serviços excepcionais que o Governo determinou que as escolas deveriam continuar a prestar depois da suspensão das aulas presenciais, no âmbito das medidas de contenção da covid-19(...). (P56)

A seguinte figura abaixo (Figura 3) ilustra bem a assunção por parte das entidades governativas relativamente à generalização da prestação de serviços excepcionais de alimentação pelas escolas em todo o território nacional.

Figura 3. Mapa das escolas de referência que prestaram serviços excepcionais de alimentação⁴



Nesse viés, surge também o papel das creches, que de forma mais evidente cumprem o papel fundamental do cuidado como auxiliar ao desenvolvimento das atividades dos pais. As creches assumem também um estatuto próprio, tomando o regresso de suas atividades como uma prioridade:

Numa zona fabril, cujas unidades começam a reabrir no início de Maio, como em Vizela, por exemplo, há muitos pais que estão a falar com as misericórdias para se poderem reabrir as creches, porque não têm onde deixar os filhos. (P81)

Assim, optei por englobar essas perspetivas sob o signo da instrumentalidade (Papel Instrumental das Escolas, PIE), não através de uma perspetiva ampla de utilidade social a longo prazo, mas como instrumentos ou dispositivos com duas funções imediatas: alimentar e cuidar.

Esse aspeto também foi reforçado pela necessidade de aliar as novas demandas de teletrabalho dos encarregados de educação com a manutenção das atividades escolares, exigindo auxílio ao acesso desses jovens ao conteúdo ofertado à distância, como se pode perceber no seguinte excerto:

se está a exigir aos pais ou ao pai/mãe que está em casa sozinho que assegurem no mesmo horário e em simultâneo o trabalho profissional, o apoio aos filhos nos vários ciclos de ensino, e por vezes também

⁴ Disponível em <https://edu-pt.maps.arcgis.com/apps/Minimalist/index.html?appid=6eed56b43c1d4602b6384461724ea549> [acessado no dia 22/10/2020].

simultaneamente a bebês, bem como a preparação das refeições e o trabalho da casa. (P17)

Essas preocupações emergidas dos dados demonstram que a escola vai além das funções tradicionalmente relacionadas com as relações pedagógicas e deflagram uma série de estruturas interligadas que atravessam o cotidiano escolar.

O encerramento das escolas faz emergir uma série de outros fatores que colocam a escola em lugar de especial atenção, possibilitando um reforço do papel fundamental de suas atividades para a estrutura social e manutenção do sistema e a diminuição das desigualdades, não só pela universalidade do acesso ao conhecimento, mas por outras questões mais imediatas como a alimentação e o suporte dado pelas instituições no qual se apoia o desenvolvimento das estruturas de trabalho.

As propostas de educação que aliam modelos presenciais e a distância, tomados como um caminho para a modernização do sistema escolar, devem considerar esses aspectos em função dos riscos ao aumento das desigualdades que impactam de forma inequívoca a relação das famílias com o trabalho. É importante reforçar, sobretudo, os seus efeitos em família numerosas, com muitos filhos, ou em famílias monoparentais, podendo deflagrar um modelo de exclusão com um recorte de gênero. Nesse sentido, percebe-se o papel tradicional das mulheres em relação ao trabalho reprodutivo (Federici, 2019), o que poria em causa a participação das mulheres no mercado de trabalho em algumas famílias numerosas e nos casos das mulheres responsáveis por famílias monoparentais, que representam cerca de 85,25% do total das famílias monoparentais em Portugal (Instituto Nacional de Estatística, 2020), o que contribuiria para a “feminização da pobreza” (Pearce, 1978).

Para Mafalda Estudante, “a pior parte” desta pandemia “tem sido conjugar o teletrabalho com os trabalhos escolares dos filhos. “Só temos um computador em casa e, para eles fazerem os trabalhos, eu tenho de interromper o meu. (P11)

Assim, o papel instrumental da escola (PIE) é configurado a partir da urgência de alguns de seus elementos compreendidos como essenciais para a manutenção das demais funções da sociedade. A definição do que é urgente

realiza uma rutura entre o modo cotidiano das atividades escolares e aquilo que cumpre outras funções sociais para além da educação, vistas aqui como o suporte para o trabalho dos encarregados de educação e a promoção de um relativo nível de segurança alimentar. Outras funções como um local de sociabilização poderiam ter sido igualmente tomadas como essenciais para o enfrentamento da crise imposta, mas não houve debates acerca dessas questões, talvez pela dificuldade em mensurar seus impactos sociais.

De certo modo, a definição dos impactos das medidas passa também por sua possibilidade de quantificação, como o número de refeições servidas ou de horas desprendidas de trabalho para o cuidado dos jovens e crianças.

As preocupações sempre associadas aos riscos de contágio fazem com que a delimitação de certas medidas seja o foco das intenções por parte do governo e instituições, que constroem a ação dos encarregados de educação e, ainda mais, dos jovens sobre aquilo o que pode ser compreendido como imprescindível no momento de exceção.

Essa articulação permite perceber que, de acordo com a assunção de um possível contexto de risco, a participação dos/das jovens e suas relações sociais e interpessoais não são compreendidas como algo necessário à estrutura social. Pelo contrário, a participação desses/dessas jovens e suas relações são tidas como prescindíveis, podendo ser reconfiguradas a partir daquilo que é assumido como necessário. Se por muitas vezes o contexto apresentado pela pandemia é tomado como “uma crise sem precedentes”, não há garantias de que suas medidas excepcionais possam ser tomadas, aí sim, como *precedente* para futuras ações em contextos compreendidos como de crise.

Daí, dá-se a importância de expor algumas contradições e vulnerabilidades nos planos definidos, já que está em disputa a definição de “um novo normal”. A naturalização de certos aspectos, assim como a definição do que pode ser mais facilmente colocado em suspensão, são e serão sempre o resultado de um conjunto de forças chamadas para o debate, bem como o silenciamento e alienação de determinados grupos e classes.

Essa situação se mostra como um momento de suspensão da democracia. Por outro lado, coloca em suspeição os métodos utilizados para o

desenvolvimento democrático. Por que é que algumas práticas presentes no cotidiano são mais vulneráveis às mudanças do contexto? Quais atores e forças definem, em pouco tempo como nos casos emergenciais, o que se pode abrir mão e o que deve ser mantido? Em que áreas os governos estão dispostos a negociar, em quais evocará sua autoridade para impor suas determinações e quais serão postas em discussão? São algumas questões que emergem da análise do presente tema e que podem ajudar a construir uma visão mais lúcida dos reais efeitos das medidas políticas implementadas em tempos de exceção.

O estatuto (biopolítico) especial das creches

Assim como os 11º e 12º anos assumem um estatuto especial, para além das questões relativas à possibilidade de contágio, as creches receberam também uma atenção especial por parte do governo no que diz respeito ao regresso às atividades.

Ao contrário da perspetiva sobre o retorno dos anos finais do ensino secundário, em que não poderia haver uma justificação com base no risco de contágio, para as creches, a baixa incidência de manifestação da doença em crianças foi mobilizada para fundamentar a sua abertura, como esclarece o seguinte excerto:

Sublinhando que as crianças constituem o grupo de menor risco para a covid-19, o primeiro-ministro, António Costa, adiantou esta quinta-feira que deverão ser privilegiadas “atividades ao ar livre”, não só nas creches mas também nos ATL (atividades de tempos livres) e no pré-escolar, cuja abertura está programada para o dia 1 de Junho, bem como os equipamentos sociais na área da deficiência. (P85)

Pode-se perceber que o apelo à autoridade científica decorre da necessidade de que essa fundamente as medidas tomadas. Da mesma forma, pode-se também depreender, nomeadamente quando se observa a presença de argumentos distintos na abertura do ensino secundário, que, caso a argumentação científica não coincida com a proposta ou não endosse as medidas adotadas, pode haver uma omissão desses aspectos ou uma reconfiguração do discurso a partir de outros agentes legitimadores.

Por outro lado, a afirmação sobre um momento de tensão e *contraditoriedade* por parte da população pode sustentar uma ampla gama de (in)ações por parte do governo a partir da ideia de reforço da participação democrática, podendo fundamentar sua tomada de decisão ou mesmo o seu contrário:

Apesar de permitirmos a reabertura das creches a partir do dia 18 de Maio, temos bem consciência de que é daquelas actividades que tem gerado movimento mais contraditórios: tanto recebo muitos apelos para que, com a máxima urgência procedamos à reabertura das creches, como recebo súplica para que não o façamos, porque é um risco para as crianças. Precisamente por isso, consideramos útil haver um período de transição em que, entre os dias 18 de Maio e 1 de Junho, as creches estão abertas mas mantendo-se os apoios às famílias, para que estas possam experimentar e ganhar a confiança de que precisam para voltarem a colocar as suas crianças nas creches”, precisou António Costa. (P85)

Assim, é importante perceber que a governação através das ‘neuroses’ atua de diversas maneiras, permitindo em alguns casos uma total flexibilização entre posicionamentos opostos, que podem ser mobilizados de acordo com os interesses do governo.

3.2 EVOLUÇÃO DOS TEMAS AO LONGO DO PERÍODO EM ANÁLISE

Neste subcapítulo, irei expor a relação entre os temas que emergiram da análise temática das notícias, de acordo com sua frequência, regularidades e particularidades, que os distinguem entre si e fazem com que assumam certos padrões que permitem observar a atenção mobilizada sobre o conteúdo aqui tratado.

De partida, as 105 notícias que compõem o *corpus* de investigação analisado ao longo de um período compreendido entre os dias 12 de março de 2020 e 18 de maio de 2020, foram delimitadas pelo último dia antes da interrupção das atividades letivas presenciais, determinada pelo Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, e o dia definido para a retoma das atividades letivas presenciais, nos 11.º e 12.º anos de escolaridade e nos 2.º e 3.º anos dos cursos de dupla certificação do ensino secundário, determinado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-C/2020, promulgado pelo Decreto-Lei nº 20-H/2020 de 14 de maio, de 18 de maio.

Conforme já foi aqui enunciado, os temas foram organizados em quatro temas centrais dos quais emergiram onze respectivos subtemas, como observados na tabela seguinte:

Tabela 1. Temas e subtemas emergidos da análise

Tema	Subtema
Escola Neurótica (EN)	Famílias Neuróticas
	Professores Neuróticos
	Diretores Neuróticos
Papel Instrumental da Escola (PIE)	Alimentação
	Escola como Suporte ao Trabalho dos Pais
Educação a Distância (EaD)	EaD – Novo Modelo de Educação
	EaD <i>versus</i> Equidade
	Proteção de Dados
Centralidade na Avaliação (AvC)	Ingresso para o Ensino Superior
	Estatuto Especial do 11º e 12º ano

Assim, os subtemas foram agrupados a partir de seus padrões de sentido (Braun & Clarke, 2006, 2013a) reforçando as ideias que foram trabalhadas na presente investigação. Esses padrões são interpretações possíveis acerca das informações transmitidas pelos média, compreendidas como um reflexo das tensões presentes no período.

Cada um dos subtemas demonstra uma preocupação ou necessidade político-educativo-social mobilizada durante o período analisado, possuindo diferentes níveis de regularidade e frequência. Cada uma dessas necessidades é o resultado de uma série de articulações e subjetividades que, em regra geral, assumem a seguinte estrutura: Fato (atores envolvidos) → Representação Mediática (produtores da notícia) → Análise (analista/investigador).

No caminho inverso, a presente análise só pôde ser produzida com base naquilo que foi selecionado para ocupar o espaço das notícias. Não obstante, considera-se aqui que há um paralelo entre o que é representado nos média e a sua relevância para o modo de construção de identidades (ver Thompson, 2000).

Para melhor compreensão da formação dos subtemas, apresenta-se na Tabela 2 alguns exemplos de excertos que permitiram essa interpretação.

Tabela 2. Subtemas e exemplos

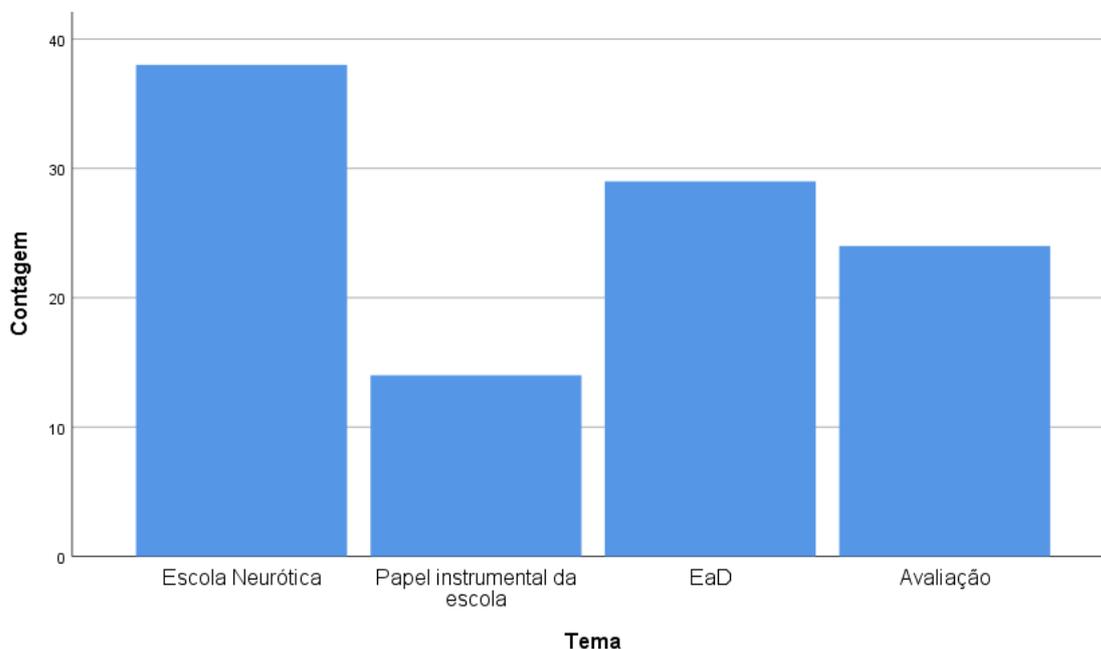
Subtema	Excerto
Famílias Neuróticas	<i>“Não se pode permitir isto, pois os nossos filhos e educandos não são cobaias.” (P92)</i>
Professores Neuróticos	<i>“...a Fenprof não dirá “que não vão, mas dirá que sejam muitos exigentes e não cedam um milímetro nas condições de segurança que podem pôr em perigo a sua saúde e até a sua vida.” (P99)</i>
Diretores Neuróticos	<i>““Todas as possibilidades são legítimas”, [...] existem aqui dois “interesses superiores” a defender: os da saúde e os dos alunos.” (P28)</i>
Alimentação	<i>“...as escolas estarão também abertas para garantir que as crianças mais desfavorecidas não perdem o direito às refeições devido à situação de emergência que se vive no país.” (P08)</i>
Escola como Suporte para o Trabalho dos Pais	<i>“...se está a exigir aos pais ou ao pai/mãe que está em casa sozinho que assegurem no mesmo horário e em simultâneo o trabalho profissional,</i>

Subtema	Excerto
	<i>o apoio aos filhos nos vários ciclos de ensino, e por vezes também simultaneamente a bebés, bem como a preparação das refeições e o trabalho da casa.” (P17)</i>
EaD – Novo Modelo de Educação	<i>““Existe conhecimento”, garantiu o ministro da Educação, para quem a próxima semana será “muito importante” por marcar o início de uma nova forma de trabalho nas escolas.” (P04)</i>
EaD versus Equidade	<i>“Todos estes elementos contribuem “para a iniquidade e para a injustiça entre as crianças e os jovens”.” (P23)</i>
Proteção de Dados	<i>“...a CNPD alerta em especial para o facto de as plataformas electrónicas utilizadas no ensino a distância terem capacidade para gerar perfis automáticos dos alunos, com informação sobre as suas “aptidões intelectuais e dados de saúde”” (P52)</i>
Ingresso para o Ensino Superior	<i>“Os alunos têm de pensar num leque para ter uma abrangência de candidatura, porque algo pode correr mal e depois ficam sem a prova de ingresso”. (P80)</i>
Estatuto Especial do 11º e 12º anos	<i>“O Ministério da Educação (ME) esclareceu nesta quinta-feira que só existirão aulas presenciais “para as disciplinas do ensino secundário do ano em que se façam os exames nacionais”.” (P95)</i>

Deste modo, os subtemas puderam ser agrupados, dando origem aos temas. Esses temas, por conseguinte, assumiram um padrão de frequência diferenciado, com algumas variações de acordo com os diferentes momentos e eventos que ocorreram ao longo do período de interrupção das atividades letivas.

O gráfico a seguir (Gráfico 1) mostra a frequência de notícias classificadas de acordo com os temas da análise.

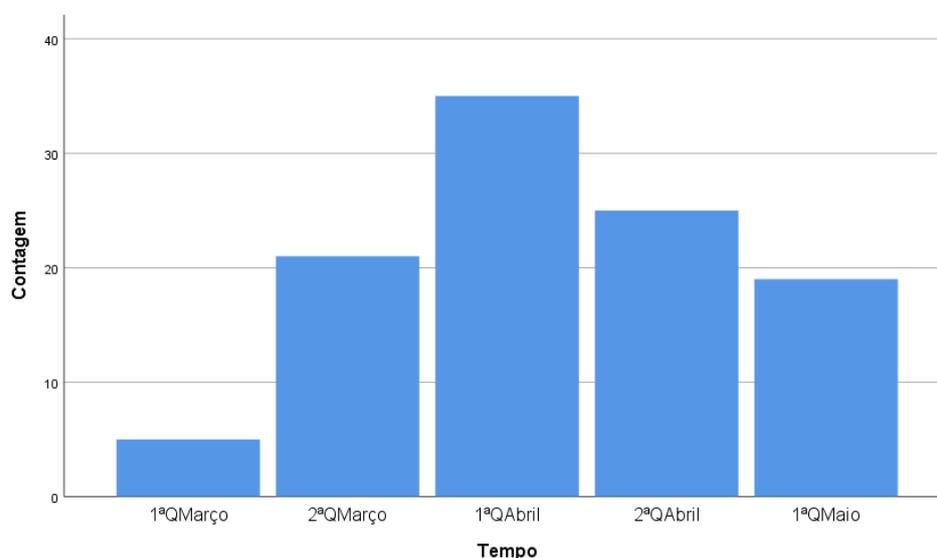
Gráfico 1. Frequência dos temas no período em análise



Assim, a frequência dos temas no período analisado permite perceber uma maior preponderância do tema da Escola Neurótica, seguido, numa ordem decrescente, pelos temas da Educação a Distância, da Centralidade da Avaliação e do Papel instrumental da Escola.

A atenção voltada para a educação também assumiu uma variação durante o período, tendo o seu ápice acontecido na primeira quinzena de abril, como mostra o Gráfico 2:

Gráfico 2. Frequência das notícias sobre educação por tempo (quinzena/mês)



Esse período foi marcado por uma série de tensões que acabaram por mobilizar todos os temas, gerando um aumento individual bem como da quantidade geral das notícias sobre a educação.

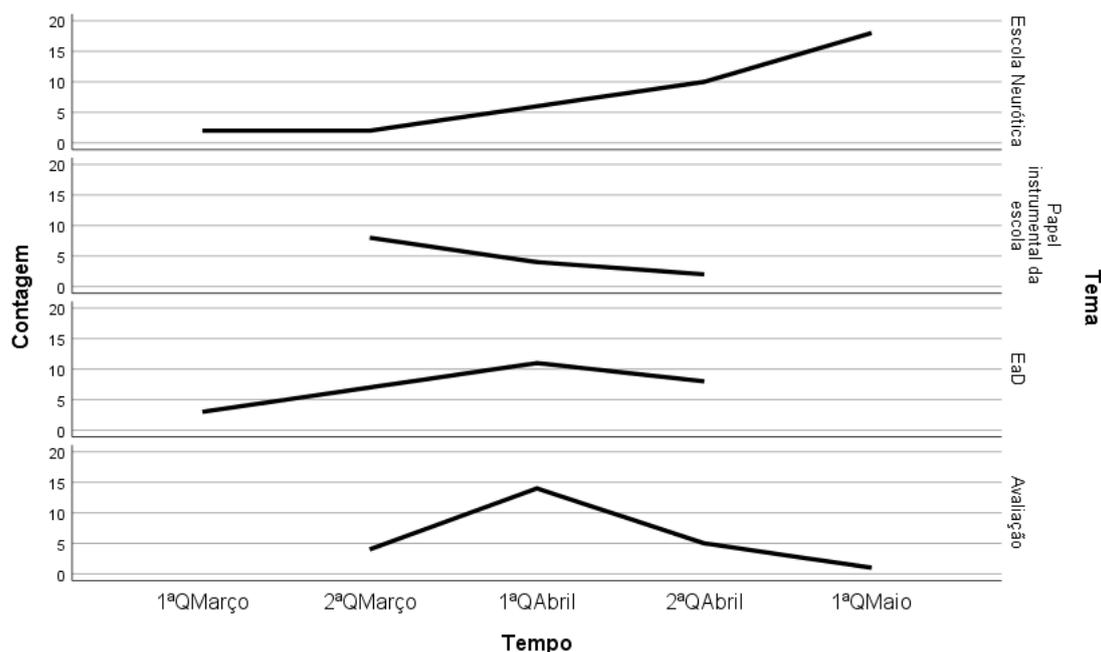
Através da análise pôde-se perceber dois fatores principais responsáveis por esse aumento:

- i) Estabelecimento do modelo de educação a distância e as primeiras percepções sobre os riscos relacionados com a equidade, bem como a tentativa de resposta do governo, de empresas e setores da sociedade civil para a disponibilização de dispositivos tecnológicos que permitissem o suporte à modalidade de ensino, e o surgimento da preocupação com a proteção de dados, falhas e possíveis efeitos. (P27, P30, P32, P33, P45, P48, P50, P51, P52, P53, P55, P59, P62 e P65)
- ii) Tensões acerca da realização ou cancelamento dos exames nacionais. Ao longo do período, houve a mobilização dos/das estudantes para o cancelamento dos exames, um dos raros momentos em que as suas perspectivas estiveram presentes nas notícias. Não obstante, foi decidido que os exames seriam realizados em julho. (P34, P36, P37, P38, P40, P41, P42, P43, P44, P46, P49, P58, P60, P61 e P64)

Assim, é importante perceber que cada tema possui um comportamento específico ao longo do período e que as notícias refletem o modo como cada questão foi abordada, criando momentos de maior atenção e reação às tensões presentes, promovendo a mobilização e envolvimento de alguns atores educativos, nomeadamente os/as estudantes.

O Gráfico 3 que se segue ilustra o comportamento de cada um dos temas ao longo do período em análise:

Gráfico 3. Evolução dos temas ao longo do tempo (quinzena/mês)



É possível perceber a partir do gráfico que o tema “Escola Neurótica” possui um aumento constante ao longo do período. Isso se dá porque, apesar do encerramento das escolas ter levantado inicialmente algumas questões por parte da comunidade escolar (e.g., encarregados de educação, professores/as e diretores/as), com o passar do tempo, o aumento do número de casos da Covid-19 e as informações sobre os riscos de contágio promoveram uma intensificação das tensões relativamente a aspectos relacionados com a segurança das escolas. Essas tensões se tornaram mais evidentes com a proximidade da reabertura das escolas. O período de reabertura parcial decretada para o dia 18 de maio, criou uma tensão entre setores da comunidade escolar e as determinações do governo, que buscou governar através das neuroses (Isin, 2004), gerir a crise e responder às demandas da população.

O tema “Papel Instrumental da Escola” é visto durante um menor espaço de tempo por ser relativo à mobilização de duas necessidades, nomeadamente, a necessidade de se criar dispositivos para os encarregados de educação que necessitavam trabalhar fora de casa (e.g., trabalhadores dos serviços básicos e da saúde); e a necessidade de se prover a alimentação (escolar) de parcelas mais carenciadas dos/das estudantes. Essas preocupações são mobilizadas após um breve período de fechamento das escolas e deixam de estar presentes a partir do momento que as decisões se estabilizam.

O tema da “Educação a Distância” se mostrou como uma constante durante a maior parte do período. Foi tomado inicialmente como uma pronta resposta para o enfrentamento da crise gerada pelo encerramento das escolas. Num momento inicial, a modalidade granjeou uma leitura otimista, mas que foi sendo abandonada a partir da emergência de uma série de contradições que colocavam em causa a equidade, fortalecendo as assimetrias entre os/as estudantes. Como forma de mitigar os impactos dessas desigualdades, o governo lançou um programa televisivo (#EstudoEmCasa) para permitir o acesso aos conteúdos escolares por parte dos/as estudantes, sobretudo aqueles e aquelas que possuíam restrições às TIC. Essa estratégia do governo recebeu uma grande atenção por parte dos média, bem como uma forte publicidade por parte do governo, mas devido à sua baixa adesão (Assunção Flores e Gago, 2020), deixou de receber atenção das notícias, principalmente a partir da definição de um estatuto próprio para os anos finais do ensino secundário.

Já as notícias relacionadas com o tema “Centralidade na Avaliação” têm seu início alguns dias posterior ao fecho das escolas. Inicialmente, as notícias buscaram responder às questões relativas à conclusão do segundo período. Em seguida, houve um aumento significativo do tema nas notícias devido às tensões acerca da possibilidade de cancelamento dos exames nacionais. Diversos atores educativos e políticos estiveram presentes nas notícias reafirmando os impactos negativos caso os exames fossem suspensos, o que isolou a posição defendida pelos/pelas estudantes que pedia o seu cancelamento. A partir da decisão de adiamento e manutenção dos exames, a questão das avaliações diminuiu a sua frequência no noticiário.

O presente capítulo foi constituído pela apresentação dos resultados da *Análise Temática* realizada – que se traduziram na identificação de quatro principais temas de análise – e sua respetiva discussão, mobilizando-se para o efeito contributos do enquadramento teórico-conceptual adotado para este estudo. Adicionalmente, também se apresentou a evolução dos temas ao longo do período em análise, tendo em conta a sua frequência por quinzena/mês. Destaca-se da análise a predominância do tema da “Escola Neurótica”, que ganha uma maior expressão com a reabertura das escolas. De seguida,

apresentar-se-á uma reflexão final na qual se procurará salientar as principais ideias/conclusões que emergiram deste trabalho.

CAPÍTULO IV. REFLEXÃO FINAL

4.1. O (DE) NOVO NORMAL EDUCATIVO E O DISTANCIAMENTO (DO) SOCIAL

O presente estudo teve como ponto de partida a análise da interrupção das atividades letivas presenciais que colocaram em suspensão a educação – sendo, em seguida, mobilizadas ações para o seu restabelecimento. Assim, as atenções centraram-se nas forças que atuaram para tal objetivo e sobre as concepções de educação privilegiadas nesse período, tendo presente a ideia de que a educação não é um campo consensual, assumindo um contraste a partir de diferentes “sistemas de representações” (ideológicos) (Althusser, 1985).

O momento caracterizado pela sua excecionalidade permite também o desvelamento do carácter constante de exceção reivindicado pelo Estado para governar, a que Agamben (2015a) chama de “estado de exceção permanente”, bem como a manifestação de alguns de seus aparelhos ideológicos, nomeadamente, o direito, a política, a família, a informação e a escola (Althusser, 1985).

Assim, a pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV2) legitimou as ações do Estado, pôs em suspensão um conjunto de direitos democráticos e permitiu que certas assunções fossem normalizadas como forma de enfrentar uma “crise sem precedentes”.

Esta investigação, desde seu início, assenta na ideia de promoção do dissenso, condição básica para a democracia radical (Laclau & Mouffe, 2001). Nesse sentido, procura salientar que as fórmulas definidas pelo governo para a contenção dos efeitos da pandemia endereçados à educação estão fundamentadas em concepções anteriores ao estado emergencial e mobilizam algumas assunções em detrimento de outras, expondo também sua face ideológica, resultado de uma vontade (governamental) que não pode ou deve ser tomada como natural e única alternativa para o bem de todos. Pelo contrário, o estudo terá alcançado seu objetivo geral se puder ser compreendido como uma ferramenta promotora do dissenso, colaborando para o assentamento da perspectiva de que as medidas assumidas pelo Estado podem ser compreendidas como antinaturais, na medida em que são frutos de uma vontade, uma de entre outras vontades alternativas possíveis, para o bem de alguns que, tradicionalmente, são universalizados e compreendidos como “todos”.

Para tal, é importante perceber que a suspensão das atividades letivas presenciais se apresenta apenas como uma descontinuidade do cotidiano escolar e que as formas encontradas para o restabelecimento da educação não passam de uma mera reconfiguração de superfície, não podendo de forma alguma ser pensadas como uma rutura das estruturas fundamentais que sustentam suas práticas.

Os temas que emergiram das notícias, em última análise, demonstram a persistência de fatores de exclusão anteriores, pré-pandémicos, que constituem mecanismos de reprodução social (e.g., Bernstein, 1996; Bourdieu, 1973; Bourdieu & Passeron, 1978; Freire, 1987; Van Dijk, 2008). Assim, as medidas adotadas, tanto em Portugal como em outros lugares, não só deixam de combater essas estruturas como as tomam como fundamento para uma nova abordagem educativa. Certamente, por isso, o período pôde ser observado como promotor do aumento das desigualdades sociais e/ou dos privilégios de uma classe já privilegiada (e.g., Assante, 2020; Brandon, 2020; Ferguson, 2020; Haeck & Lefebvre, 2020; Hill, Rosehart, Helene & Sadhra, 2020; Jæger & Blaabæk, 2020; Lee, 2020; Prata-Linhares, Cardoso, Lopes & Zukowsky-Tavares, 2020; Sahlberg, 2020; Schwartzman, 2020; Soares et al., 2020).

Por conseguinte, a descontinuidade provocada pela pandemia tornou-se terreno fértil para o avanço da perspetiva neoliberal sobre a educação, inscrevendo em si e para si as bases sobre as quais se deveriam desenvolver os projetos educativos (e.g., Schwartzman, 2020). As crises e a instabilidade são, assim, o próprio modo de desenvolvimento e fortalecimento do neoliberalismo (ver Giroux, 2014; Klein, 2007).

Esse panorama reforça a necessidade de cautela sobre quaisquer medidas implementadas para que sejam desenvolvidas estratégias que não reforcem as desigualdades (Kaden, 2020). Essa cautela pode ser compreendida como estratégias anti hegemónicas para a promoção da equidade, já que as estruturas presentes na escola em tempos normais, caso não assumam a intenção de confrontar as desigualdades e promover alguma justiça social, estarão ao serviço do reforço da hegemonia fundamentada no mérito e nas competências.

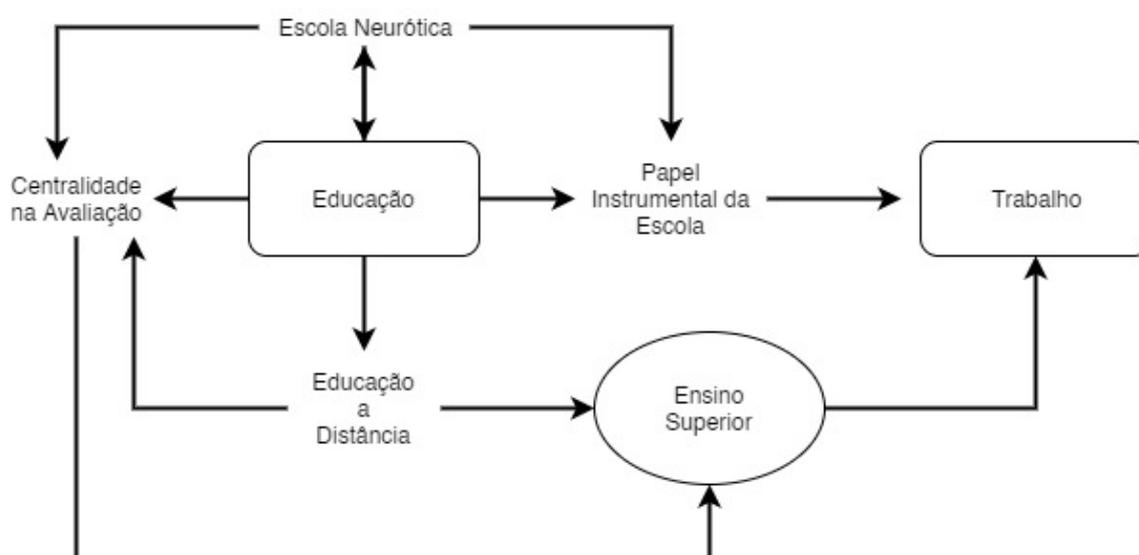
Aliado a isso, é interessante perceber que, por sua vez, o isolamento social, expressão comum em tempos pandémicos, reforça a sensação de solidão, de incerteza e afeta as relações de alteridade, fazendo com que o outro seja visto como um agente de contaminação, apartando o sujeito da comunidade (Agamben, 2020). Esse contexto reforça toda uma carga emocional: “desconfiança, indignação, medo, insegurança, desespero...” (Innerarity, 2015: 167), dando espaço ao desenvolvimento do “cidadão neurótico” e do controlo neopolítico (Isin, 2004), que impacta diretamente sobre a forma de atuação desse indivíduo na sociedade.

Nesse contexto, o Estado cria dispositivos para a gestão das emoções através do controlo exercido sobre os tópicos de discussão, permitindo uma abertura ou silenciamento de acordo com seus próprios interesses, reforçando a performance neurótica dos seus cidadãos. Ao encontro dessa abertura e silenciamento, a pandemia traz consigo o apelo à autoridade científica, deslocando o campo das tomadas de decisão para fora da zona de atuação dos cidadãos (neuróticos) comuns, que se veem obrigados a entregar ‘*voluntariamente*’ os seus direitos.

A questão da saúde tem o seu sentido fixado na sobrevivência, o que permite uma série de assunções e oposições entre direitos, dentre eles, a oposição entre o direito à educação e o direito à saúde, fazendo com que os/as cidadãos/ãs façam a escolha óbvia pela sobrevivência e tenham que se contentar com o possível acerca de outros direitos.

Ao longo do período em análise, reforçou-se muitas vezes a ideia de que o papel da educação consiste na sua utilidade prática imediata, sobretudo, voltada para o contexto do trabalho, seja pela necessidade de continuidade da formação, seja pela necessidade de liberação de mão de obra ao assumir a responsabilidade de cuidar dos filhos dos trabalhadores. Assim, a relação instrumental entre educação e trabalho tornou-se evidente na gestão da crise pandémica, tal como se pode observar na Figura 4, que sintetiza as relações entre a educação e os temas identificados na análise, nomeadamente o Papel Instrumental da Escola para dar resposta às necessidades do mundo do Trabalho:

Figura 4. A relação instrumental entre Educação e Trabalho



Em detrimento dessa relação, a dimensão das relações sociais e da cidadania presente no cotidiano escolar foi suspensa sem maior resistência, fixando a ideia de que é uma face secundária ou prescindível da educação.

Em conformidade com essa ideia, os atores presentes no tema da escola neurótica apontam para uma atuação principal em três frentes distintas, nomeadamente:

i) As famílias – mobilizam a preocupação com os riscos de contaminação para seus integrantes e os possíveis impactos da interrupção das atividades letivas sobre a desfasamento educativo dos seus membros-estudantes. Apresentam também preocupações com a manutenção dos seus postos de trabalho, exigindo o suporte tradicional dado pelas escolas, em relação ao cuidado com as crianças e à divisão da responsabilidade com a alimentação.

ii) Os/As professores/as – posicionados numa tripla tensão: a preocupação com os riscos de saúde dos estudantes e com os seus próprios riscos de saúde devido à possibilidade de contágio pelos estudantes; a preocupação com as condições de trabalho e com a necessidade de cumprir as demandas do governo e as questões relativas à necessidade de adaptação à nova modalidade educativa, que exige o desenvolvimento de novas competências; e a preocupação relativamente à eficiência das medidas

implementadas, no que se refere à adesão dos estudantes e às limitações em termos de equidade causadas pela necessidade do uso das TIC.

iii) Os/As diretores/as – atuam como mediadores entre a comunidade escolar e o Estado, mobilizam esforços para a contenção dos riscos de contágio e a exequibilidade da nova abordagem educativa. É sobre as direções que recai e torna-se mais evidente a “governança pela neurose” (Isin, 2004), ou seja, a administração da crise e a contenção das tensões existentes. As direções cumprem também a mediação acerca da manutenção dos exames, compreendida como um fator de garantia da educação e possibilidade de mensuração do sucesso das medidas adotadas.

Faz-se necessário perceber que subjazem às tensões existentes nesse contexto (i.e., escola neurótica) zonas de exclusão e de reprodução social, a saber:

A exclusão das TIC

As questões relativas ao uso das TIC, fundamentais para a educação a distância, realizam dois recortes de marginalização e exclusão social. O primeiro relativo aos padrões de consumo, ao capital cultural e às condições materiais. Esses fatores permitem que se desenvolvam assimetrias entre as habilidades e competências no uso das TIC relacionadas com um acesso prévio e desenvolvimento de hábitos de utilização que se constroem como uma diferenciação de partida dos estudantes (e.g., Haack & Lefebvre, 2020; Jones, 2020; Kim & Padilla). O segundo recorte adiciona ao primeiro a distinção das condições de acesso entre as zonas urbanas e rurais. As diferenças sociais persistem nas zonas rurais, mas o uso das TIC, em geral, pode ampliar sua assimetria em relação às zonas urbanas (e.g., Soares et al., 2020).

A exclusão pelo fechamento das escolas

O fechamento das escolas nega o acesso a serviços fundamentais. Esse impacto é sentido com maior força em famílias de crianças com necessidades educativas especiais, famílias numerosas, famílias monoparentais e famílias mais pobres (e.g., Instituto Nacional de Estatística, 2020; Lee, 2020; Truninger & Ramos, 2019), na medida em que os seus rendimentos dependem diretamente de um trabalho realizado presencialmente. As restrições impostas pelo isolamento social e o encerramento das escolas afetam diretamente essas

atividades, assim como as relações de cuidado, tradicionalmente atribuídas às mulheres – por exemplo, a prevalência de famílias monoparentais de responsabilidade feminina aumenta os riscos de “feminização da pobreza” (Pearce, 1978).

Aliado a isso, o encerramento das escolas pode comprometer a oferta de alimentação dos estudantes, situação que tem mais impacto nos rendimentos das famílias mais pobres (e.g., Truninger & Ramos, 2019).

Para além dessas questões, observa-se que o encerramento das atividades letivas e o possível reforço do discurso que privilegia a manutenção de abordagens assíncronas e não presenciais, promove um constrangimento pedagógico, sobretudo, de perspectivas que valorizam o caráter sócio-construtivista que se fundamenta na complexidade das interrelações desenvolvidas no ambiente escolar que favorecem a construção do conhecimento, o desenvolvimento da cidadania ativa e sua atuação na sociedade (e.g., Assante, 2020). Assim como de perspectivas que valorizam a importância do contacto educacional direto entre professores/as e estudantes (e.g., Rebukha & Polishchuk, 2020).

4.2 O RISCO DE CONTÁGIO, A PESTE E O NOVO NORMAL

Ao longo da investigação foi percebido um avanço de medidas que suspendem a participação e afetam diretamente a democracia. Por enquanto, não se vislumbra o fim dessa pandemia, menos ainda, os rumos que a educação seguirá. Por isso, faz-se necessário o avanço de estudos em ciências da educação que possuem como horizonte a justiça social sobre as questões relativas à evidenciação de práticas antidemocráticas de manipulação e de controlo que se disseminam, contaminam, se reproduzem e reforçam um discurso hegemónico, que não pode servir como base para a superação das desigualdades porque as ampliam.

Portanto, este estudo se apresenta como uma dentre muitas interpretações possíveis acerca da forma como são geridas as crises e as tensões por elas evidenciadas. Tendo em conta as limitações inerentes à investigação que se realizou, ficou de fora um possível e relevante contacto com as pessoas que se viram envolvidas neste contexto pandémico (e.g., estudantes, professores/as, educadores/as), no sentido de aprofundar o conhecimento sobre o modo como as suas vidas foram afetadas, a partir de suas próprias visões, sem a mediação dos veículos de comunicação. Com efeito, seria importante desenvolver investigação futura para dar conta destas ausências aqui percebidas.

Proponho também o desenvolvimento de trabalhos que possibilitem explorar mais as questões relacionadas com o dissenso, a desmistificação da realidade e a evidenciação das contradições existentes no contexto sócio-político, através da análise crítica dos média e da reprodução discursiva do abuso de poder e da desigualdade social (Van Dijk, 2008).

Assim, subscrevo a posição de investigadores/investigadoras socialmente implicados/as em reforçar o carácter intencional da educação em vista de uma práxis emancipatória, decodificando o que é mistificado, desnaturalizando as práticas cotidianas e expondo as contradições presentes na educação. Já que não realizar esse esforço, é, em última instância, colaborar para a manutenção e reprodução social, pois, seguindo o pensamento de Camus (1972), o natural é apenas o micróbio, todo o resto é ato da vontade. Com efeito, é necessário assumir a condenação à liberdade, à liberdade situada, para que a vontade não

se converta em má-fé (ver Sartre, 1997). Apenas o engajamento fundamentado e *intencionalizado* da educação pode fazer com que o “novo normal” da educação não seja o seu contágio e sua cooptação por estruturas reprodutoras de dominação de classes legitimadas pela eficiência, pela competência e pelo mérito, que decretam para a educação o seu distanciamento do social.

BIBLIOGRAFIA

- Agamben, Giorgio (2015a). *Estado de exceção [Homo Sacer, II, I]*. Boitempo Editorial.
- Agamben, Giorgio (2015b). *Meios sem fim: notas sobre a política*. Autêntica Editora.
- Agamben, Giorgio (2020). *Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia*. Boitempo Editorial.
- Althusser, Louis (1985). *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- Amado, João (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação* (2 ed.): Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amorim, José Pedro, Manarte, Joana, Coimbra, Joaquim Luís, & Menezes, Isabel (2020). Colonialism. In K. Resch, V. Varhegyi, Diana Alves, J. P. Amorim, J. Manarte, J. L. Coimbra, P. Ferreira, A. Lopes, I. Menezes, A. M. Migdał, B. Hoerr, & I. Thimm-Netenjakob (Eds.), *Reader on Sensitive Zones* (pp. 39-46). Germany: Johannes Gutenberg University Mainz.
- Anderson, Emma, & Hira, Avneet (2020). Loss of brick-and-mortar schooling: how elementary educators respond. *Information and Learning Sciences*, 121(5/6), 411-418. doi:10.1108/ils-04-2020-0085
- Apple, Michael W. (2004). *Ideology and curriculum*. Routledge.
- Assante, Gagriela Monica (2020). Fear of the Unknown: A Major Barrier in the New Educational Setting During the Novel Coronavirus Outbreak. *Revista Romaneasca Pentru Educatie Multidimensionala*, 12(1), 27-33. doi:10.18662/rrem/12.1sup2/243
- Assunção Flores, Maria, & Gago, Marília (2020). Teacher education in times of COVID-19 pandemic in Portugal: national, institutional and pedagogical responses. *Journal of Education for Teaching*, 1-10.
- Beck, Ulrich (2000). Risk society revisited: theory, politics and research programmes. In B. Adam, U. Beck and J.V. Loon (Eds), *The Risk Society and Beyond: Critical Issues for Social Theory* (pp. 211-229). London: SAGE Publications.
- Benavente, Ana, Peixoto, Paulo, & Gomes, Rui Machado (2020) O impacto da Covid-19 no sistema de ensino português. Resultados parciais a 4 de maio. Observatório de Políticas de Educação e Formação. Retirado de <http://www.op-edu.eu/>
- Bergdahl, Nina, & Nouri, Jalal (2020). Covid-19 and Crisis-Prompted Distance Education in Sweden. *Technology Knowledge and Learning*. doi:10.1007/s10758-020-09470-6
- Berger, Peter L., & Luckmann, Thomas (2004). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (Florianópolis de Souza Fernandes, Trans. 24 ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Bergson, Henri (1999). *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bernstein, Basil (1996). *Pedagogy, symbolic control and identity: Theory, research, critique*. London: Taylor & Francis.

- Biesta, Gert (2008). Sporadic Democracy: Education, Democracy, and the Question of Inclusion. In M. S. Katz, S. Verducci, & G. Biesta (Eds.), *Education, Democracy, and the Moral Life* (pp. 101-112): Springer.
- Biesta, Gert (2011). *Learning Democracy in School and Society: Education, Lifelong Learning, and the Politics of Citizenship*. Rotterdam: Sense Publishers.
- Biesta, Gert (2012). Boa educação na era da mensuração [Tradução de Teresa Dias Carneiro]. *Cadernos de Pesquisa*, 42(142), 808-825.
- Biesta, Gert, & Lawy, Robert (2006). From teaching citizenship to learning democracy: overcoming individualism in research, policy and practice. *Cambridge Journal of Education*, 36(1), 63-79. doi:10.1080/03057640500490981
- Biesta, Gert, Lawy, Robert, & Kelly, Narcie (2009). Understanding young people's citizenship learning in everyday life: The role of contexts, relationships and dispositions. *Education, Citizenship and Social Justice*, 4(1), 5-24. doi:10.1177/1746197908099374
- Bourdieu, Pierre (1973). Cultural Reproduction and Social Reproduction. In R. Brown (Ed.), *Knowledge, Education and Cultural Change* (pp. 56-68). London: Tavistock.
- Bourdieu, Pierre (1982). Estrutura, habitus e prática (Sérgio Miceli, Trans.). In Pierre Bourdieu (Ed.), *A economia das trocas simbólicas* (5 ed., pp. 339-361). São Paulo: Perspectiva.
- Bourdieu, Pierre (1997). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, Pierre (2004). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, Pierre, & Passeron, Jean-Claude (1978). *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino* Lisboa: Editorial Vega.
- Brandon, Drew T. (2020). Unflipping the Flipped Classroom: Balancing for Maximum Effect in Minimum Lead-Time in Online Education. *Journal of Chemical Education*, 97(9), 3301-3305. doi:10.1021/acs.jchemed.0c00795
- Braun, Virginia, & Clarke, Victoria (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Braun, Virginia, & Clarke, Victoria (2012). *Thematic analysis*. In H. Cooper, P. M. Camic, D. L. Long, A. T. Panter, D. Rindskopf, & K. J. Sher (Eds.), *APA handbooks in psychology®. APA handbook of research methods in psychology, Vol. 2. Research designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological* (p. 57–71). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/13620-004>
- Braun, Virginia, & Clarke, Victoria (2013a). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*: Sage.
- Braun, Virginia, & Clarke, Victoria (2013b). Teaching thematic analysis: Overcoming challenges and developing strategies for effective learning. *The psychologist*, 26(2), 120-123
- Camus, Albert (1972). *La peste*: Gallimard.

- Cleland, Jennifer, McKimm, Judy, Fuller, Richard, Taylor, David, Janczukowicz, Janusz, & Gibbs, Trevor (2020). Adapting to the impact of COVID-19: Sharing stories, sharing practice. *Medical Teacher*, 42(7), 772-775. doi:10.1080/0142159X.2020.1757635
- d'Orville, Hans (2020). COVID-19 causes unprecedented educational disruption: Is there a road towards a new normal? *Prospects*, 49(1-2), 11-15. doi:10.1007/s11125-020-09475-0
- Delors, Jacques, Chung, Fay, Geremek, Bronislaw, Gorham, William, Kornhauser, Aleksandra, Manley, Michael, ..., Nanzhao, Zhou (1996). *Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI* (J. C. Eufrázio, Trad.). São Paulo: Cortez Editora.
- DGE (2020a). Direção-Geral da Educação. ROTEIRO. 8 Princípios Orientadores para a Implementação do Ensino a Distância (E@D) nas Escolas. Retirado de https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/roteiro_ead_vfinal.pdf
- DGE (2020b). Roteiros de apoio à implementação de soluções tecnológicas . Lisboa: Direção Geral de Educação-Ministério da Educação. Retirado de <https://www.dge.mec.pt/noticias/roteiros-de-apoio-implementacao-de-solucoes-tecnologicas>
- DGS (2020). *Relatório de Situação*. Retirado de https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/05/77_DGS_boletim_20200518.pdf
- Donaire, Ricardo Martin (2020). School quarantine and automation of teaching work. *Revista Olhares*, 8(2), 147-157. doi:10.34024/olhares.2020.v8.10809
- Dubet, François (2004). O que é uma escola justa? *Cadernos de pesquisa*, 34(123), 539-555.
- Durkheim, Émile (1999). *Da Divisão do Trabalho Social*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Federici, Silvia (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante.
- Ferguson, Maria (2020). Washington View: Education plus Money = Freedom. *Phi Delta Kappan*, 102(2), 62-63. doi:10.1177/0031721720963237
- Ferrari, Ilka Franco (2008). A realidade social e os sujeitos solitários. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 11(1), 17-30. doi:10.1590/s1516-14982008000100002
- Fischer, Gerhard, Lundin, Johan, & Lindberg, J. Ola J. (2020). Rethinking and reinventing learning, education and collaboration in the digital age—from creating technologies to transforming cultures. *The International Journal of Information and Learning Technology, ahead-of-print*(ahead-of-print), 1-12. doi:10.1108/ijilt-04-2020-0051
- Foucault, Michel (1998). *História da sexualidade II: o uso dos prazeres* (8 ed.). Rio de Janeiro: Graal.

- Foucault, Michel (2008). *The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1978-1979*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Foucault, Michel (2014a). *A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola.
- Foucault, Michel (2014b). *Vigiar e punir*. Leya.
- Fraser, Nancy, & Gordon, Linda. (1995). Contrato versus caridade: porque não existe cidadania social nos Estados Unidos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (42), 27-52.
- Freire, Paulo (1987). *Pedagogia do oprimido* (17 ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, Paulo (2005). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Fullan, Michael (2020). Learning and the pandemic: What's next? *Prospects*, 49(1-2), 25-28. doi:10.1007/s11125-020-09502-0
- Gallo, Sílvio (2004). Repensar a Educação: Foucault. *Educação & Realidade*, 29(1), 79-97.
- Giroux, Henry A (2014). *Neoliberalism's war on higher education*: Haymarket Books.
- Gramsci, Antonio (1987). *Concepção dialética da história* (Vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Guba, Egon G, & Lincoln, Yvonna S. (1989). *Fourth generation evaluation*. London: Sage.
- Habermas, Jürgen (1986). Les sciences humaines démasquées par la critique de la raison : Foucault. [The Humanities Unmasked by the Critique of Reason: Foucault]. *Le Débat*, 41(4), 70-92. doi:10.3917/deba.041.0070
- Hill, Cher, Rosehart, Paula, Helene, Janice St., & Sadhra, Sarine (2020). What kind of educator does the world need today? Reimagining teacher education in post-pandemic Canada. *Journal of Education for Teaching*. doi:10.1080/02607476.2020.1797439
- Iivari, Netta, Sharma, Sumita, & Ventä-Olkkonen, Leena (2020). Digital transformation of everyday life – How COVID-19 pandemic transformed the basic education of the young generation and why information management research should care? *International Journal of Information Management*, 55, 1-6. doi:10.1016/j.ijinfomgt.2020.102183
- Innerarity, Daniel (2016). *A política em tempos de indignação*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Instituto Nacional de Estatística (2020). *Famílias clássicas monoparentais (Série 2011-N.º) por Sexo*. Retirado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007860&contexto=bd&selTab=tab2
- Isin, Engin F. (2004). The neurotic citizen. *Citizenship Studies*, 8(3), 217-235. doi:10.1080/1362102042000256970.

- Jæger, Mads Meier, & Blaabæk, Ea Hoppe (2020). Inequality in learning opportunities during Covid-19: Evidence from library takeout. *Research in Social Stratification and Mobility*, 68, 1-5. doi:10.1016/j.rssm.2020.100524
- Jones, Ken (2020). Notes on a Crisis: The Pandemic and English Schools. *Changing English: Studies in Culture and Education*, 27(3), 235-243. doi:10.1080/1358684X.2020.1791691
- Judd, Joel, Rember, Betty Ann, Pellegrini, Tony, Ludlow, Brian, & Meisner, John (2020). 'This Is Not Teaching': The Effects of COVID-19 on Teachers. Retirado de https://www.socialpublishersfoundation.org/knowledge_base/this-is-not-teaching-the-effects-of-covid-19-on-teachers/
- Kaden, Ute (2020). COVID-19 School Closure-Related Changes to the Professional Life of a K-12 Teacher. *Education Sciences*, 10(6), 1-13. doi:10.3390/educsci10060165
- Kaloo, Rowena Constance, Mitchell, Beular, & Kamalodeen, Vimala Judy (2020). Responding to the COVID-19 pandemic in Trinidad and Tobago: challenges and opportunities for teacher education. *Journal of Education for Teaching*, 1-10. doi:10.1080/02607476.2020.1800407
- Klein, Naomi (2007). *A doutrina do choque: ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- König, Johannes, Jäger-Biela, Daniela J., & Glutsch, Nina (2020). Adapting to online teaching during COVID-19 school closure: teacher education and teacher competence effects among early career teachers in Germany. *European Journal of Teacher Education*, 43(4), 608-622. doi:10.1080/02619768.2020.1809650
- Laclau, Ernesto (2007). *Emancipation(s)*. London, New York: Verso.
- Laclau, Ernesto, & Mouffe, Chantal (2001). *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics* (2 ed.). London, New York: Verso.
- Lawy, Robert, & Biesta, Gert (2006). Citizenship-as-practice: the educational implications of an inclusive and relational understanding of citizenship. *British Journal of Educational Studies*, 54(1), 34-50. doi:10.1111/j.1467-8527.2006.00335.x
- Lee, Joyce (2020). Mental health effects of school closures during COVID-19. *The Lancet Child and Adolescent Health*, 4(6), 421. doi:10.1016/S2352-4642(20)30109-7
- Lerner, Adam B. (2018). Political Neo-Malthusianism and the Progression of India's Green Revolution. *Journal of Contemporary Asia*, 48(3), 485-507. doi:10.1080/00472336.2017.1422187
- Macedo, Elizabeth (2008). Que queremos dizer com educação para a cidadania? In Alice Casimiro Lopes & Carlinda Leite (Eds.), *Políticas educativas e dinâmicas curriculares em Portugal e no Brasil* (pp. 73-93). Porto: CIIE/Livpsic.
- Macnamara, Jim (2005). Media content analysis: Its uses, benefits and Best Practice Methodology. *Asia Pacific Public Relations Journal*, 6(1), 1– 34.

- Maguire, Amy, & McNamara, Donna (2020). Human rights and the post-pandemic return to classroom education in Australia. *Alternative Law Journal*, 45(3), 202-208. doi:10.1177/1037969X20954292
- Malthus, Thomas (1798). *An Essay on the Principle of Population: An Essay on the Principle of Population, as it Affects the Future Improvement of Society with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and Other Writers*. London: Printed for J. Johnson, in St Paul's Church-Yard: Electronic Scholarly Publishing Project, 1998.
- Marshall, Thomas H. (1950). *Citizenship and Social Class and other Essays*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Martín-Baró, Ignácio (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- ME/DGE (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Retirado de https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf
- Menezes, Isabel (2007). A evolução da cidadania em Portugal. *Actas do 3º Encontro de Investigação e Formação: Educação para a Cidadania e Culturas de Formação*, 17-34.
- Mouffe, Chantal (2003). Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política & Sociedade*, 2(3), 11-26.
- Nóvoa, António, & Alvim, Yara (2020). Nothing is new, but everything has changed: A viewpoint on the future school. *Prospects*, 49(1-2), 35-41. doi:10.1007/s11125-020-09487-w
- Nussbaum, Martha (2009). Educação para o lucro, Educação para a Liberdade. *Revista Redescições*, 1(1), 1-27.
- Nussbaum, Martha (2015). *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. São paulo: WWF Martins Fontes.
- OECD (2020). Education Responses to Covid-19: Embracing Digital Learning and Online Collaboration. Retirado de <http://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/education-responses-to-covid-19-embracing-digital-learning-and-online-collaboration-d75eb0e8/>
- Paulino, Mauro, Dumas-Diniz, Rodrigo, Brissos, Sofia, Brites, Rute, Alho, Laura, Simões, Mário R., & Silva, Carlos F. (2020). COVID-19 in Portugal: exploring the immediate psychological impact on the general population. *Psychology, Health & Medicine*, 1-12. doi:10.1080/13548506.2020.1808236.
- Pearce, Diana (1978). The feminization of poverty: Women, work and welfare. *Urban and social change review*, 11(1-2), 28-36.
- Persky, Adam M., Fuller, Kathryn A., Jarstfer, Michael, Rao, Kamakshi, Rodgers, Jo E., & Smith, Megan (2020). Maintaining core values in postgraduate programs during the covid-19 pandemic. *American Journal of Pharmaceutical Education*, 84(6), 697-702. doi:10.5688/ajpe8158

- Platão (2000). *A República*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 3.ed. Belém: Editora Universitária UFPA.
- Poletti, Michele (2020). Hey teachers! Do not leave them kids alone! Envisioning schools during and after the coronavirus (COVID-19) pandemic. *Trends in Neuroscience and Education*, 20, 100140. doi:10.1016/j.tine.2020.100140
- Prata-Linhares, Martha Maria, Cardoso, Thiago da Silva Gusmão, Lopes-Jr, Derson S., & Zukowsky-Tavares, Cristina (2020). Social distancing effects on the teaching systems and teacher education programmes in Brazil: reinventing without distorting teaching. *Journal of Education for Teaching*, 1-11. doi:10.1080/02607476.2020.1800406
- Rebukha, Liliia, & Polishchuk, Vira (2020). Ukrainian Society and ovid-19: the Influence of the Pandemic on Educational Processes in Higher School. *Postmodern Openings*, 11(2), 120-127. doi:10.18662/po/11.2/165
- Ribeiro, Norberto, Neves, Tiago, & Menezes, Isabel (2014). Educação para a Cidadania em Portugal: contributos para analisar a sua evolução no currículo escolar português. *Currículo sem Fronteiras*, 14(3), 12-31.
- Ricoeur, Paul (2000). *A metáfora viva* (D. D. Macedo, Trad.). São Paulo: Edições Loyola.
- Rodrigues, Liliana (2016). *Viagens trans(gênero) em Portugal e no Brasil: uma aproximação psicológica feminista crítica*. Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto. Portugal.
- Sá, Maria José, & Serpa, Sandro (2020). COVID-19 and the promotion of digital competences in education. *Universal Journal of Educational Research*, 8(10), 4520-4528. doi:10.13189/ujer.2020.081020
- Sahlberg, Pasi (2020). Will the pandemic change schools? *Journal of Professional Capital and Community* (ahead-of-print), 1-7. doi:10.1108/jpcc-05-2020-0026
- Sartre, Jean-Paul (1997). *O ser e o nada. Ensaio de ontologia fenomenológica*. Tradução e notas de Paulo Perdigoão. Petrópolis: Vozes.
- Schwartzman, R. (2020). Performing pandemic pedagogy. *Communication Education*, 69(4), 502-517. doi:10.1080/03634523.2020.1804602
- Singhal, Mudit K. (2020). Facilitating Virtual Medicinal Chemistry Active Learning Assignments Using Advanced Zoom Features during COVID-19 Campus Closure. *Journal of Chemical Education*, 97(9), 2711-2714. doi:10.1021/acs.jchemed.0c00675
- Soares, Ricardo, de Mello, Maria Cristina Santiago, da Silva, Cleyton M., Machado, Wilson, & Arbilla, Graciela (2020). Online Chemistry Education Challenges for Rio de Janeiro Students during the COVID-19 Pandemic. *Journal of Chemical Education*, 97(9), 3396-3399. doi:10.1021/acs.jchemed.0c00775
- Sousa Brandão, Maria João Palmeiro (2017). *O lugar da avaliação educacional no contexto sociopolítico português: uma abordagem discursiva da avaliação*. Tese de doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

- Stoer, Stephen (2006). Educação como direito: o papel estratégico da educação pública na construção da igualdade e justiça social. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE*, 22(1).
- Thompson, John B. (2000). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Trombly, Christopher E. (2020). Learning in the time of COVID-19: capitalizing on the opportunity presented by the pandemic. *Journal of Professional Capital and Community* (ahead-of-print), 1-8. doi:10.1108/jpcc-05-2020-0016
- Trueman, Chris N. (2015). *Media Content Analysis*. Retirado de <http://www.historylearningsite.co.uk/sociology/research-methods-in-sociology/media-content-analysis/>
- Truninger, Mónica, & Ramos, Vasco (2019). *Alimentação em tempos difíceis – entre a família e a escola. Policy Brief 2019*. Observatório Permanente da Juventude. / [Observatórios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa]
- Tubadji, Annie, Webber, Don, & Boy, Frederic (2020). Cultural and economic discrimination by the great leveller: the COVID-19 pandemic in the UK. *Covid Economics: Vetted and Real-Time Papers*, 13, 51-70.
- Van Dijk, Teun A. (2008). *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Decreto-Lei n.º 10-A/2020 de 13 de março de 2020. Diário da República n.º 52/2020, 1.º Suplemento, Série I de 2020-03-13. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/10-A/2020/03/13/p/dre>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-C/2020. Diário da República n.º 85/2020, 3.º Suplemento, Série I de 2020-04-30. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/33-C/2020/04/30/p/dre>

Decreto-Lei n.º 20-H/2020. Diário da República n.º 94/2020, 2.º Suplemento, Série I de 2020-05-14. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/20-H/2020/05/14/p/dre>

APÊNDICES

APÊNDICE 1. Quadro de *Análise Temática* por tema e subtema

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P1	https://www.publico.pt/2020/03/12/sociedade/noticia/coronavirus-escolas-abertas-pais-ja-escolhem-manter-filhos-casa-1907518	12 de Março de 2020	Coronavírus: Com as escolas abertas, alguns pais já escolhem manter os filhos em casa	Dirigentes escolares afirmam que já há pais por todo o país a tomar a decisão individualmente por causa do coronavírus. Associações, federações e sindicatos pedem fecho dos estabelecimentos de ensino.	[Escola neurótica]	Direção neurótica/Família neurótica
P2	https://www.publico.pt/2020/03/13/sociedade/noticia/ninguem-ferias-avisa-ministro-educacao-1907566	13 de Março de 2020	“Ninguém está de férias”, avisa ministro da Educação	Professores e pessoal não docente vão ter de continuar a apresentar-se nas escolas, sempre que necessário, enquanto vigorar o período de suspensão de aulas, a partir de segunda-feira.	EaD	Novo modelo de Educação
P3	https://www.publico.pt/2020/03/13/sociedade/noticia/pr	13 de Março de 2020	Professores poderão trabalhar à distância	Avaliação do 2.º período pode ser decidida em reuniões não presenciais e será feita com base nos elementos disponíveis.	EaD	Novo modelo de Educação

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	poderao-trabalhar-distancia-possivel-1907603		“sempre que possível”	Cantinas abertas para os alunos carenciados.		
P4	https://www.ppublico.pt/2020/03/13/sociedade/noticia/existe-conhecimento-ensino-distancia-funcione-garante-ministro-1907696	13 de Março de 2020	“Existe conhecimento” para que ensino a distância funcione, garante ministro	Professores poderão trabalhar à distância “sempre que possível”. Avaliação do 2.º período pode ser decidida em reuniões não presenciais e será feita com base nos elementos disponíveis. Cantinas abertas para os alunos carenciados.	EaD	Novo modelo de Educação
P5	https://www.ppublico.pt/2020/03/14/sociedade/noticia/confap-pede-calma-pais-falta-apoio-1907696	14 de Março de 2020	Confap pede “calma” aos pais sobre a falta de apoio nas férias da Páscoa	O presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap) vai reunir-se com o ministro da Educação, no início da próxima semana, para discutir medidas de compromisso no apoio de pais que tenham de ficar em	[Escola neurótica]	[Família Neurótica][Sacrifício de Todos]

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	ferias-pascoa-1907777			casa com os filhos durante as férias da Páscoa.		
P6	https://www.publico.pt/2020/03/15/sociedade/noticia/familias-isolamento-dia-1-pessoa-preparada-1907742	15 de Março de 2020	Famílias em isolamento, dia 1: “Uma pessoa nunca está preparada para isto”	Famílias com crianças entram agora num mundo relativamente desconhecido, o de terem de conviver 24 horas por dia, durante muitos dias, no mesmo espaço. Fazem-se estratégias para não enlouquecer, repetem-se os motivos: afinal, isto é por um bem maior.	[Escola Neurótica]	[Família Neurótica]
P7	https://www.publico.pt/2020/03/16/sociedade/noticia/nove-escolas-lisboa-recebem-filhos-funcionarios-servicos-publicos-essenciais-partir-1907743	16 de Março de 2020	Estas escolas vão estar abertas para servir refeições e acolher alunos	Estas nove escolas fazem parte de um dispositivo montado pela Câmara de Lisboa e pelo Ministério da Educação, sendo que “pode haver mais uma ou outra que possa vir a funcionar” nestes moldes.	[Papel instrumental das escolas]	Alimentação

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	segunda-feira-1907897					
P8	https://www.publico.pt/2020/03/16/sociedade/noticia/coronavirus-quase-800-escolas-abertas-alunos-garantir-refeicoes-1907909	16 de Março de 2020	Coronavírus: quase 800 escolas abertas para alunos e garantir refeições	Estas escolas serão a exceção à decisão de encerrar todos os estabelecimentos de ensino, uma das medidas avançadas no final da semana passada pelo Governo para tentar controlar a disseminação do novo coronavírus.	[Papel instrumental das escolas]	Alimentação
P9	https://www.publico.pt/2020/03/17/sociedade/noticia/dia-escola-distancia-sao-professores-mostrar-vontade-aprender-1908032	17 de Março de 2020	No primeiro dia de escola à distância, são os professores a mostrar “vontade de aprender”	Milhares de docentes organizam-se online para perceberem como usar as tecnologias para continuar a ensinar. Ministério da Educação criou site para partilhar recursos e boas práticas.	EaD	Novo modelo de Educação

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P10	https://www.publico.pt/2020/03/20/sociedade/noticia/estudantes-pais-directores-favoraveis-adiamento-exames-1908568	20 de Março de 2020	Estudantes, pais e directores favoráveis ao adiamento dos exames	Necessidade de um novo calendário de provas será maior se a situação sanitária motivada pela covid-19 obrigar a um prolongamento da suspensão das aulas depois das férias da Páscoa. Ensino a distância põe em causa equidade na educação.	[Centralidade na Avaliação] [EaD(-) Ead vs. Equidade]	Ead vs. Equidade
P11	https://www.publico.pt/2020/03/20/sociedade/noticia/teletrabalhar-cuidar-filhos-tempo-deixem-nos-adaptarnos-pedem-pais-1908561	20 de Março de 2020	Teletrabalhar e cuidar dos filhos ao mesmo tempo? “Deixem-nos adaptarmos”, pedem os pais	Responder a e-mails e chamadas do trabalho e assegurar que os filhos fazem os trabalhos escolares, ao mesmo tempo que se asseguram refeições e os cuidados da casa, é um convite à insanidade doméstica. Balanço: televisão e tablet sim, crianças mais ou menos. E o trabalho? É o que se pode.	[Papel instrumental das escolas]	[Escola como suporte ao trabalho dos pais]
P12	https://www.publico.pt/2020/03/20/sociedade/noticia/coronavirus-escolas-estao-a-servir-refeicoes-a	20 de Março de 2020	Coronavírus: Escolas estão a servir refeições a	Número de alunos atendidos é semelhante ao das férias escolares. Cerca de 100 filhos de profissionais	[Papel instrumental das escolas]	Alimentação

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	ronavirus-escolas-estao-servir-refeicoes-5500-carenciados-1908667		5500 carenciados	dos serviços especiais estão nos estabelecimentos de ensino.		
P13	https://www.observador.pt/2020/03/20/societade/noticia/policias-escola-segura-ctt-podem-mobilizados-apoio-alunos-1908742	20 de Março de 2020	Polícias da Escola Segura e CTT podem ser mobilizados para apoio a alunos	Ministério da Educação envia propostas de acção para ajudar estudantes mais vulneráveis.	[Papel instrumental das escolas]	
P14	https://www.observador.pt/2020/03/24/societade/noticia/ensinar-aprender-ingles-pais-professores	24 de Março de 2020	Ensinar e aprender inglês para pais e professores	A Cambridge Assessment English disponibiliza gratuitamente recursos para adultos, mas também para crianças.	EaD	Novo modelo de Educação

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	professores-1909037					
P15	https://www.publico.pt/2020/03/24/sociedade/noticia/dia-estudante-liberdade-pensar-viver-estudar-tempo-pandemia-1909130	24 de Março de 2020	Dia do Estudante: liberdade para pensar, viver e estudar em tempo de pandemia	Quase seis décadas depois da crise académica de 1962, o Movimento Estudantil continua activo e não baixa os braços perante as mudanças drásticas impostas pelo surto de covid-19.	EaD	Novo modelo de Educação
P16	https://www.publico.pt/2020/03/24/sociedade/noticia/existem-notas-final-3-periodo-ministerio-dar-orientacoes-claras-1909332	24 de Março de 2020	Para existirem notas no final do 3.º período, ministério tem de dar “orientações claras”	Ninguém ficou surpreendido quando, nesta terça-feira, António Costa indicou que “provavelmente” as escolas continuarão fechadas “muito além” das férias da Páscoa. Mas sobram muitas dúvidas quanto ao que se irá fazer no 3.º período e, sobretudo, com o que contar para avaliar os alunos.	[Centralidade na Avaliação] [EaD(-) Ead vs. Equidade]	https://www.publico.pt/2020/03/24/sociedade/noticia/existem-notas-final-3-periodo-ministerio-dar-orientacoes-claras-1909332

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P17	https://www.publico.pt/2020/03/25/sociedade/noticia/COVID19-familias-numerosas-pedem-apoio-excepcional-apoiar-filhos-casa-1909501	25 de Março de 2020	Covid-19: Famílias numerosas pedem apoio excepcional para apoiar filhos em casa	Assistência aos filhos que vão continuar em casa não pode ser interrompida nas férias escolares e por isso pais vão continuar precisar de apoio, defende a Associação Portuguesa de Famílias Numerosas.	[Escola como suporte ao trabalho dos pais]	
P18	https://www.publico.pt/2020/03/25/sociedade/noticia/instituicoes-solidariedade-convidadas-reduzir-mensalidades-creches-1909453	25 de Março de 2020	Instituições de solidariedade convidadas a reduzir mensalidades das creches	CNIS está a aconselhar instituições a reduzir mensalidades mediante acordos com as famílias. Nos colégios ao valor das propinas serão apenas descontados serviços como os transportes ou alimentação, mantendo-se o restante igual uma vez que as aulas estão a ser garantidas “à distância”.	[Papel instrumental das escolas]	[Creches - Mensalidade]
P19	https://www.publico.pt/2020/03/26/sociedade	26 de Março	Cerca de 6500 alunos foram diariamente	Ministério da Educação indica que informações sobre o modo como	[Papel instrumental das escolas]	Alimentação

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	ade/noticia/ce-rca-6500-alunos-diariamente-comer-escola-neste-periodo-encerramento-1909678	de 2020	comer à escola neste período de encerramento	decorrerá o 3.º período serão divulgadas até 9 de Abril.		
P20	https://www.publico.pt/2020/03/27/sociedade/noticia/ministerio-nao-acautela-alunos-internet-novo-plano-ensino-distancia-1909775	27 de Março de 2020	Ministério não acautela alunos sem Internet no seu novo Plano de Ensino a Distância	Plano destinado ao 3.º período está já a ser enviado para as escolas. Não são apontadas alternativas para os estudantes que não têm computador nem acesso à Internet em casa e cujo número, só no ensino básico, poderá chegar aos 50 mil, segundo alertam dois economistas.	[EaD(-)]	Ead vs. Equidade
P21	https://www.publico.pt/2020/03/28/sociedade/noticia/novo-plano-	28 de Março de 2020	Novo plano do ministério é demasiado “vago”, mas	Orientações para o ensino a distância no 3.º período tentam evitar a “multiplicidade de experiências” postas em prática nas últimas duas semanas, mas não	[EaD]	[Ead vs. Equidade] [Novo modelo de Educação]

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	ministerio-demasiado-vago-podera-ajudar-escolas-1909889		poderá ajudar as escolas	dão respostas para a falta de recursos digitais que se faz sentir em muitas casas.		
P22	https://www.publico.pt/2020/03/29/sociade/noticia/terceiro-periodo-tv-cabo-canais-estilo-youtube-1910024	29 de Março de 2020	Terceiro período na TV por cabo com canais “do estilo youtube”	O ministro da economia diz que “Portugal foi o país que mais cedo tomou medidas” para controlar efeitos da pandemia.	EaD	Novo modelo de Educação
P23	https://www.publico.pt/2020/03/30/sociade/noticia/fne-defende-exames-setembro-provas-afericao-1910024	30 de Março de 2020	FNE defende exames em Setembro e provas de aferição canceladas	Sindicato exige que Ministério da Educação disponibilize recursos para garantir que todos os alunos e professores estão envolvidos no ensino a distância. Confap crítica a possível inconstitucionalidade do modelo de ensino a distância implementado para responder às medidas de contenção do novo coronavírus.	[Centralidade na Avaliação] [EaD(-) Ead vs. Equidade]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	canceladas-1910160					
P24	https://www.publico.pt/2020/03/30/sociedade/noticia/horarios-alunos-adaptados-ensino-distancia-defendem-dirigentes-escolares-1910223	30 de Março de 2020	Horários de alunos devem ser adaptados ao ensino a distância, defendem dirigentes escolares	Aulas estão encerradas desde o dia 16 de Março. Vários professores ficaram “arrasados com as duas últimas semanas de aulas”, alerta presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares.	EaD	Novo modelo de Educação
P25	https://www.publico.pt/2020/03/31/sociedade/noticia/fenprof-exige-escolas-suspendam-ja-acolhimento-filhos-profissionais-1910224	31 de Março de 2020	Fenprof exige que escolas suspendam já o acolhimento de filhos de profissionais da saúde	Existem cerca de 700 escolas abertas para garantirem refeições e acolhimento de filhos de trabalhadores de serviços essenciais.	[Escola Neurótica] [Papel instrumental das escolas]	[Família Neurótica] [Escola como suporte ao trabalho dos pais]

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	saude-1910329					
P26	https://www.publico.pt/2020/03/31/sociedade/noticia/escolas-enviam-notas-2-periodo-directamente-familias-1910374	31 de Março de 2020	Escolas enviam notas do 2.º período directamente às famílias	Classificações vão ser enviadas por correio tradicional a quem não tiver acesso à internet.	[Centralidade na Avaliação]	
P27	https://www.publico.pt/2020/04/01/sociedade/noticia/covid19-instituicoes-ensino-superior-emprestam-computadores-aos-estudantes-1910537	1 de Abril de 2020	Covid-19: Instituições do ensino superior emprestam computadores aos estudantes	Equipamentos que costumam ser usados nas aulas vão para casa dos alunos que não têm forma de aceder ao ensino a distância. Politécnicos querem que dados usados para aceder aos sites das instituições não sejam cobrados pelas operadoras.	[EaD] [Papel instrumental das escolas] [papel social das universidades]	Ead vs. Equidade

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P28	https://www.publico.pt/2020/04/01/sociedade/noticia/covid19-decreto-presidencial-permite-adiar-exames-inicio-proximo-ano-lectivo-1910598	1 de Abril de 2020	Covid-19: “É possível adiar o início do ano lectivo” mas é uma operação de “alguma complexidade”	Decreto presidencial permite adiar os exames e o início do próximo ano lectivo. Directores escolares dizem que “todas as possibilidades são legítimas”. Se houver alterações ao calendário até aqui definido, passa a ser possível encontrar uma solução para o ingresso nas universidades e nos politécnicos, diz o presidente da comissão nacional de acesso.	[Escola Neurótica]	Direção Neurótica
P29	https://www.publico.pt/2020/04/03/sociedade/noticia/escolas-fornecem-10-mil-refeicoes-diarias-primeira-semana-ferias-pascoa-1910892	3 de Abril de 2020	Número de crianças a usar refeitórios escolares duplica na primeira semana de férias da Páscoa	Em média, no final da primeira semana do encerramento das escolas, tinham sido servidas cerca de 5500 refeições diárias. Esse número subiu para 10 mil, entre as quais cerca de 200 crianças filhas ou dependentes de trabalhadores essenciais — eram cem na primeira semana.	[Papel assistencialista das escolas]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P30	https://www.publico.pt/2020/04/03/sociedade/noticia/porto-quer-usar-fundos-comunitarios-computadores-alunos-carenciados-1910934	3 de Abril de 2020	Porto quer usar fundos comunitários em computadores para alunos carenciados	“Já se percebeu que não vai haver terceiro período”, justificam os municípios portuenses.	EaD	Novo modelo de Educação
P31	https://www.publico.pt/2020/04/03/sociedade/noticia/covid19-quase-dois-tercos-alunos-ja-manifestou-vontade-regressar-escola-1910869	3 de Abril de 2020	Covid-19: quase dois terços dos alunos já manifestaram vontade de regressar à escola	Inquérito do Observatório de Políticas de Educação e Formação mostra que a generalidade dos estudantes não tem saído de casa desde o fecho dos estabelecimentos de ensino. Há mais ansiedade e mais agitação nas crianças e jovens.	[Escola Neurótica]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P32	https://www.publico.pt/2020/04/04/sociedade/noticia/nova-telescola-avanca-arranque-3-periodo-alunos-ate-9-ano-1910920	4 de Abril de 2020	Nova Telescola avança no arranque do 3.º período para alunos até ao 9.º ano	Oferta vai ser criada em parceria com a RTP e usar canais disponíveis na TDT e outras plataformas da TV pública. Rede europeia antecipa que alunos não voltam a ter aulas presenciais neste ano lectivo.	EaD	Novo modelo de Educação
P33	https://www.publico.pt/2020/04/05/sociedade/noticia/covid19-aulas-professores-tv-ja-assim-tempo-telescola-1911089	5 de Abril de 2020	Covid-19: aulas e professores na TV, já assim era no tempo da Telescola	Os tempos são outros e as circunstâncias distintas, mas muito relembram a Telescola, que nas décadas de 70, 80 e 90 pôs por todo o país alunos do 2.º ciclo em frente à televisão.	EaD	Novo modelo de Educação
P34	https://www.publico.pt/2020/04/06/sociedade/noticia/franca-reino-	6 de Abril de 2020	França e Reino Unido cancelaram exames dos alunos. Em	Os exames nacionais vão ser cancelados, como no Reino Unido? Os alunos passarão automaticamente de ano, como em Itália? Ou a avaliação será	[Centralidade na Avaliação]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	unico-cancelaram-exames-alunos-portugal-decisao-sera-tomada-semana-1911085		Portugal, a decisão será tomada esta semana	continua? O Governo português está a poucos dias de ter de tomar uma decisão sobre o calendário escolar do secundário. Os directores estão preocupados com os alunos do 12.º ano e os respectivos exames de acesso à universidade.		
P35	https://www.publico.pt/2020/04/06/sociedade/noticia/coronavirus-visto-criancas-obrigado-terem-estragado-ferias-1910884	6 de Abril de 2020	O coronavírus visto pelas crianças: “Obrigado por me terem estragado as férias!”	Suspendeu o toque, os abraços e os beijos. Criou “uma trapalhada” que só deve acabar quando chegar o calor. Não é um vírus qualquer porque “está a afectar as necessidades fisiológicas e de segurança” das pessoas. Eis o coronavírus visto pelos alunos do 4.º A da Escola de S. Miguel de Nevogilde, no Porto.	[Escola Neurótica]	<i>GTN</i>
P36	https://www.publico.pt/2020/04/07/sociedade/noticia/es	7 de Abril de 2020	As escolas vão reabrir? Ministério da Educação	Reuniões serão “muito centradas nas escolas, para tentar perceber se poderão ou não reabrir, como e quando”.	[Centralidade na Avaliação] [Escola neurótica]	<i>GTN</i>

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	colas-vaio-reabrir-ministerio-educacao-ouve-especialistas-comunidade-escolar-1911265		ouve especialistas e comunidade escolar			
P37	https://www.publico.pt/2020/04/07/sociedade/noticia/fne-regresso-escola-precipitadamente-causa-exames-1911357	7 de Abril de 2020	FNE contra regresso à escola “precipitadamente” por causa dos exames	Federação Nacional da Educação alerta que os exames não se podem sobrepôr à saúde	[Centralidade na Avaliação] [Escola e segurança (escola neurótica)]	Professores Neuróticos
P38	https://www.publico.pt/2020/04/07/sociedade/noticia/covid19-alunos-lancam-	7 de Abril de 2020	Covid-19: alunos lançam petição pela suspensão dos exames nacionais	Mais de meio milhar de pessoas já assinaram a petição. Desde do passado dia 16 de Março que cerca de dois milhões de crianças e jovens estão em casa com aulas a ser dadas à distância.	[Centralidade na Avaliação]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	peticao-suspensao-exames-nacionais-1911360					
P39	https://www.publico.pt/2020/04/07/sociedade/noticia/nao-havera-aulas-covid19-nao-permite-cenarios-1911452	7 de Abril de 2020	Por agora não haverá aulas e a covid-19 não permite ainda outros cenários	Sem ter garantias por parte de epidemiologistas quanto ao risco de contágio nos próximos tempos, Governo só terá certezas de que em Abril não vai ser possível ter aulas presenciais nas escolas.	[Escola e segurança (escola neurótica)]	GTN
P40	https://www.publico.pt/2020/04/08/sociedade/noticia/directores-exortam-ministerio-suprimir-exames-1911571	8 de Abril de 2020	Directores exortam ministério a “suprimir” todos os exames	Conselho das Escolas lembra que instrumentos de avaliação existentes não são aplicáveis ao ensino a distância e por isso defendem que transição de ano não pode ficar dependente dos exames.	[Centralidade na Avaliação]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P41	https://www.publico.pt/2020/04/08/sociedade/noticia/sindicatos-defendem-cancelamento-exames-nacionais-cancelados-so-materia-dada-escola-1911604	8 de Abril de 2020	Sindicatos defendem cancelamento de exames nacionais ou só com matéria dada na escola	FNE não quer provas, uma solução que também é defendida pelo Conselho de Escolas. Para a Fenprof, enunciados só devem ter matéria abordada em aulas presenciais.	[Centralidade na Avaliação]	
P42	https://www.publico.pt/2020/04/09/sociedade/noticia/so-ensino-secundario-podera-voltar-aulas-presenciais-ano-1911717	9 de Abril de 2020	Do pré-escolar ao acesso ao ensino superior: o que já se sabe que vai mudar no terceiro período	Estudantes até ao 9.º ano continuam em regime de ensino a distância. Exames do secundário adiados para Julho para que as aulas possam estender-se até 26 de Junho. Só os alunos do 11.º e do 12.º poderão eventualmente voltar a ter aulas presenciais.	[Centralidade na Avaliação]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P43	https://www.publico.pt/2020/04/09/sociedade/noticia/pais-directores-satisfeitos-medidas-costa-estudantes-1911760	9 de Abril de 2020	Pais e professores satisfeitos com medidas de Costa, estudantes nem por isso	As medidas anunciadas para o 3.º período não surpreenderam os representantes dos pais, dos directores e dos professores, que as consideram “adequadas” ao momento que se vive. Estudantes reafirmam que “não faz sentido” realizarem-se exames nacionais este ano.	[Centralidade na Avaliação]	
P44	https://www.publico.pt/2020/04/09/sociedade/perguntas-erespostas/covid19-exames-julho-acesso-setembro-muda-caminho-ensino-superior-1911775	9 de Abril de 2020	Exames em Julho, acesso em Setembro: o que muda no caminho para o ensino superior	Só os estudantes que querem ir para o ensino superior têm que fazer as provas do secundário. O próximo ano lectivo nas universidades e politécnicos só começa em Outubro.	[Centralidade na Avaliação]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P45	https://www.publico.pt/2020/04/09/sociedade/noticia/nova-telescola-vai-chamarse-estudoemcasa-e-professores-saberao-proxima-semana-1911790	9 de Abril de 2020	Nova Telescola vai chamar-se #EstudoEmCasa e professores saberão mais na próxima semana	Informação sobre conteúdos da nova Telescola chega às escolas na próxima semana. Pais, directores e sindicatos unidos nos elogios a António Costa.	EaD	Novo modelo de Educação
P46	https://www.publico.pt/2020/04/10/sociedade/noticia/so-250-mil-alunos-poderao-regressar-escolas-1911786	10 de Abril de 2020	Só 250 mil alunos poderão ainda regressar às escolas	Se a evolução da pandemia permitir, alunos do 11.º e 12.º ano são os únicos que ainda poderão ter aulas presenciais. Representam menos de 15% da população escolar.	[Centralidade na Avaliação]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P47	https://www.publico.pt/2020/04/10/sociedade/noticia/creches-apoiadas-estado-luz-verde-baixarem-nao-mensalidades-1911687	10 de Abril de 2020	Creches apoiadas pelo Estado com “luz verde” para baixarem ou não mensalidades	Portaria publicada na semana passada deixa a cada instituição particular de solidariedade social a decisão de proceder ou não a descontos. Nos colégios a redução que está a ser proposta é de 10%, o que está a suscitar protestos dos pais.	[Papel instrumental das escolas]	[Creches - Mensalidade]
P48	https://www.publico.pt/2020/04/10/sociedade/noticia/aulas-televisao-so-vaio-durar-trinta-minutos-1911847	10 de Abril de 2020	Aulas na televisão só vão durar trinta minutos	As emissões do #EstudoEmCasa, como se chamará a nova telescola, destinam-se aos alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade.	[EaD(+)] Novo modelo de Educação [Centralidade na Avaliação]	
P49	https://www.publico.pt/2020/04/11/sociedade/noticia/exames-	11 de Abril de 2020	Exames sem mexidas vão testar matérias do ano todo	Organismo público que desenvolve as provas ainda está a estudar como vai concretizar a solução apresentada pelo Governo para garantir a equidade: alunos vão	[Centralidade na Avaliação]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	mexidas-vaotestar-materias-ano-1911878			poder escolher algumas questões a que não respondem.		
P50	https://www.ppublico.pt/2020/04/11/societade/noticia/plataformas-ensino-distancia-sao-risco-alunos-podem-afectar-futuro-1911932	11 de Abril de 2020	Plataformas de ensino a distância são um risco para os alunos e podem afectar o seu futuro, diz comissão de protecção de dados	Comissão Nacional de Protecção de Dados traça um retrato assustador dos riscos apresentados por plataformas electrónicas utilizadas no ensino a distância e apela a que estas sejam previamente analisadas por peritos.	[EaD]	[Protecção de Dados]
P51	https://www.ppublico.pt/2020/04/11/societade/noticia/quase-metade-alunos-1-ciclo-nao-ensino-distancia-1911931	11 de Abril de 2020	Ensino a distância não chegou a 45% dos alunos do 1.º ciclo	Impedidos de ir à escola desde o dia 16 de Março, 45% dos alunos do 1.º ciclo não iniciaram qualquer processo de ensino a distância durante as duas últimas semanas do segundo período, segundo inquérito feito pela Universidade Católica. No pré-escolar, a percentagem sobe para os 72%.	[EaD]	Ead vs. Equidade

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P52	https://www.publico.pt/2020/04/11/sociedade/noticia/orientacoes-ministerio-seguranca-online-ja-enviadas-escolas-1911963	11 de Abril de 2020	Orientações do ministério para segurança online já foram enviadas às escolas	No novo site do Apoio às Escolas encontram-se recomendações gerais de utilização e outras mais específicas respeitantes às plataformas mais utilizadas no ensino a distância.	[EaD]	[Proteção de Dados]
P53	https://www.publico.pt/2020/04/12/sociedade/noticia/antonio-costa-promete-alunos-desigualdade-acesso-mundo-digital-vai-acabar-ja-seguir-1911960	12 de Abril de 2020	António Costa promete que, entre os alunos, a desigualdade no acesso ao mundo digital vai acabar já a seguir	“Aconteça o que acontecer”, no próximo ano lectivo vai estar “assegurada a universalidade do acesso às plataformas digitais para todos os alunos do ensino básico e secundário”. A garantia foi dada pelo primeiro-ministro esta semana. Representante de directores está optimista quanto à sua concretização, mas alerta que, para além das casas dos alunos, este acesso tem também de ser garantido nas escolas.	[EaD]	Ead vs. Equidade

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P54	https://www.publico.pt/2020/04/13/societade/reportagem/familias-pessoas-deficiencia-sobrecarregadas-e-com-medo-1911624	13 de Abril de 2020	Famílias de pessoas com deficiência sobrecarregadas e com medo	Além de escolas, fecharam centros de actividades ocupacionais e outras respostas para pessoas com deficiência. Crianças e adultos que passavam o dia fora passam-no agora em casa, sem perceber porquê. Há famílias que procuram proteger os filhos ao máximo, temendo que sejam postos no fim da lista em caso de falta de ventiladores.	Escola Neurótica	[Família neurótica]
P55	https://www.publico.pt/2020/04/13/societade/noticia/versao-esperanca-3-periodo-docentes-nao-conhecem-conteudos-tescolares-1912092	13 de Abril de 2020	Professores ainda não conhecem conteúdos da telescola	Associação Nacional de Directores lembrou que, até ao momento, o Ministério da Educação divulgou, apenas, a grelha e o calendário das aulas que a RTP Memória vai transmitir. Terceiro período começa já nesta terça-feira	EaD	Novo modelo de Educação

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P56	https://www.publico.pt/2020/04/13/sociedade/noticia/COVID19-refeicoes-escolas-podem-chegar-20-mil-alunos-1912107	13 de Abril de 2020	Covid-19: refeições nas escolas podem chegar a 20 mil alunos	Medida vai ser alargada aos estudantes com escalão B até ao final do ano lectivo. Nas últimas semanas as cantinas serviram 10 mil refeições diárias.	Papel assistencialista das escolas]	
P57	https://www.publico.pt/2020/04/13/sociedade/noticia/aulas-estao-volta-nao-vaodantes-eis-precisa-saber-1912145	13 de Abril de 2020,	As aulas estão de volta e não vão ser como dantes. Eis o que precisa de saber	O grosso dos alunos do país terminará o ano em ensino a distância. Aulas presenciais só para o 11.º e 12.º anos - e mesmo para esses estudantes o cenário ainda não é garantido. Exames nacionais serão mais tarde, mas os conteúdos, até ver, serão os mesmos.	Novo Normal / Incertezas - Texto Informativo]	
P58	https://www.publico.pt/2020/04/14/sociedade/noticia/novas-regras-1912145	14 de Abril de 2020	Novas regras de exames prejudicam alunos que querem fazer	Alunos que esperavam usar as provas nacionais para melhorar a média do ensino secundário foram apanhados de surpresa. Exames só	Centralidade na Avaliação]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	exames-prejudicam-alunos-querem-melhoria-nota-entrar-universidade-1912173		melhoria de nota para entrar na universidade	valem este ano como prova de ingresso		
P59	https://www.publico.pt/2020/04/14/societade/noticia/alunos-vaao-aprender-aulas-youtube-1912210	14 de Abril de 2020,	Alunos vão poder aprender e ter aulas no YouTube	A ideia é, por um lado, permitir aos professores disseminarem conteúdos acessíveis a muitos alunos e, por outro, ter as sessões da telescola disponíveis on-demand nestes canais de YouTube.	EaD	Novo modelo de Educação
P60	https://www.publico.pt/2020/04/14/societade/noticia/ja-ha-datas-exames-nacionais-	14 de Abril de 2020	Já há datas para os exames nacionais do secundário	Entre os exames habitualmente mais concorridos, destaque para o de Português, marcado para 6 de Julho, o de Física e Química para dia 9, o de Matemática a 15, e o de Biologia e Geologia a 17.	Centralidade na Avaliação	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	secundario-1912217					
P61	https://www.ppublico.pt/2020/04/14/sociedade/noticia/apenas-portugal-malta-tomaram-decisao-encerrar-escolas-ate-final-ano-lectivo-1912261	14 de Abril de 2020	Apenas Portugal e Malta tomaram a decisão de encerrar escolas até ao final do ano lectivo	Bruxelas felicita ministros da Educação por rápida transição para digital mas aponta desafios.	Centralidade na Avaliação	
P62	https://www.ppublico.pt/2020/04/15/sociedade/noticia/nova-telecola-tambem-vai-estar-internet-1912362	15 de Abril de 2020	Nova Telescola também vai estar na Internet	RTP cria plataforma online e aplicação para telemóveis e tablets em que os conteúdos do #EstudoEmCasa estarão disponíveis. Professores vão ter acesso ao guião dos programas.	EaD	Novo modelo de Educação

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P63	https://www.publico.pt/2020/04/15/sociedade/noticia/ministerio-garante-nao-havera-despedimentos-funcionarios-escolas-1912416	15 de Abril de 2020	Ministério garante que não haverá despedimentos de funcionários das escolas	Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais acusou o Governo de estar a preparar o despedimento de 2500 funcionários que têm vínculos precários.	[Escola Neurótica] “government through neurosis”	
P64	https://www.publico.pt/2020/04/15/sociedade/noticia/vao-adoptadas-medidas-acesso-superior-justo-possivel-garante-joao-costa-1912503	15 de Abril de 2020	Vão ser adoptadas medidas para que acesso ao superior “seja o mais justo possível”, garante João Costa	Secretário de Estado da Educação indica que a decisão de cancelar exames do secundário para melhoria da nota poderá ser mitigada por outras medidas que venham a ser tomadas “para garantir uma maior equidade”. A bola está do lado do ministério de Manuel Heitor	Centralidade na Avaliação	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P65	https://www.publico.pt/2020/04/15/sociedade/noticia/escola-casa-nao-possivel-familias-numerosas-1912514	15 de Abril de 2020	Escola em casa pode não ser possível para famílias numerosas	A Associação Portuguesa de Famílias Numerosas alerta para a falta de equipamentos electrónicos para toda a família.	EaD(-) Ead vs. Equidade]	
P66	https://www.publico.pt/2020/04/15/sociedade/noticia/covid19-alunos-10-ano-vao-estrategia-recuperar-materia-1912519	15 de Abril de 2020	Covid-19: Alunos do 10.º ano vão ter estratégia para recuperar matéria	O secretário de Estado da Educação explica que houve um foco nos anos de conclusão “porque esses já não vão ter oportunidade no próximo ano lectivo de recuperarem o que ficou para trás”.	Centralidade na Avaliação	
P67	https://www.publico.pt/2020/04/16/sociedade/noticia/saiba-pagar-prestacao-creche-colégio-filho	16 de Abril de 2020	Saiba se tem de pagar a prestação da creche ou do colégio do seu filho	Cinco especialistas ouvidos pelo PÚBLICO deixam várias dicas para avaliar as especificidades de cada situação e alguns conselhos sobre o que fazer se considerar que a instituição de ensino do seu filho	[Propinas] [Famílias Neuróticas]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	creche-colegio-filho-1912679			não está a actuar de forma adequada		
P68	https://www.publico.pt/2020/04/17/sociedade/noticia/nao-ha-plano-especifico-alunos-necessidades-especiais-escolas-estao-trabalhar-1912649	17 de Abril de 2020	Não há “plano específico” para alunos com necessidades especiais, mas as escolas estão a trabalhar	Plano referido por António Costa não é conhecido por professores e pais. Mãe de dois filhos com autismo propõe que se escolham escolas para acolher alunos com dificuldades mais severas sob pena destes e de as duas famílias soçobrem a tanto desassossego.	[Famílias Neuróticas]	
P69	https://www.publico.pt/2020/04/17/sociedade/noticia/fenprof-queixase-pgr-intrusao-plataformas-	17 de Abril de 2020	Fenprof queixa-se à PGR sobre intrusão em plataformas online para aulas	A federação de professores defende que a segurança de docentes, alunos e famílias “não pode ser posta em causa”.	[EaD(-) Proteção de Dados]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	online-aulas-1912813					
P70	https://www.ppublico.pt/2020/04/17/sociedade/noticia/conteudos-nova-telescola- parecem- elementares-1912830	17 de Abril de 2020	Por agora, conteúdos da nova telescola parecem ser “elementares”	Já se sabe quais vão ser os conteúdos da primeira semana de aulas na televisão. Presidente da Associação de Professores de Matemática diz que lhe parecem “elementares”, mas que o importante é que alunos, famílias e professores não sejam vítimas de “um assédio escolar online”.	EaD	Novo modelo de Educação
P71	https://www.ppublico.pt/2020/04/18/sociedade/noticia/formula-acesso-superior-muda-alunos-ja-acabaram-secundario-1912878	18 de Abril de 2020	Fórmula de acesso ao superior muda para alunos que já acabaram secundário	Para evitar desigualdades nas condições de acesso, Governo voltou a reavaliar fórmula de cálculo das médias de acesso ao ensino superior.[Centralidade na Avaliação]	[Centralidade na Avaliação]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P72	https://www.publico.pt/2020/04/19/sociedade/noticia/pj-identifica-invasor-aulas-virtuais-zoom-1912927	19 de Abril de 2020	PJ identifica invasor de aulas virtuais no Zoom]	Homem de 20 anos identificado pela Polícia Judiciária, numa acção em colaboração com o Ministério da Educação.	[EaD(-) Proteção de Dados	
P73	https://www.publico.pt/2020/04/19/sociedade/noticia/professores-aulas-presenciais-filhos-escolas-acolhimento-1912954	19 de Abril de 2020	Professores que voltem às aulas presenciais podem deixar os filhos em escolas de acolhimento	Governo actualiza portaria que elenca os profissionais cujos filhos têm o acolhimento assegurado pelas escolas. Além dos trabalhadores dos lares, passam a estar incluídos, entre outros, o pessoal da Casa Pia e do IEFP e os funcionários e docentes das escolas que se mantenham abertas ou cuja actividade presencial seja retomada.	[Escola como suporte ao trabalho dos pais]	
P74	https://www.publico.pt/2020/04/21/sociedade/noticia/mp-abre-inquerito-	21 de Abril de 2020	MP abre inquérito a entradas ilícitas em plataformas	Em causa estão entradas em plataformas de ensino online, numa das quais foi apanhado um homem de 20 anos.	[EaD(-) Proteção de Dados]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	entradas-ilicidas-plataformas-online-ensino-1913187		online de ensino			
P75	https://www.publico.pt/2020/04/22/sociedade/noticia/metade-paises-europeus-ja-data-reabrir-escolas-1913281	22 de Abril de 2020,	Mais de metade dos países europeus já tem data para reabrir as escolas	Análise a 38 países europeus mostra que a covid-19 pôs as escolas no congelador, mas por agora só Malta e Portugal decidiram que o encerramento ao nível do básico e secundário é para manter até ao final do ano lectivo.	[Centralidade na Avaliação]	
P76	https://www.publico.pt/2020/04/24/sociedade/noticia/autarquias-investem-milhoes-computadores-internet-alunos-1913530	24 de Abril de 2020	Autarquias investem milhões em computadores e Internet para alunos	Generalidade das câmaras lançou programa de empréstimos de equipamento para que os estudantes possam acompanhar aulas à distância até ao final do ano lectivo.	EaD	Novo modelo de Educação

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P77	https://www.publico.pt/2020/04/28/sociedade/noticia/milhares-professores-condicoes-recusar-regresso-escolas-tempo-pandemia-1914075	28 de Abril de 2020	Milhares de professores em condições de recusar regresso às escolas em tempo de pandemia	Directores precisam de respostas do Ministério da Educação para saberem exactamente o que fazer, se as aulas presenciais recomeçarem em Maio.	[Escola Neurótica - Professores]	
P78	https://www.publico.pt/2020/04/28/sociedade/noticia/secundaria-camoes-exige-cancelamento-exames-nacionais-deste-ano-1914221	28 de Abril de 2020	Secundária Camões exige cancelamento dos exames nacionais deste ano	Representantes de professores, pais e alunos defendem que o regresso a aulas presenciais pode pôr em causa a saúde pública e alertam que não há condições para preparar os alunos em condições de igualdade.	[Escola Neurótica - Professores][Centralidade na Avaliação]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P79	https://www.publico.pt/2020/04/29/societade/noticia/aulas-presenciais-garantias-seguranca-terao-oposicao-total-fenprof-1914400	29 de Abril de 2020	Aulas presenciais sem garantias de segurança terão oposição total da Fenprof	Decisão será anunciada nesta quinta-feira pelo Governo. Federação Nacional de Professores avisa que regresso à escola terá de estar validado por especialistas e respaldado em condições de segurança.	[Escola Neurótica - Professores]	
P80	https://www.publico.pt/2020/04/29/societade/noticia/governo-teme-menos-alunos-entrar-ensino-superior-1914445	29 de Abril de 2020	Governo teme que haja menos alunos a entrar no ensino superior	Secretário de Estado do Ensino Superior recomenda aos estudantes que estudem opções de candidatura para escolherem os exames nacionais que vão realizar. Este ano só há provas no ensino secundário nas disciplinas específicas.	[Centralidade na Avaliação]	
P81	https://www.publico.pt/2020/04/29/societade/noticia/abrem-ja-a-18-creches	29 de Abril de 2020	Desconfinamento: creches abrem já a 18	O plano de regresso à normalidade que o Governo apresentou esta quarta-feira aos parceiros sociais	[Creches - Escola como suporte ao	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	ade/noticia/creches-abrem-ja-18-maio-preescolar-1-junho-1914472		de Maio e o pré-escolar a 1 de Junho	prevê a abertura das creches ainda em Maio e o pré-escolar e ATL a 1 de Junho. Aulas presenciais do 11 ^o e 12 ^o anos serão em turnos de 3 horas.	trabalho dos pais]	
P82	https://www.publico.pt/2020/04/29/sociedade/noticia/universidades-abrem-aulas-praticas-laboratoriais-proximo-mes-1914419	29 de Abril de 2020	Universidades abrem aulas práticas e laboratoriais no próximo mês	Beira Interior será a primeira a retomar, no dia 11. Apenas alunos de cadeiras práticas e laboratoriais vão voltar às salas, enquanto estudantes deslocados vão poder continuar à distância. Universidade dos Açores é a única a dizer que não tem condições de o fazer.	EaD	Novo modelo de Educação
P83	https://www.publico.pt/2020/04/29/sociedade/noticia/militares-vao-desinfectar-520-escolas-terao-aulas-presenciais	29 de Abril de 2020	Militares vão desinfectar 520 escolas que terão aulas presenciais	Primeira operação decorreu nesta quarta-feira na Amadora. Calendário ainda está a ser fechado pelas Forças Armadas, mas escolas já foram avisadas que assistentes operacionais têm de estar disponíveis para responder no imediato.	[Escola Neurótica - Professores] Forças Armadas “government through neurosis”	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	presenciais-1914486					
P84	https://www.publico.pt/2020/04/29/sociedade/noticia/covid19-professores-consideram-reabertura-aulas-presenciais-precoce-imprudente-1914515	29 de Abril de 2020	Covid-19. Professores consideram reabertura de aulas presenciais “precoce e imprudente”	A ASPL indica que existem alunos e professores em grupos de risco, o que os impossibilita de “comparecer nas aulas presenciais”, provocando o “aumento das desigualdades entre os alunos”.	[Escola Neurótica - Professores]	
P85	https://www.publico.pt/2020/04/30/sociedade/noticia/profissionais-creches-jardinsdeinfancia-vaotestados-novo-	30 de Abril de 2020	Profissionais de creches e jardins-de-infância vão ser testados para o novo coronavírus	Reuniões para definir regras para a reabertura das creches, a 18 de Maio, iniciam-se já no início da próxima semana. Nalgumas regiões do país, espaços já estão a ser desinfectados e os profissionais testados. Famílias poderão optar por continuar com os filhos em casa até 1 de Junho.	“government through neurosis”[Escola Neurótica - Professores]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	coronavirus-1914668					
P86	https://www.ppublico.pt/2020/04/30/sociedade/noticia/condicoes-seguranca-directores-nao-reabrirao-escolas-1914692	30 de Abril de 2020	Sem condições de segurança, directores não reabrirão escolas	Directores estão confiantes que serão encontradas soluções para garantir este regresso. Mas garantem que este só se concretizará nos estabelecimentos onde existam condições de segurança.	[Escola Neurótica - Professores]	
P87	https://www.ppublico.pt/2020/05/04/sociedade/noticia/desconfinamento-abre-sobrecarregado-excepcoes-1914937	4 de Maio de 2020	Desconfinamento começa hoje sobrecarregado de excepções à regra	“Enquanto houver covid, não haverá vida normal.” O aviso é do primeiro-ministro, mas já a partir desta segunda-feira até os centros comerciais vão ter muitas das suas lojas abertas	Forças Armadas “government through neurosis”	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P88	https://www.publico.pt/2020/05/05/sociedade/noticia/escolas-nao-condicoes-reabrir-alertam-professores-1915233	5 de Maio de 2020	Escolas não têm condições para reabrir, alertam professores	Grupo de docentes fala de “risco acrescido” do ponto de vista epidemiológico e aponta para desigualdades crescentes	[Escola Neurótica - Professores]	
P89	https://www.publico.pt/2020/05/05/sociedade/noticia/pico-procura-trava-portal-matriculas-dia-1915226	5 de Maio de 2020	Pico de procura trava portal de matrículas no primeiro dia	Houve períodos na segunda-feira em que se registam mais de 2000 pedidos por segundo, criando lentidão no acesso ao site em que são feitas as inscrições para o próximo ano lectivo.	[Escola Neurótica]	
P90	https://www.publico.pt/2020/05/05/sociedade/noticia/alunos-secundario-intervalos-	5 de Maio de 2020	Alunos do secundário sem intervalos fora das salas de aula	Governo dá orientações para que cada turma tenha aulas apenas no período da manhã ou no da tarde. Horários serão das 10h às 17h.	[Escola Neurótica]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	regresso-escolas-1915274					
P91	https://www.publico.pt/2020/05/05/sociedade/noticia/manual-instrucoes-regresso-escola-1915282	5 de Maio de 2020	Manual de instruções para o regresso à escola	Os intervalos devem decorrer, por norma, dentro da sala. Cada aluno deve ocupar uma secretária. O horário de algumas disciplinas pode ser reduzido. As bibliotecas terão lotação limitada. Há regras para professores de grupos de risco. E para usar o refeitório	[Escola Neurótica] “government through neurosis”	
P92	https://www.publico.pt/2020/05/06/sociedade/noticia/confederacao-independente-pais-preocupada-regresso-alunos-escolas-1915301	6 de Maio de 2020	Confederação Independente de Pais preocupada com regresso de alunos às escolas	CNIPE alega que, apesar das medidas anunciadas, os alunos estão a ser usados como “cobaias” para testar a imunidade de grupo.	[Escola Neurótica] [Família Neurótica]	

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P93	https://www.publico.pt/2020/05/06/sociedade/noticia/-directores-temem-regresso-alunos-disciplinas-1915383	6 de Maio de 2020	Directores temem regresso de todos os alunos a todas as disciplinas	“Facilitava muito o trabalho das escolas que só fossem às aulas a que vão fazer este ano exame. Seria um grande alívio no que toca a toda a logística”, defende Filinto Lima.	[Escola Neurótica]	
P94	https://www.publico.pt/2020/05/07/sociedade/noticia/fenprof-exige-negociacao-condicoes-regresso-aulas-1915528	7 de Maio de 2020	Fenprof exige negociação das condições do regresso às aulas	Mudanças de horários e na distribuição do serviço docente exigem mudanças na lei que têm que ser discutidas, defende sindicato. Escolas deviam ter protocolos sanitários em lugar de plano “omisso”.	[Escola Neurótica]	
P95	https://www.publico.pt/2020/05/07/sociedade/noticia/alunos-11-so-	7 de Maio de 2020	Afinal, quais são as disciplinas com aulas presenciais?	Os alunos do 11.º ano vão ter quatro disciplinas presenciais e as restantes à distância. Os do 12.º ano terão apenas duas disciplinas	[Centralidade na Avaliação]	Estatuto biopolítico

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	terao-aulas-disciplinas-exames-ano-1915551		Quatro para o 11.º e duas para o 12.º	em regime presencial. Directores de escolas ficaram esclarecidos.		
P96	https://www.publico.pt/2020/05/08/sociedade/noticia/fenprof-quer-testes-covid19-comunidade-escolar-1915787	8 de Maio de 2020	Fenprof quer testes à covid-19 a comunidade escolar	Realização dos testes deverá ser feita antes do regresso a aulas presenciais a 18 de Maio, defende a Federação Nacional de Professores.	[Escola Neurótica]	Professores Neuróticos
P97	https://www.publico.pt/2020/05/11/sociedade/noticia/covid19-alunos-organizados-grupos-nao-cruzarem-escolas-1915971	11 de Maio de 2020	Covid-19. Alunos devem ser organizados por grupos para não se cruzarem nas escolas	Os bares, salas de apoio e salas de convívio das escolas deverão ser encerradas, aconselha a DGS. Se for necessário o acesso à biblioteca ou sala de informática, estas devem ter lotação reduzida e “sinalética que indique os lugares que podem ser ocupados”, cumprindo o distanciamento físico.	[Escola Neurótica] “government through neurosis”	GTN

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
P98	https://www.publico.pt/2020/05/11/sociedade/noticia/escolas-vaio-contratar-professores-forma-rapida-1916090	11 de Maio de 2020	Escolas vão poder contratar professores de forma mais rápida	Garantia foi dada pelo Ministério da Educação numa reunião com a Federação Nacional da Educação e tem como objectivo assegurar as aulas presenciais que se iniciam no próximo dia 18.	[Escola Neurótica] “government through neurosis”	GTN
P99	https://www.publico.pt/2020/05/11/sociedade/noticia/ministerio-ja-facilitar-regresso-escolas-avisa-fenprof-1916120	11 de Maio de 2020	Ministério já está a “facilitar” no regresso às escolas, avisa Fenprof	Federação Nacional de Professores espera pela última palavra dos especialistas em saúde pública, mas alerta que por agora não existe “confiança” para o regresso às aulas presenciais.	[Escola Neurótica] “government through neurosis”	Professores Neuróticos
P100	https://www.publico.pt/2020/05/11/sociedade/noticia/nao-existe-confianca	11 de Maio de 2020	Não existe confiança que o regresso às aulas será seguro,	Ministério da Educação reuniu-se nesta segunda-feira com os sindicatos de professores. Fenprof avisa que condições de segurança já estão a ser facilitadas com	[Escola Neurótica]	Professores Neuróticos

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	regresso-aulas-sera-seguro-alertam-sindicatos-1916123		alertam sindicatos	redução do distanciamento para 1,5 metros.		
P101	https://www.publico.pt/2020/05/13/sociedade/noticia/menos-criancas-sala-calcado-porta-novas-regras-creches-direccao-geral-saude-1916341	13 de Maio de 2020	Menos crianças por sala e calçado à porta: as novas regras da DGS para as creches	O distanciamento entre as crianças deve ser garantido durante as actividades, mas “sem comprometer o normal funcionamento das actividades lúdico-pedagógicas”. A partilha de brinquedos e de outros objectos deve ser limitada ao mínimo — sendo que dentro da sala só devem estar os objectos de lavagem fácil.	[Escola Neurótica] “government through neurosis”	GTN
P102	https://www.publico.pt/2020/05/15/sociedade/noticia/covid19-aulas-espacos-horarios	15 de Maio de 2020	Covid-19: aulas em espaços amplos, com horários desfasados e protecção. As	O diploma que dita as normas para o regresso às aulas presenciais sublinha que as “disciplinas oferecidas em regime presencial são frequentadas por todos os alunos, independentemente das suas opções quanto aos exames	[Escola Neurótica] “government through neurosis”	GTN

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	desfasados-proteccao-medidas-regresso-escolas-segundafeira-1916656		medidas para regresso às escolas na segunda-feira	que vão realizar enquanto provas de ingresso”. As aulas presenciais também vão ser retomadas para os alunos do 2.º e 3.º anos dos cursos “de dupla certificação do ensino secundário”.		
P103	https://www.publico.pt/2020/05/15/sociedade/noticia/fenprof-reabertura-escolas-correrem-mal-sera-governo-arcas-consequencias-1916734	15 de Maio de 2020	Fenprof contra reabertura das escolas: “Se as coisas correrem mal, será o Governo a arcar com as consequências”	“Não estão reunidas condições, do ponto de vista da saúde sanitária, para que as escolas e jardins-de-infância possam abrir”, diz Mário Nogueira.	[Escola Neurótica]	Professores Neuróticos
P104	https://www.publico.pt/2020/05/18/sociedade/noticia/directores-escolas-80	18 de Maio de 2020	Directores: escolas com 80% dos alunos e com falta de alguns professores	Balanço do regresso às aulas foi feito pela Associação Nacional de Dirigentes Escolares.	[Escola Neurótica] “government through neurosis”	Direção Neurótica

Código	Link	Data	Título	Linha fina	Tema	Subtema
	alunos-falta-professores-1917037					
P105	https://www.publico.pt/2020/05/18/sociedade/noticia/ce-rca-70-creches-reabriram-abaixo-capacidade-1917133	18 de Maio de 2020	Cerca de 70% das creches reabriram, mas abaixo da capacidade	O Governo afirma que a reabertura das creches decorreu “de forma tranquila e generalizada”.	[Escola Neurótica] “government through neurosis”	GTN